



n . 1
Jan-Mar
2 0 2 6

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Matheus Petrelli

Lucas Berti

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

A ADESÃO CRESCENTE AO MONROISMO DE TRUMP NA AMÉRICA DO SUL

DIOGO IVES E MARIA REGINA SOARES DE LIMA.....PÁGINA 04

ARTIGOS

ENTRE A MUDANÇA E O RETORNO: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL COLOMBIANA EM 2026 NO ESPELHO DA POLARIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

FERNANDA NANSI GONÇALVES.....PÁGINA 07

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OLIGARQUIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL NO PERU CONTEMPORÂNEO: O LEGISLATIVO COMO EIXO DE PODER

JEFFERSON NASCIMENTO E LUCAS CALABRÓ BERTI.....PÁGINA 12

MILITARES PELO CLIMA? SUPERANDO A APARENTE INCOMPATIBILIDADE DA POLÍTICA DE DEFESA E RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA

RUBENS S. DUARTE.....PÁGINA 30

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JANEIRO DE 2026

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 41

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: FEVEREIRO DE 2026

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 50

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: MARÇO DE 2026

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 62

Editorial

A adesão crescente ao monroismo de Trump na América do Sul

Os ataques do governo de Donald Trump contra a ordem de segurança global continuam marcando o ano de 2026. Conforme descrevemos em nosso último editorial, os três eventos surpreendentes promovidos pelos EUA em janeiro – o sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, após uma invasão ao território do país; a ameaça contra a soberania da Groelândia, gerando tensão com membros europeus da OTAN; e o lançamento do Conselho da Paz, em desafio ao Conselho de Segurança da ONU –, foram sucedidos, nos últimos meses, por uma desestabilização direcionada contra o Irã. A investida teve início em 28 de fevereiro, quando um bombardeio aéreo conduzido por militares estadunidenses e israelenses matou o aiatolá Ali Khamenei e altas autoridades do regime iraniano.

O ataque teve o objetivo oficial de frear o desenvolvimento dos programas nuclear e de mísseis balísticos do Irã, percebidos como ameaças aos interesses de Washington e Tel Aviv no Oriente Médio. Nas redes sociais, Trump incitou o povo iraniano a aproveitar o momento de desordem, tomar o poder e derrubar a teocracia instalada em 1979¹. Desde o final de 2025, o regime liderado por Khamenei já enfrentava uma onda de protestos sociais, os quais foram duramente reprimidos pelas forças de segurança, resultando em milhares de mortos². A derrubada do regime estimulada por Trump, porém, não se concretizou. Após o ataque feito por EUA e Israel, Mojtaba Khamenei, filho do aiatolá morto, foi eleito por uma assembleia de clérigos para sucedê-lo. O novo líder iraniano prometeu vingança e anunciou o fechamento do Estreito de Ormuz para o trânsito de navios de nações inimigas, a fim de dificultar o acesso ao petróleo iraniano e impor uma sanção econômica aos atacantes³. China, Índia e Brasil, entre outros países, não foram penalizados pelo bloqueio⁴.

Como consequência geral, entretanto, o preço internacional do barril de petróleo vem subindo e provocando um aumento da inflação em diversas partes do mundo. Simultaneamente, Teerã passou a lançar mísseis contra Israel e bases militares dos EUA no Golfo Pérsico, ao passo que o governo de Benjamin Netanyahu segue promovendo ataques aéreos contra o Irã, a Faixa de Gaza e o Líbano, frequentemente com apoio de Trump. Para pressionar Khamenei a reabrir o Estreito de Ormuz, Trump escreveu em redes sociais, no dia 7 de abril, que “uma civilização inteira morrerá esta noite, para nunca mais ser ressuscitada”⁵. No mesmo dia, o Irã cedeu e acordou com os EUA, por um intermediário do Paquistão, um cessar-fogo e a reabertura da passagem marítima. O entendimento, porém, não prosperou, e os impasses em torno do Estreito de Ormuz seguem. O Conselho de Segurança da ONU mostra-se inoperante, posto que China e Rússia rejeitam qualquer uso da força contra o Irã.

Do ponto de vista da América do Sul, a flagrante destruição em andamento da ordem de segurança global pelos EUA não vem produzindo qualquer reação coletiva sólida. A violação da soberania da Venezuela e a captura de seu presidente, em janeiro, não foi capaz de unir a região em uma reação de protesto, prevalecendo, em vez disso, uma notável indiferença. A mesma letargia regional se pronuncia hoje em meio à crescente instabilidade no Oriente

Médio e suas consequências econômicas. Além disso, à 10^a Cúpula de Presidentes da CELAC

1Disponível em: https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/trump-indicates-goal-of-iran-strikes-is-to-topple-regime-tells-iranian-people-when-we-are-finished-take-over-your-government/.

2Disponível em: <https://www.theguardian.com>.

3Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-03/lider-do-ira-promete-vinganca-e-manter-fechado-estreito-de-ormuz>.

4Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/04/03/guerra-do-ira-221-navios-estreito-de-ormuz.ghtml>.

5Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce8l0rz7n65o>.

e à 1ª Cúpula CELAC-África, realizadas em Bogotá, no dia 21 de março, compareceram, entre os sul-americanos, apenas os presidentes da Colômbia, do Brasil e do Uruguai, em uma evidência do esvaziamento de um projeto de integração da América Latina e do Sul geopolítico hoje. Por outro lado, ao encontro “Escudo das Américas”, organizado por Trump em Miami, no dia 7 de março, para coordenar políticas de segurança e defesa entre EUA e países americanos, compareceram os presidentes da Argentina, do Equador, da Bolívia, do Paraguai e do Chile, além de chefes de Estado da América Central e do Caribe.

Uma pista para entender esta adesão majoritária da região à restauração do monroísmo patrocinado por Trump atualmente pode estar na dimensão eleitoral. Conforme explica Saccomandi⁶, o apoio declarado de Trump a candidatos conservadores em eleições no Canadá, na Alemanha e na Austrália, em 2025, e na Hungria, neste ano, contribuiu para suas derrotas ao fomentar uma percepção na população de submissão indevida da direita radical local ao mandatário dos EUA. Contudo, o contrário parece ocorrer na América Latina, onde o apoio de Trump, somado a promessas de empréstimo e campanhas de fake news, pode ter ajudado conservadores a ganhar eleições legislativas na Argentina e presidenciais no Equador e em Honduras, em 2025. Os dividendos políticos de uma proximidade a Trump parecem superar os custos no caso da região, via de regra.

No Chile, o recém empossado presidente José Antonio Kast inspirou-se, durante a campanha eleitoral, em políticas de Trump para lidar com a insegurança pública e a imigração, derrotando Jeanette Jara, do Partido Comunista, que havia prometido uma relação pragmática com os EUA. Mas, nesse caso, Trump declarou apoio a Kast apenas após o resultado do 2º turno, quando afirmou, em coletiva de imprensa na Casa Branca, que “descobri sobre o Chile que a pessoa que eu apoio, que não estava na liderança, acabou ganhando com bastante facilidade, então estou ansioso para prestar minhas homenagens. Pelo que ouvi, é uma pessoa muito boa”⁷. Na Bolívia, o 2º turno da eleição presidencial, no final de 2025, foi disputado entre dois candidatos da direita que prometiam melhorar a relação com os EUA. Trump tampouco declarou apoio a um deles durante a campanha eleitoral.

As eleições de 2026 na América do Sul permitirão seguir testando a importância que apoios explícitos de Trump ou promessas de aproximação por um candidato em relação aos EUA, mesmo sem seu endosso prévio, podem ter nas disputas. No dia 12 de março, ocorreu o 1º turno da eleição presidencial no Peru. Os resultados do pleito ainda estão sendo contabilizados, porém, com mais de 90% das urnas apuradas, quem aparece à frente é Keiko Fujimori, que, durante a campanha, prometeu expulsar imigrantes, facilitar investimentos dos EUA e estreitar laços com Trump⁸. O 2º turno, marcado para 7 de junho, poderá ser disputado contra López Aliaga, também vocal no apoio a Trump, ou Roberto Sánchez, de esquerda⁹.

Neste ano, também ocorrerão eleições presidenciais na Colômbia, em maio, e no Brasil, em outubro. Em ambos os casos, as pesquisas de intenção de voto indicam, atualmente, uma disputa acirrada entre os principais candidatos da direita e da esquerda, que provavelmente será resolvida também em 2º turno. Uma oposição entre monroísmo e universalismo, isto é, um alinhamento aos EUA de Trump versus uma diversificação de parcerias na política externa tende a marcar um contraste nesses pleitos. Caberá observarmos se Trump interferirá neles e de que modo.

⁶Disponível em <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2026/04/12/anlise-derrota-de-orbn-um-alerta-sobre-apoio-de-trump-na-eleio-brasileira.ghtml>.

⁷Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-celebra-eleicao-de-kast-no-chile-pessoa-muito-boa/>.

⁸Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/keiko-fujimori-promete-expulsao-de-imigrantes-e-aproximacao-com-trump-se-vencer-eleicao-no-peru/>.

⁹Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/04/18/resultados-elecciones-2026-en-vivo-roberto-sanchez-toma-ventaja-sobre-lopez-aliaga-y-se-perfila-para-disputar-la-segunda-vuelta-hnews-439740>.

Ironicamente, esta oposição entre caminhos de inserção internacional que se acreditava superada hoje volta a assombrar as políticas interna e externa brasileira. Oxalá Trump perca as eleições de meio mandato, em novembro deste ano, nos EUA. Entretanto, está claro que, na atual conjuntura, os condicionantes globais voltaram a atuar com força nas nossas dinâmicas doméstica e internacional tal como no passado, seja pelo impacto da geopolítica e das guerras sobre nossas condições macroeconômicas, seja pela atuação de seus governantes.

Para delinear tendências sobre o futuro próximo nos países vizinhos com eleições em 2026, esta edição do Boletim OPISA conta com uma análise da conjuntura política e eleitoral da Colômbia, escrita por Fernanda Nanci, pesquisadora colaborada do OPISA. Por sua vez, Jefferson Nascimento e Lucas Berti explicam o tumultuado ambiente político doméstico do Peru dos últimos anos, o qual vem afetando, entre outros elementos, a capacidade de o país contribuir para uma governança estável da Pan-Amazônia. Também relacionada a essa problemática, a perspectiva dos militares brasileiros sobre a agenda de mudanças climáticas é analisada por Rubens de Siqueira Duarte, a convite do OPISA. Finalmente, os monitores de janeiro, fevereiro e março do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável da Pan-Amazônia”, desenvolvidos por toda a equipe do OPISA, são expostos em sequência.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2026

Diogo Ives
Maria Regina Soares de Lima

Coordenadores do OPISA



Entre a mudança e o retorno: a eleição presidencial colombiana em 2026 no espelho da polarização latino-americana

Fernanda Nanci Gonçalves¹⁰

Colaboradora OPISA

Introdução

Em um contexto regional atravessado por tensões entre agendas progressistas e plataformas conservadoras, a Colômbia emerge como um laboratório privilegiado para observar os dilemas contemporâneos da democracia na América Latina. A sucessão presidencial de 2026 ocorre no rastro de um governo que inaugurou um ciclo de reformas ambiciosas em torno da “Paz Total”, da redistribuição social e da transição energética e que, ao mesmo tempo, enfrenta resistências políticas, institucionais e sociais significativas.

Mais do que uma disputa entre candidatos, o pleito de 2026 configura-se como um referendo indireto sobre o legado das eleições de Gustavo Petro em 2022 e sobre o rumo estratégico do país: aprofundar a agenda progressista ou promover um retorno conservador ancorado na segurança, no fortalecimento da autoridade estatal e na revisão de prioridades econômicas e diplomáticas.

Ao analisar a reorganização das coalizões, o papel das consultas interpartidárias e os dados mais recentes das pesquisas de opinião, este artigo argumenta que a corrida presidencial colombiana sintetiza os impasses estruturais que hoje atravessam a região. Entre mudança e retorno, a Colômbia decide não apenas um governo, mas a direção de seu próximo ciclo político em um ambiente de incerteza competitiva e polarização consolidada.

O cenário atual

As eleições presidenciais colombianas deste ano ocorrem sob o signo de uma polarização profunda doméstica, mas também regional. A Colômbia não é uma exceção. Ela é, na verdade, um dos casos mais agudos de uma clivagem que hoje atravessa a América Latina: de um lado, projetos progressistas ancorados em redistribuição e transição produtiva; de outro, coalizões conservadoras centradas em extrativismo e restauração da ordem. Assim, o pleito colombiano de 2026 se insere na mesma constelação de disputas que marcaram recentemente Chile, Brasil e México, nas quais eleições se transformam em plebiscitos sobre ciclos políticos inteiros.

No plano interno, essa polarização se cristalizou em torno do legado do governo atual, conduzido pelo presidente Gustavo Petro (2022-). A sucessão presidencial tornou-se, na prática, um referendo indireto sobre sua agenda progressista de “Paz Total”, reformas sociais e transição energética, colocando no outro espectro – da direita – a agenda de segurança “linha dura”, retomada do extrativismo e alinhamento estratégico com os Estados Unidos. Não surpreende, portanto, que as pesquisas de opinião indiquem um eleitorado dividido quase em metade entre apoio e rejeição ao governo¹¹ (La Silla Vacía, 2026a).

10Doutora em Ciência Política (IESP-UERJ), professora adjunta de Relações Internacionais na UERJ (DRI e PPGRI-UERJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NE-AAPE), Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e bolsista Prociência (UERJ). Colaboradora do OPISA.
11Segundo pesquisa recente da AtlasIntel, 48,3% dos entrevistados desaprovam a forma como o presidente conduz o país, enquanto 39,3% manifestam aprovação. Quando solicitados a avaliar o desempenho do governo, 38,1% o classificaram como ruim ou muito ruim, ao passo que 35,6% o consideraram excelente ou bom, e 26,3% o avaliaram como regular. Esses números indicam não apenas um

A Colômbia, diferentemente do Brasil, possui um sistema em que os candidatos podem disputar suas candidaturas em formatos de consultas interpartidárias, como primárias. Atualmente, observa-se no país a institucionalização da polarização no quadro das pré-candidaturas, com os três principais pré-candidatos não participando das consultas interpartidárias, como será explicado mais adiante. Enquanto a direita e a centro-direita avançaram na construção de uma grande primária interpartidária, chamada de *Gran Consulta* e prevista para o dia 08 de março (junto com as eleições legislativas nacionais¹²), a esquerda e o centro se fragmentaram.

A iniciativa da direita (*Gran Consulta*) reúne múltiplos aspirantes que, apesar de diferenças programáticas, convergem em três eixos: endurecimento da segurança, redução de impostos e revisão da política externa e antidrogas do atual governo Petro. A lógica da consulta é estratégica: diante de uma esquerda que já possui candidatura relativamente consolidada, a direita busca chegar ao primeiro turno com um nome competitivo e apoiado pelo espectro conservador com o objetivo de unificar candidaturas e evitar dispersão eleitoral.

O bloco reúne nove pré-candidatos: Juan Daniel Oviedo, Mauricio Cárdenas, Paloma Valencia, Juan Manuel Galán, Aníbal Gaviria, Enrique Peñalosa, Juan Carlos Pinzón, Vicky Dávila e David Luna. A formalização da *Gran Consulta* consolida, até o momento, o bloco mais estruturado na corrida presidencial de 2026. Ainda assim, a unidade não está garantida, especialmente com a presença de uma candidatura outsider que orbita, mas não se integra plenamente, às coalizões de direita tradicionais.

Esse é o caso do advogado Abelardo de la Espriella, que constrói sua pré-candidatura com um discurso *anti-establishment*, de defesa de uma ofensiva militar ampliada e do fim das negociações com grupos armados. Embora dialogue com o eleitorado do Centro Democrático, não é orgânico a ele. De la Espriella ganhou destaque no cenário nacional com a criação do movimento *Defensores de la Patria*, construído em torno de sua liderança, discurso securitário e agenda conservadora (*Defensores de la Patria*, 2026). O pré-candidato avançou na disputa ao entregar, em 4 de dezembro, cerca de 4,8 milhões de assinaturas à *Registraduría* (autoridade eleitoral colombiana) para formalizar sua candidatura independente. Desde então, tem realizado viagens por diversos estados colombianos, onde apresenta propostas políticas, como um plano de choque para a saúde e a defesa das liberdades civis. Ainda em dezembro, pouco depois de lançar sua candidatura independente, pesquisa de opinião conduzida pelo Invamer mostrou que De la Espriella tinha 18,2% das intenções de votos, atrás apenas do senador de esquerda Iván Cepeda, do Pacto Histórico, que possuía 31,9% (*La Patria*, 2025).

Do outro lado, o campo progressista se organiza em torno de candidaturas que reivindicam o legado do governo atual, com destaque para o senador Iván Cepeda, que simboliza continuidade da agenda de paz, defesa de direitos humanos e redistribuição social de Petro, mas enfrenta o desafio da sucessão: herdar a base eleitoral do governo sem absorver integralmente sua rejeição (*El País*, 2025; *La Silla Vacía*, 2026a). Contudo, é importante registrar que, no campo progressista, a sucessão também se tornou arena de tensão.

Após a decisão do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) que impediu a participação de Iván Cepeda na consulta interpartidária da esquerda *Frente por la Vida* prevista para 08 de março – decisão que a maioria dos membros do Pacto Histórico considerou arbitraria e que levou Cepeda a anunciar que seguirá diretamente ao primeiro turno das eleições – os demais pré-candidatos desse bloco, como Roy Barreras, Camilo Romero e Juan Fernando nível relevante de rejeição, mas também uma base significativa de apoio, sugerindo um país politicamente polarizado, no qual o governo mantém competitividade, ainda que sob pressão (*Semana*, 2026b). 12As eleições legislativas colombianas definem a composição do Congresso no período 2026–2030. Serão eleitos 102 senadores por voto popular, sendo 100 em circunscrição nacional e 2 cadeiras reservadas a comunidades indígenas. Além disso, o candidato presidencial que ficar em segundo lugar na eleição presidencial terá direito automático a uma cadeira no Senado, totalizando 103 senadores (Fernández, 2026).

Cristo, passaram a debater internamente o futuro da consulta de esquerda. Nesse contexto, a decisão de Barreras, que é ex-presidente do Senado e uma figura conhecida, de participar da consulta interpartidária da esquerda junto à Daniel Quintero, Martha Bernal, Héctor Pineda e Lucio Torres expôs fissuras estratégicas dentro do bloco.

Enquanto setores do petrismo defendem concentração de forças em torno de Cepeda e criticam a movimentação de Barreras como fragmentadora, ele sustenta que a consulta é instrumento legítimo de ampliação da base e de construção de governabilidade para além do núcleo ideológico do governo. O embate revela que o desafio da esquerda não é apenas derrotar a oposição conservadora, mas definir qual estratégia melhor preserva o legado progressista sem comprometer sua viabilidade eleitoral no segundo turno (Semana, 2026a).

Neste cenário, também existe um centro fragmentado, que inclui nomes conhecidos, como Sergio Fajardo e Claudia López, que tentam ocupar o espaço anti-polarização. Fajardo, que já disputou 2 eleições presidenciais e é ex-prefeito de Medellín e ex-governador de Antioquia, anunciou em dezembro de 2025 que não participará das consultas interpartidárias de março de 2026, optando por ir diretamente ao primeiro turno das eleições presidenciais, marcadas para 31 de maio. O pré-candidato pelo *Dignidad y Compromiso* justificou sua decisão afirmando que considera esses mecanismos polarizantes, criando divisões entre extremos ideológicos que não refletem a necessidade de unir setores moderados. Ele argumentou que a política colombiana está “cansada da polarização” e que pretende construir uma “nova maioria” capaz de reunir pessoas de diferentes correntes – da esquerda à direita moderada – em torno de acordos e consensos, em vez de alimentar confrontos entre posições antagônicas. Fajardo também afirmou que, em um eventual segundo turno, espera que as forças políticas moderadas possam se reagrupar para derrotar candidatos situados nos extremos, como Abelardo de la Espriella e Iván Cepeda (Infobae, 2025).

Por seu turno, Claudia López, ex-prefeita de Bogotá, disputará a consulta interpartidária do centro, chamada *Consulta de las Soluciones: salud, seguridad y educación*, com Leonardo Huertas, candidato de menor expressão política. Ambos aparecem nas pesquisas com menor densidade eleitoral até o momento (La Silla Vacía, 2026b).

O que dizem as pesquisas: polarização em consolidação

A mais recente sondagem da AtlasIntel aponta que a campanha entrou definitivamente em fase de polarização. Entre as principais conclusões, destacam-se: a disputa tende a se estruturar entre esquerda e direita, com erosão do espaço centrista; a avaliação do governo Petro é o principal fator explicativo do voto; o tema da segurança aparece como principal preocupação do eleitorado; a rejeição ao governo convive com a persistência de uma base progressista consolidada (La Silla Vacía, 2026b).

Os cenários testados mostram equilíbrio competitivo. Em algumas medições, De la Espriella aparece numericamente à frente; em outras, Cepeda lidera ou empata tecnicamente, indicando alta volatilidade. Na última pesquisa da AtlasIntel, realizada em fevereiro, o candidato da direita apareceu com 32,1% das intenções de voto, enquanto o da esquerda com 31,4%. Em terceira posição destacou-se Fajardo, candidato representante do centro, com apenas 7,6% (Elecciones Colombia, 2026). Simulações de segundo turno sugerem vantagem da direita em cenários polarizados diretos, mas com margens ainda móveis e dependentes de alianças (La Silla Vacía, 2026b).

Um dos elementos mais significativos das pesquisas recentes é a reconfiguração das prioridades do eleitorado. Embora a corrupção permaneça como principal problema apontado pelos entrevistados (37,8%), a insegurança aparece logo em seguida (25%), consolidando a centralidade do debate sobre ordem pública e controle territorial. Esse deslocamento altera o terreno eleitoral em relação a 2022. Se a eleição que levou Gustavo

Petro ao poder foi fortemente marcada por demandas de mudança social, redistribuição e superação da desigualdade, o pleito atual tende a ser pautado por segurança, autoridade estatal e resposta à violência, agenda historicamente mais favorável às forças conservadoras (Semana, 2026b).

Outros temas aparecem com menor intensidade, mas não irrelevantes: saúde (12,3%), diretamente associada às reformas governamentais; desemprego, pobreza e falta de oportunidades (9,4%); economia e inflação (4,8%); impostos elevados e ineficiência do Estado (4,1%); e educação (2,5%). O conjunto desses dados revela um eleitorado simultaneamente preocupado com integridade institucional, segurança e bem-estar socioeconômico (Semana, 2026b). Trata-se de uma combinação que favorece candidaturas capazes de articular discurso anticorrupção, promessa de eficiência administrativa e respostas concretas à violência, redefinindo os incentivos estratégicos da campanha e ampliando os custos políticos de uma agenda centrada exclusivamente em reformas estruturais.

Por sua vez, a mídia e o debate público reforçam o caráter plebiscitário da eleição. A campanha vem sendo enquadrada como escolha binária: continuidade do ciclo progressista ou retorno conservador. Esse enquadramento reduz o espaço para candidaturas híbridas e empurra o eleitorado para extremos programáticos, como visto em outros ciclos eleitorais da região.

Conclusão

A eleição colombiana de 2026 não ocorre em um vácuo político, mas no interior de uma conjuntura regional marcada por polarização, fragmentação partidária e ciclos de reformas ambiciosas confrontadas por resistências estruturais. Assim, a corrida presidencial de 2026 sintetiza os dilemas da América Latina contemporânea: redistribuição versus mercado, paz negociada versus segurança militarizada, transição energética versus extrativismo.

Mais do que escolher um presidente, o país decidirá qual ciclo político deseja consolidar ou encerrar. As pesquisas mostram um país dividido, as primárias indicam tentativa de reorganização das elites e a agenda pública, dominada pela segurança, favorece narrativas restauradoras. Soma-se a isso, coalizões instáveis e desconfiança das elites tradicionais, gerando um ambiente de governabilidade tensa que se projeta diretamente sobre a disputa eleitoral. Pesquisas indicam uma esquerda competitiva, uma direita reorganizada (discursivamente favorecida pela centralidade do tema da ordem) e um centro que tenta sobreviver em meio à lógica plebiscitária.

Como ensina a própria história colombiana, nenhuma eleição se decide com meses de antecedência. Em um sistema fragmentado, polarizado e territorialmente desigual, o jogo eleitoral está longe de definido e ainda há muitas variáveis capazes de alterar o rumo da corrida presidencial.

À guisa de conclusão, a eleição deste ano não definirá apenas um sucessor presidencial, mas o sentido do ciclo político aberto em 2022. Nesse sentido, consolidar uma esquerda institucional capaz de sobreviver às tensões do poder ou assistir à recomposição das forças conservadoras dependerá menos de identidades ideológicas e mais da capacidade de construir maiorias em um ambiente profundamente polarizado e institucionalmente fragmentado. Nesse contexto, o único dado seguro é a incerteza¹³.

¹³No dia 08 de março de 2026, foram realizadas as eleições do Legislativo colombiano e as consultas presidenciais. Paloma Valencia saiu como a grande ganhadora da Gran Consulta, representando a ala da direita, com sua campanha fortalecida (obteve 45,76 % do total de votos das consultas). Por seu turno, Claudia Lopez foi quem saiu vitoriosa na consulta do centro, pela Consulta de las Soluciones, embora a votação tenha sido menos expressiva do que se esperava (8,12 % do total de votos). Por fim, Roy Barreras ganhou a consulta do Frente por la Vida, representando a esquerda (com apenas 3,63 % do total de votos) (El Espectador, 2026).

Referências

DEFENSORES DE LA PATRIA. Nosotros – Defensores de la Patria. DefensoresDeLaPatria.com, 2025. Disponível em: <https://defensoresdelapatria.com/nosotros/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

EL ESPECTADOR. Resultados de las consultas presidenciales 2026. Bogotá: El Espectador, 8 mar. 2026. Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/resultados-consultas-presidenciales-2026/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

EL PAÍS. El deterioro de la seguridad con Petro, el talón de Aquiles de la campaña de Iván Cepeda. El País América Colombia, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-12-04/el-deterioro-de-la-seguridad-con-petro-el-talon-de-aquiles-de-la-campana-de-ivan-cepeda.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

ELECCIONES COLOMBIA. Elecciones Colombia — Sitio de información sobre política y procesos electorales en Colombia. Eleccionescolombia.org. Disponível em: <https://www.eleccionescolombia.org/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

FERNÁNDEZ, Ivette. Colombia: denuncias, recelos y fragmentación en escenario electoral. Prensa Latina, Bogotá, 25 fev. 2026. Disponível em: <https://publica.prensa-latina.cu/pub/colombia-denuncias-recelos-y-fragmentacion-en-escenario-electoral>. Acesso em: 25 fev. 2026.

INFOBAE. Sergio Fajardo anunció que no participará en las consultas de marzo 2026 por considerarlas polarizantes: “Colombia está mamada de los extremos”. Infobae, 8 dez. 2025. Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2025/12/08/sergio-fajardo-anuncio-que-no-participara-en-las-consultas-de-marzo-2026-por-considerarlas-polarizantes-colombia-esta-mamada-de-los-extremos/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

LA PATRIA. Abelardo De La Espriella se abstiene de ir a consulta de la derecha para las elecciones presidenciales. La Patria, 2 meses atrás. Disponível em: <https://www.lapatria.com/politica/abelardo-de-la-espriella-se-abstiene-de-ir-consulta-de-la-derecha-para-las-elecciones>. Acesso em: 25 fev. 2026.

LA SILLA VACÍA. Encuesta Atlas Intel: La campaña se polariza y otras ocho conclusiones. La Silla Vacía Nacional, 8 fev. 2026b. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/atlas-intel-la-campana-se-polariza-y-otras-ocho-conclusiones/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

LA SILLA VACÍA. Ponderador de encuestas presidenciales 2026 – Aprobación y desaprobación de Gustavo Petro. La Silla Vacía, 2026a. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/ponderador-de-encuestas-presidenciales-2026/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SEMANA. ¿Iván Cepeda o Roy Barreras? En el Pacto Histórico se sacaron al aire los ‘trapitos al sol’ y hubo de todo: señalamientos de “trampa” y pedidos de respeto. Semana TV – El Debate, 19 fev. 2026a. Disponível em: <https://www.semana.com/semana-tv/semana-el-debate/articulo/ivan-cepeda-o-roy-barreras-en-el-pacto-historico-se-sacaron-al-aire-los-trapitos-al-sol-y-hubo-de-todo-senalamientos-de-trampa-y-pedidos-de-respeto/202649/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SEMANA. La batalla por la Presidencia sería entre Abelardo de la Espriella e Iván Cepeda, según la encuesta de AtlasIntel para SEMANA. Los demás candidatos están lejos de los punteros. Semana, 8 fev. 2026b. Disponível em: <https://www.semana.com/politica/articulo/la-batalla-por-la-presidencia-seria-entre-abelardo-de-la-espriella-e-ivan-cepeda-segun-la-encuesta-de-atlasintel-para-semana-los-demas-candidatos-estan-lejos-de-los-punteros/202602/>. Acesso em: 24 fev. 2026.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Oligarquização e reconfiguração institucional no Peru contemporâneo: o Legislativo como eixo de poder

Jefferson Nascimento¹⁴ e Lucas Calabró Berti¹⁵

Pesquisadores OPISA

Introdução

As análises sobre a política peruana atual tendem a caracterizá-la como caótica e instável, o que é difícil de refutar, tendo em vista que a maioria dos presidentes eleitos desde a redemocratização no ano 2000 estiveram implicados em casos de corrupção e que, nos últimos 10 anos, o país já teve oito presidentes diferentes. No entanto, o caos e a instabilidade são termos que têm pouco valor explicativo, pois descrevem a realidade a partir da ausência de algo, ou seja, a ausência de ordem e de estabilidade. Além disso, o caos e a instabilidade tendem a ser interpretados normalmente como algo que surge de forma espontânea e involuntária, quase que alheia à vontade dos atores políticos.

Contudo, quando analisamos o *modus operandi* da extrema-direita global nesta quadra da História, verificamos que o caos é, na verdade, uma estratégia para conquistar o poder e para, uma vez no comando do Estado, dismantelar as instituições. Portanto, há uma lógica política pela qual a desestabilização das instituições por parte de determinados grupos tem o propósito de apresentá-los como disruptivos, o que lhes garante o apoio de parcela importante daqueles que estão indignados com o *status quo*. Ocorre, porém, que esses grupos, na realidade, visam à manutenção de diversos aspectos desse mesmo *status quo*. Em outras palavras, esses grupos extremistas se apresentam como aqueles que são capazes de promover grandes transformações, mas que, na prática, atuam de forma velada para garantir que não haja rupturas significativas na estrutura socioeconômica, marcada historicamente por elevados índices de desigualdades, em especial na América Latina.

No caso peruano, a extrema-direita é formada, por um lado, por grupos que ascenderam mais recentemente na política institucional, como o liderado pelo ex-prefeito de Lima, Rafael López Aliaga, do partido *Renovación Popular*. Por outro lado, é constituída também, em grande medida, por setores que reivindicam a tradição fujimorista, como o partido *Fuerza Popular*, liderado por Keiko Fujimori, filha do ditador que governou o Peru entre 1993 e 2000.

Embora esses grupos atuem de forma a frear o processo de democratização que se iniciou

¹⁴Doutor e mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ e pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPISA) e do Núcleo de Teoria Social e América Latina (NETSAL).

¹⁵Mestrando em Ciência Política pelo IESP-UERJ e pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPISA), do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) e do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON).

em 2000, observa-se que, em grande medida, o rechaço dos setores progressistas e democráticos tem impedido até o momento que os mesmos grupos tomem o controle do Executivo por meio do voto. Desse modo, esses grupos vêm atuando de forma a expandir a atuação do Legislativo, onde conseguem uma maior influência, de forma a impedir que haja rupturas significativas no *status quo*, o que beneficia a eles mesmos e aos setores da burguesia que eles representam. Isso explicaria o “caos” e a “instabilidade” evidenciados pelas recorrentes quedas presidenciais ocorridas nos últimos anos.

Além disso, compreender a dinâmica política peruana possui implicações que extrapolam o plano doméstico. O Peru abriga a segunda maior extensão de floresta amazônica da América do Sul, o que o torna um ator central em iniciativas de governança regional voltadas à Pan-Amazônia. Nesse sentido, analisar o processo de reconfiguração institucional e de oligarquização do sistema político peruano também se justifica pela necessidade de avaliar em que medida esse arranjo impacta a capacidade do país de participar de forma estável e coordenada em agendas ambientais e de cooperação regional, especialmente em um contexto de crescente relevância estratégica da Amazônia no cenário internacional.

Diante desse cenário, defendemos, neste artigo, que o processo de corrosão da democracia liberal peruana, na esteira do que vem ocorrendo em diferentes lugares do mundo, vêm sendo traduzido em um processo de oligarquização do sistema político peruano. Com isso, queremos dizer que o regime político vigente já possui, em larga medida, as características do que Domingues (2019; 2024) denomina de uma “oligarquia liberal avançada”. Para corroborar essa afirmação, ao longo das duas próximas seções, faremos uma discussão teórico-conceitual que ajudará a embasar os dados empíricos que debateremos nas duas seções posteriores. Por fim, teceremos algumas considerações finais de forma a resumir o argumento defendido ao longo do artigo.

O imbricamento entre neoliberalismo, “desformalidade” e crise da democracia liberal

Na última década, foram publicados alguns trabalhos acadêmicos que convergem no diagnóstico de que estaríamos vivendo uma “crise da democracia” no mundo. Destacamos os livros “Como as democracias morrem”, de Robert Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), e “O povo contra a democracia”, de Yascha Mounk (2018), que, a partir de análises de surveys, observam que passamos por um processo mundial de perda progressiva da legitimidade das instituições políticas, sobretudo perante os mais jovens. Esse cenário facilitaria a ascensão de líderes de extrema-direita, muitos dos quais conseguem se eleger legitimamente por meio do voto universal, mas, uma vez no poder, adotam estratégias para dismantelar as instituições que sustentam o regime democrático-liberal.

Entretanto, a baixa legitimidade da democracia não pode ser entendida como o ponto de partida desse processo de regressão democrática, pois há um fator que precede a redução dessa legitimidade: a baixa efetividade das instituições em promover uma melhoria nas condições de vida da maior parte da população. Ao avaliar que o regime democrático-liberal pautado no modelo representativo e com pouco espaço para a participação direta não atendeu a grande parte de suas demandas, os indivíduos tendem a se desconectar dos valores fundamentais que sustentam o convívio democrático.

Os jovens tendem a ser o grupo que mais facilmente adere a ideologias com viés autoritário justamente porque muitos deles nunca viveram sob um regime ditatorial, além de terem a tendência de ser menos resistentes a mudanças, sobretudo em um cenário no qual é muito difícil vislumbrar um futuro melhor no curto prazo. As redes sociais se tornam um terreno fértil largamente utilizado por líderes extremistas para atrair esse segmento do eleitorado. Em vez de destacar esse processo, as análises que estabelecem uma relação de causalidade entre

a emergência de líderes ditos “populistas” ou “iliberais” e o processo de regressão democrática tendem a não abordar de forma aprofundada os fatores contextuais que explicam a ascensão desses líderes extremistas.

O Peru é um exemplo que evidencia o fato de a erosão da democracia não resultar necessariamente ou diretamente da ação de líderes autoritários que chegam ao poder por meio de eleições ao Executivo. Nenhum presidente eleito desde os anos 2000 tem um perfil parecido a Jair Bolsonaro, Javier Milei ou Nayib Bukele, nem mesmo a perfis autoritários à esquerda, como Nicolás Maduro ou Daniel Ortega. Ao contrário, os últimos mandatários peruanos tiveram pouca legitimidade e acabaram sendo removidos do cargo antes do fim de seus mandatos, em meio a escândalos de corrupção. Desde 2016, o Peru já teve oito presidentes diferentes. Essa rotatividade indica que existe um processo de “desdemocratização” em curso no Peru, assim como em muitos países vizinhos, mas que o Executivo não pode ser apontado como a fonte principal do problema.

Para entender o processo de regressão democrática em curso, é necessário observar a relação íntima entre neoliberalismo e neoconservadorismo, como defende Wendy Brown (2019), na sua obra intitulada “Nas ruínas do neoliberalismo”. Segundo a autora, a racionalidade neoliberal, ao reduzir o espaço para o exercício da democracia, abriu o caminho para a emergência de forças conservadoras na segunda década do século XXI. Brown defende que o neoliberalismo¹⁶ e o neoconservadorismo, embora emanem de diferentes fontes e tenham propósitos distintos, se complementam e se misturam, formando uma espécie de “hibridismo genealógico”.

De um lado, as medidas de austeridade econômica destroem o “social”, ou seja, “o local onde somos mais que indivíduos ou famílias” e onde, “em meio às nossas diferenças e distâncias, experimentamos a possibilidade de um destino comum”, enquanto povo de uma nação. Isso se dá, por exemplo, com a “privatização mercadológica da seguridade social” e a transferência da responsabilidade de prover educação e saúde do Estado para as famílias, em decorrência do desfalecimento do bem-estar social (Brown, 2019).

De outro lado, a desregulação do mercado e a integração financeira são acompanhadas pelo encolhimento do “político”, que é definido como “o teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada” (Brown, 2019, p. 68) e como o espaço garantidor de que o governo não é apenas para o povo, mas pelo povo, partilhando o poder com a burocracia estatal. A precarização do político pode ser ilustrada pela forma como atuam as instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Apresentadas como neutras e despolitizadas, transmitem a imagem de serem gestadas por um modelo pautado na tecnocracia. Dessa maneira, cálculos racionais, leis de mercado supostamente universais e decisões supranacionais tomam o lugar da deliberação e da contestação. Portanto, segundo essa autora, a baixa legitimidade da democracia está intimamente atrelada ao espraiamento da ideologia neoliberal por todos os âmbitos da vida social, o que corrói pilares fundamentais para a sustentação da democracia.

Para ilustrar a diferença da argumentação de Levistky e Ziblatt (2018) e de Mounk (2018) com a argumentação formulada por Brown, podemos utilizar de forma metafórica alguns termos da Biologia. O diagnóstico dos três primeiros autores é o de que líderes “populistas” ou “iliberais” seriam como “agentes cancerígenos” que se infiltram no “corpo democrático” e vão debilitando as suas funções, em um processo que os leva gradualmente à “morte”. Wendy Brown não discorda dessa análise, porém a autora diagnostica que há um problema crônico no “sistema imunológico” desses “corpos democráticos”, que os torna extremamente vulneráveis à ação desses “agentes cancerígenos”. O neoliberalismo seria a condição que fragiliza a capacidade do corpo democrático de reagir a esses agentes pelo fato de as “células” desse organismo (os indivíduos)

¹⁶Segundo a autora, “o neoliberalismo é mais do que um conjunto de políticas econômicas, uma ideologia ou nova configuração da relação entre estado e economia. É uma ordem normativa racional desenvolvida ao longo de décadas, que faz com que todas as esferas da existência humana sejam medidas em termos econômicos” (Brown, 2017, p.9, tradução nossa).



enfrentarem obstáculos cada vez maiores para agirem de maneira coletiva e coordenada. Por conseguinte, não adianta combater somente tais organismos nocivos, sem combater, também, a condição prévia que propicia a proliferação dos mesmos.

No caso da América Latina, em particular, a politóloga Evelina Dagnino identifica que, com o fim das ditaduras, ocorreu uma “confluência perversa” entre o projeto de redemocratização e o de implementação do neoliberalismo. Disso resultou que diversos acordos democráticos firmados no processo de transição foram sendo paulatinamente ignorados ou marginalizados, e a sociedade civil se tornou colonizada pela lógica de mercado, em detrimento do avanço do projeto democrático (Dagnino, 2004). No caso peruano, contudo, a implementação do neoliberalismo se deu durante o regime autoritário liderado por Alberto Fujimori nos anos 1990 e se cristalizou em um arcabouço constitucional, que não foi desmantelado, mesmo depois de 25 anos passados desde a queda do ditador.

A Constituição de 1993 estabeleceu princípios bastante distintos daqueles assegurados pela Carta de 1979, na qual havia diversas previsões que enfocavam os princípios de justiça social e a ação do Estado como propulsores do desenvolvimento. Em 1993, consolidaram-se os princípios de mercado e da não intervenção estatal na economia, criando um arcabouço jurídico em que direitos empresariais por vezes se sobrepõem a direitos sociais (Lynch, 1999). Pode-se afirmar que, embora a lógica neoliberal tenha afetado em maior ou menor medida todas as economias dos países da América Latina, o caso do Peru se diferencia pela profundidade da inserção dos postulados neoliberais na sua Carta Magna (Monte, 2018).

Além disso, o regime fujimorista terminou por desorganizar o sistema partidário peruano, fragilizando os partidos e tornando-os veículos transitórios para lançar candidaturas. As lideranças foram desencorajadas a apostar em partidos sólidos e a buscar uma posição de confronto direto com o mandatário (Tanaka, 2005). Assim, o *Partido Popular Cristiano*, o APRA, o *Izquierda Unida* e o *Acción Popular*, os quatro principais partidos dos anos 1980, perderam capacidade de articulação nacional e tiveram resultados eleitorais muito frágeis e voláteis em eleições sucessivas (Levitsky; Cameron, 2003).

O sociólogo Danilo Martucelli (2021) identifica, ainda, que as transformações em curso desde a década de 1990 provocaram um processo de “desformalidade” da sociedade peruana, no qual a separação entre o formal e o informal, entre o transgressivo e o ilegal, entre a lei e o caos, se torna cada vez mais obscura. O autor explica que a desformalidade é um fenômeno que se desenvolve em três níveis distintos (econômico, social e cultural), mas que acabaram contribuindo para a formação de uma sociedade na qual o combate à corrupção ganha contornos de uma “cruzada moral”. A consequência disso é que o fim da corrupção se torna o objetivo maior da sociedade e, assim, uma série de pautas importantes para o país passam a ser marginalizadas no debate público.

No nível econômico, Martucelli concebe a informalidade como uma das fontes desse processo. O setor informal, no Peru, emprega mais de 70% dos trabalhadores. No mercado empresarial, 90% das empresas são de pequeno porte, das quais pelo menos a metade é total ou parcialmente informal. Diante disso, grande parte dos peruanos concebe a informalidade como funcional, já que muitos conseguem ascender socialmente por meio dela. Somado a isso, a fronteira entre o informal e o ilegal tende, em muitos casos, a ser bastante tênue.

Do ponto de vista social, o sociólogo nota que ocorre um processo de transbordamento (*desborde*) pelo qual as normas coletivas passam a ser frequentemente ignoradas pelos atores sociais, em meio a um cenário de frouxo controle das transgressões. Não é que as normas deixam de existir. Ocorre que a conduta dos indivíduos já não é mais comumente pautada nos valores compartilhados socialmente e isso se torna tão disseminado que a fronteira do que se entende como “certo” ou “errado” vai sendo paulatinamente diluída.

Somado a isso, existe um desinteresse generalizado pelas “formas” e pelo “estilo”, no âmbito da cultura, que faz com que já não haja uma distinção clara entre o formal e o informal



no modo como se utiliza a língua e as vestimentas, por exemplo. Disso resulta que a maneira como os indivíduos falam, se vestem e se comportam em situações formais e informais não sejam claramente distintas. Martucelli denomina esse fenômeno de “*achichamento*” cultural.

Em meio a esse contexto, o nível elevado de corrupção fez surgir “uma vida coletiva percebida a partir da moral e como um teatro de uma oposição cíclica entre o bem e o mal” (Martucelli, 2021, p.8). Embora a corrupção obviamente não tenha sido criada por Fujimori, foi no seu governo que se instaurou um “embate moral agônico contra os políticos corruptos”, que hegemonizou o debate público, ofuscando uma série de pautas relativas à promoção de políticas públicas universais, por exemplo. Sendo assim, esse embate tem sido profundamente despolitizado, uma vez que os atores políticos tendem a conceber a corrupção como uma questão moral individual, e não como um problema sistêmico.

De acordo com Martucelli, o aprofundamento da “desformalidade” provoca um forte sentimento de angústia coletiva, e os indivíduos passam a reivindicar a adoção de medidas drásticas para atenuar esse mal-estar. Disso resulta que praticamente todos os presidentes eleitos após Fujimori foram indiciados e/ou presos por corrupção: Alejandro Toledo (2001-2006), Alan García (2007-2011), Ollanta Humala (2011-2016) e Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018). A única exceção foi Pedro Castillo (2021-2022), que foi removido do cargo por tentar um autogolpe e preso após a tentativa.

A pandemia da Covid-19 intensificou o processo de desformalidade e trouxe à tona a fragilidade do Estado peruano. A saúde pública não foi capaz de absorver a demanda crescente por internações, e a população viveu de forma constante a falta de oxigênio para os enfermos. De acordo com a CEPAL (2021), o Peru sofreu uma queda no PIB de 12,9% em 2020, a segunda maior da América Latina, atrás apenas da Venezuela. O país ostentou a maior taxa de mortalidade por Covid-19 do mundo, se levado em conta o percentual de pessoas infectadas em relação à população total (Bocanegra; Rousseau, 2021). Como se isso não fosse o bastante, veio à tona o escândalo *Vacunagate*, em que diversos membros do governo à época, incluindo o ex-presidente Vizcarra, teriam se vacinado de maneira secreta enquanto testes eram realizados no país. O escândalo serviu para acentuar a crise de legitimidade do sistema político peruano.

Oligarquia liberal tradicional ou avançada: uma discussão conceitual

É importante pontuar que o processo de erosão da democracia liberal apontado de maneira acertada por diversos autores não necessariamente vai resultar na ascensão de regimes abertamente autocráticos, embora essa seja uma possibilidade real. Domingues (2019; 2024) aponta que, via de regra, o que está ocorrendo é um processo de oligarquização das democracias liberais que pode culminar na consolidação de regimes políticos que o autor denomina de “oligarquias liberais avançadas”.

Com relação ao Peru, em particular, defendemos a ideia de que a relação entre governantes e governados já ocorre por meio de um esquema oligárquico. Antes de discutirmos o conceito de “oligarquia liberal avançada”, formulado por Domingues, e explicar por que ele se aplica ao caso analisado neste artigo, cumpre lembrar que a América Latina tem um longo histórico de dominação oligárquica que perdurou desde o fim do século XIX até meados do século XX, tendo o Peru sido um dos últimos países a dismantelar suas oligarquias tradicionais. Sendo assim, faremos uma digressão histórica de modo a debater como o conceito de oligarquia foi utilizado como ferramenta de análise da política e das sociedades latino-americanas.

O termo oligarquia vem sendo usado na Teoria Política há muitos séculos. Sua origem remonta à Grécia Antiga, nas discussões que Aristóteles e Platão, dentre outros filósofos, faziam acerca dos regimes políticos da época. Na Teoria Política Contemporânea, o conceito foi resgatado e passou a ser mais largamente empregado, com diferentes autores procurando aprofundar a sua definição e discutir normativamente o modo como deveria ser usado. Robert

Michels, por exemplo, ao criar a sua “lei de ferro das oligarquias”, procurou atribuir um sentido mais neutro ao conceito, ao descrever uma tendência natural à oligarquização das associações políticas, independentemente do viés ideológico. Contudo, em geral, o termo “oligarquia” é utilizado com forte carga depreciativa na literatura sobre regimes políticos.

Ao discutir a difusão do conceito de oligarquia no campo das Ciências Sociais na América Latina, Waldo Ansaldi identifica que a palavra por vezes é usada como uma forma de esquivar-se do problema histórico e teórico das classes sociais, fazendo com que oligarquia seja utilizada de forma antagônica em relação ao conceito de povo. O termo costuma aparecer também como sinônimo de classe social, seja em referência à classe latifundiária, à dos proprietários de recursos provenientes da mineração ou, ainda, a alianças de diferentes frações das classes abastadas. Desse modo, a oligarquia seria uma espécie de contraponto à burguesia ou poderia ser concebida como aliada desta classe social e/ou dos atores imperialistas (Ansaldi, 2017).

No aporte que faz ao debate conceitual, Ansaldi defende que oligarquia não seja definida como uma classe social, mas sim como “*una categoría política que designa una forma de ejercicio de la dominación, caracterizada por su concentración y la angosta base social, es decir, por la exclusión de la mayoría de la sociedad de los mecanismos de decisión política*” (Ansaldi, 2017, p. 42)¹⁷. A dominação oligárquica tradicional seria exercida a partir do latifúndio, com o uso de instrumentos de coerção, legitimados por valores tradicionais hierárquicos que dividem as sociedades em linhagens, raças, classes etc. Era um tipo de dominação fundamentalmente coercitiva, podendo haver maior ou menor contestação por parte dos grupos subalternos, a depender da estrutura social e da conjuntura.

Esse sistema coercitivo foi construído mediante a combinação de processos de centralização e descentralização do exercício político. Em alguns Estados, havia uma maior tendência à centralização, enquanto em outros – como foi no caso do Peru – estabeleceu-se um alto grau de descentralização, com forte peso do papel exercido pelos líderes locais e regionais, que foram denominados no vocabulário popular ou mesmo acadêmico de muitas formas diferentes: oligarcas, coronéis, *gamonales*, caudilhos, caciques, compadres, clientes etc. (Ansaldi, 2017, p. 43).

Isso implica que as oligarquias nem sempre governavam o país diretamente, isto é, nem sempre o presidente do país seria um membro dos clãs poderosos do país. Tanto é assim que até a década de 1960, o Peru havia sido governado por diferentes presidentes militares que não pertenciam a essas famílias tradicionais. Contudo, as oligarquias sempre tratavam de bloquear iniciativas que feriam os seus interesses, fazendo com que as diversas mudanças de regime político não rompessem com o Estado oligárquico, nem com a sua inserção periférica e dependente no sistema internacional, que era conveniente para esses grupos (Bourricaud, 1969).

Na América Latina, essa forma de exercício de dominação é normalmente situada pela historiografia entre mais ou menos as décadas de 1880 e de 1940. Contudo, o caso peruano extrapola essa temporalidade, pois os traços oligárquicos do Estado só foram desmantelados após a instauração do regime militar de 1968, quando foi posta em prática uma plataforma nacional-reformista, que incluía a reforma agrária e a estatização de empresas privadas peruanas e multinacionais.

Ao investigar o caso peruano, em particular, Gilbert (2019) fez uma sociografia desses grupos e descobriu que havia um clã formado por mais ou menos 29 famílias, que, embora fossem radicadas em Lima, extraíam sua fonte de renda em geral da produção de commodities em outras regiões do país que eram exportadas para os países desenvolvidos. Gilbert se referia a esse grupo seletivo como os “29 oligarcas”, que com certa frequência se reuniam no *Club Nacional*

¹⁷De acordo com Ansaldi (2017), embora não seja adequado definirmos a oligarquia como classe social, poderíamos qualificar um Estado ou um regime político como oligárquico. Portanto, neste artigo, quando utilizarmos o termo “oligarquia” ou “oligarcas”, não estamos nos referindo ao conjunto da burguesia, mas sim a determinados grupos minoritários e poderosos que exercem a dominação de forma oligárquica.

de Lima, onde geralmente se articulavam as iniciativas políticas que davam coesão ao grupo (Gilbert, 2019, p. 84). Essa relação perdurou por muitas décadas, pois a oligarquia peruana teve o êxito de manter a massa rural e indígena à margem dos centros estratégicos de decisão. A exclusão do voto dos analfabetos até o final da década de 1970 foi uma estratégia fundamental para a preservação da dominação oligárquica por tanto tempo.

Portanto, nota-se que a História política peruana é marcada por uma forte concentração de poder nas mãos de pequenos grupos. Vale ressaltar que o rompimento da estrutura oligárquica tradicional não se deu através de uma revolta popular, mas sim através de um regime autocrático conduzido por militares, que, liderados pelo general e presidente Juan Velasco Alvarado entre 1968 e 1975, promoveram importantes reformas na estrutura do Estado e da sociedade. A História da democracia liberal no Peru, por sua vez, se resume ao período da década de 1980, quando foram eleitos os governos de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985) e de Alan García (1985-1990), e das décadas de 2000 e 2010.

Atualmente, argumentamos que o sistema político peruano passa por um processo gradual de reoligarquização. Isso não significa dizer de modo anacrônico que o que está em curso é o retorno ao modelo tradicional, que vigorou até a década de 1960. No lugar disso, defendemos a ideia de que está ocorrendo uma transição da democracia liberal para um regime oligárquico com um caráter “liberal-avançado”. Conforme mencionamos no início desta seção, Domingues (2019; 2024) defende que essa é uma tendência global, ainda que não seja possível prever se de fato esse novo regime vai se consolidar em diferentes partes do mundo.

Segundo o sociólogo brasileiro, as oligarquias liberais avançadas são definidas por sete características. As duas primeiras são (1) a manutenção de esquemas eleitorais e (2) a manutenção de uma moderada abertura para os movimentos sociais poderem se manifestar, o que resguarda uma fachada democrática, mas, em contrapartida, concentraria cada vez mais poder na mão de uma minoria. Nesses regimes, haveria também (3) a completa desconexão dos partidos políticos com a vida social; (4) a uniformização dos programas políticos de diferentes candidatos e partidos; (5) a oligopolização da mídia tradicional (apesar da disseminação do uso da rede social); (6) a pouca relevância da mobilização social e da opinião pública como motor de transformações por conta do desdém das classes dirigentes; e (7) a concentração de poder no Executivo.

Conforme analisaremos mais adiante, todas essas características podem ser observadas na política peruana atual, exceto a última. Nossa hipótese é que o fato de não haver concentração de poder no Executivo, e sim no Legislativo, não invalida a análise de que vem sendo constituído um regime oligárquico liberal avançado no país. Ao contrário, esse traço torna o regime atual no Peru ainda mais paradigmático, porque o conecta em um aspecto com os regimes oligárquicos tradicionais. Como mencionamos anteriormente, a História da América Latina nos mostra que é possível um regime político manter um grau elevado de descentralização de poder e, ao mesmo tempo, privilegiar um número pequeno de grupos sociais em detrimento das grandes massas, excluídas em grande medida do processo decisório. Esse foi essencialmente um aspecto central da dominação política existente no Peru entre o fim do século XIX e a década de 1960.

A nossa hipótese é que o regime oligárquico que vem se formando no Peru é gerido através do Parlamento, de forma a atender os interesses da coalizão fujimorista e das frações mais poderosas da burguesia que o fujimorismo¹⁸ representa. Esse seria o núcleo da dominação oligárquica atual. Diante das tentativas frustradas de tomar o controle do Executivo por meio do voto popular, esse grupo político vem tomando iniciativas no Legislativo, onde exerce grande influência, de forma a minar a capacidade de governar dos presidentes eleitos e destituir os

¹⁸Vale mencionar que o fujimorismo, enquanto uma força política, não morreu com o fim da ditadura de Alberto Fujimori em 2000. Ao contrário, os setores da sociedade e os grupos políticos que o apoiaram se adaptaram às mudanças promovidas a partir do estabelecimento da democracia liberal, à medida que procuraram conter o avanço daquele processo de democratização, a fim de preservar os privilégios dos setores da burguesia que representam.

mandatários que não se curvem à agenda fujimorista. Além disso, esses congressistas vêm aprovando leis que reforçam o poder discricionário do Legislativo e restringem os instrumentos de *accountability*. Discutiremos na próxima seção algumas dessas medidas de forma a ilustrar o nosso argumento.

Rearranjo institucional: o “engrandecimento” do Legislativo e o desequilíbrio dos poderes

“Se estiver livre de freios e contrapesos e sem uma sociedade civil que resista, um Legislativo dominante pode ser um problema tão grande quanto um Executivo que se engrandece.” (Sosa-Villagarcia et al, 2025)

Antes de nos determos na análise específica do empoderamento do Legislativo no caso peruano, cumpre elucidar os traços fundamentais do arranjo institucional do país, ou seja, o conjunto de sistemas adotados pela República em sua Constituição. O sistema de governo peruano, à semelhança do que ocorre nos demais países da América do Sul, é o presidencialismo, caracterizado por mandato de cinco anos, vedação à reeleição imediata e a existência de dois vice-presidentes. Entretanto, a Constituição peruana prevê mecanismos típicos do parlamentarismo, sem que essa combinação configure, propriamente, uma república semipresidencialista.

Vejamos os motivos: o Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República, que acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, auxiliado por um Conselho de Ministros, chefiado por um primeiro-ministro¹⁹, o qual assume uma função semelhante à Chefia da Casa Civil no Brasil, de responsabilidade de coordenação do Gabinete. O Presidente pode dissolver o Congresso em casos específicos, como após a aprovação de duas moções de censura ao Gabinete, de acordo com o artigo 134 da Constituição do Peru. O Poder Legislativo, até então, era unicameral²⁰, composto por 130 membros com mandato também de cinco anos. O Congresso, por sua vez, pode destituir o Presidente com base na vaga cláusula de “incapacidade moral permanente” presente no artigo 113 da Constituição, além de poder aprovar moções de censura ao Gabinete.

Por sua vez, o sistema partidário peruano, um dos pontos cruciais para entendermos a crise institucional, pode ser classificado como multipartidário polarizado, conforme os estudos de Maurice Duverger (1987) e Giovanni Sartori (1982). Segundo a definição de Sartori (1982, p. 166), podemos classificar o sistema partidário peruano como polarizado, com 6 partidos a nível legislativo, ou como atomizado, com 7 partidos ou mais a nível eleitoral. Essa ambiguidade conceitual reflete a própria fluidez do sistema: dados do Índice de Eleições de Gallagher (2023) indicam que o número efetivo de partidos a nível eleitoral no Peru é de 12,62, enquanto em nível legislativo é de 6,20. Nesse sentido, Mainwaring e Scully (1994) corroboram em seu estudo uma característica fundamental do sistema político: a institucionalização dos partidos. Nas palavras dos autores, partidos institucionalizados têm as seguintes características: 1) há concorrência regular entre partidos; 2) os partidos possuem raízes estáveis na sociedade; 3) os partidos e as eleições são os mecanismos que determinam quem governa; e 4) as organizações partidárias são relativamente sólidas.

Se aplicarmos os quatro critérios dos autores à realidade peruana, podemos constatar que o sistema partidário do país pode ser descrito como incipiente, conforme apontado por eles (1994, p. 62). Embora o estudo seja de meados da década de 1990, após mais de três décadas mantemos a análise de que o sistema partidário do Peru não é institucionalizado, especialmente por apresentar uma volatilidade eleitoral altíssima, caracterizada pela grande facilidade para a criação e extinção de partidos, e pela falta de capilaridade e organização interna das agremiações. A essas características somamos o fato de, na dinâmica política atual,

¹⁹Diferente do primeiro-ministro na Europa, pois não chefia o Governo.

²⁰O bicameralismo foi retomado com as eleições gerais de 12 de abril de 2026.



o voto popular ser frequentemente subvertido por meio da destituição de presidentes eleitos pelo Congresso. Quanto ao sistema eleitoral, o adotado para eleições de cargos do Executivo é o de maioria absoluta em dois turnos, exigindo-se 50% + 1 dos votos válidos. Já para o Poder Legislativo, adota-se o sistema proporcional com voto preferencial, que permite ao eleitor ordenar suas preferências entre os candidatos do partido.

A existência de um sistema multipartidário polarizado aumenta os custos de transação entre os poderes Executivo e Legislativo, especialmente devido à composição da coalizão de governo no Parlamento, pois é difícil que o partido do presidente alcance a maioria sozinho. Uma coalizão ampla, ao agregar mais partidos, aumenta probabilisticamente a base de apoio do presidente no Congresso. No entanto, uma coalizão muito ampla e ideologicamente heterogênea pode gerar custos de transação elevados e conflitos programáticos internos. Na teoria, as coalizões no sistema presidencialista deveriam ser suficientes para atender aos interesses de ambos os Poderes. Contudo, em um sistema onde há mais atores negociando, o consenso se torna cada vez mais difícil, e é justamente sob essa ótica que se dá a crise político-institucional no Peru: muitos partidos que são pouco coesos, coalizões incongruentes ideologicamente, Poder Executivo enfraquecido e, do outro lado, um Legislativo cada vez mais poderoso, com motivos que serão apresentados a seguir (Mainwaring, 1990; Tsebelis, 1995; Amorim Neto, 2006; Albala, 2020).

Analisaremos, portanto, o aumento do poder do Legislativo em diálogo com o artigo “*A ascensão do autoritarismo legislativo*”, publicado em 2025 no *Journal of Democracy*, pelos autores Paolo Sosa-Villagarcia, José Incio e Moisés Arce, além de artigos de César Landa Arroyo (2020; 2023). Vale retomar, neste ponto, que a literatura sobre regressão democrática na América Latina se desenvolveu, em grande medida, a partir da observação de um padrão recorrente no período pós-redemocratização: o fortalecimento do Poder Executivo, no que ficou conhecido como hiperpresidencialismo. Nesse modelo, presidentes eleitos tendiam a acumular prerrogativas legislativas como a edição de decretos com força de lei sem necessidade de aprovação parlamentar e a utilizar o Congresso como instrumento de validação de suas iniciativas, além de poderem iniciar legislação e possuírem poder de veto.

O Peru recente, contudo, inverte essa lógica de forma quase sistemática. O que se observa é um Executivo progressivamente esvaziado, cujos ocupantes duram, em média, menos de dois anos no cargo, enquanto o Congresso acumula prerrogativas que historicamente pertenciam a outros poderes. Compreender esse processo exige, portanto, examinar com atenção os mecanismos concretos pelos quais o Parlamento peruano tem expandido seu poder.

Sosa-Villagarcia et al (2025) identificam dois processos que se reforçam mutuamente no interior do Congresso peruano desde 2016: a **concentração de poder**, pela qual o Legislativo expande suas próprias prerrogativas por meios formais e informais, e a **restrição de controle**, pela qual ele reduz a capacidade de outras instituições de fiscalizá-lo. A primeira forma – a concentração de poder – ocorre quando o próprio Legislativo expande sua autoridade e funções, assumindo competências que frequentemente se sobrepõem às de outras instituições. Esse avanço se dá por duas vias: uma formal (“engrandecimento”) e a outra informal (“invasão”).

Pela via formal, o que os autores denominam de “engrandecimento”, o Congresso oficializa suas novas funções por meio de leis e decisões constitucionais. Um exemplo paradigmático foi a obtenção de funções orçamentárias que eram exclusivas do Executivo, manobra viabilizada por uma decisão favorável do Tribunal Constitucional do Peru, decisão que não foi casual, mas sim um resultado direto da cooptação prévia desse órgão do Judiciário pela coalizão parlamentar dominante (Landa Arroyo, 2020).

Pela via informal, que os autores denominam “invasão”, o Congresso age de maneira a invadir os poderes alheios, seja por meio de interpretações espúrias das leis, seja pelo uso abusivo de suas prerrogativas formais. No Peru, isso se manifestou de forma clara no uso crescente e politicamente orientado do poder de convocar e destituir ministros de Estado. Conforme

apontado por Sosa-Villagarcia et al (2025), entre 2011 e 2016 o Congresso convocou onze vezes ministros para questionamento, mas nos três primeiros anos da legislatura seguinte (2021-2026) esse número saltou para vinte e seis, ao mesmo tempo em que o número de destituições de membros do gabinete passou de dois para seis, nos respectivos períodos. Esse uso intensificado não reflete um mero aprofundamento da fiscalização, mas sim a instrumentalização dos mecanismos de supervisão como forma de controlar as principais decisões do Executivo e de ameaçar o Presidente da República com *impeachment* em caso de resistência (Sosa-Villagarcia et al, 2025).

Já na segunda forma, **a restrição de controle**, os autores também apontam estratégias formais e informais para reduzir as competências e os poderes de outras instituições, além de estratégias para que os congressistas se blindem do que chamamos de accountability. Formalmente, essa blindagem consiste na aprovação de leis que reduzem os poderes de outras instituições e criam escudos de proteção aos próprios legisladores. Segundo os autores, isso ficou evidente quando o Congresso isentou partidos políticos de investigações por lavagem de dinheiro e organização criminosa, além de aprovar leis que dificultam o cumprimento de mandados de busca contra parlamentares.

Já nos mecanismos informais, de cooptação, o Congresso assume o controle de órgãos estatais autônomos ao nomear, demitir ou punir seus principais funcionários, transformando instituições de Estado em “meros acessórios do Parlamento” (Sosa-Villagarcia et al, 2025). No caso peruano, o Congresso substituiu todos os juízes do Tribunal Constitucional por juristas com laços estreitos com blocos legislativos, interferiu na ouvidoria nacional e atacou ativamente a autonomia do sistema judiciário e eleitoral (Sosa-Villagarcia et al, 2025; Landa Arroyo, 2020).

Além disso, é de extrema importância analisar o artigo 113 da Constituição peruana, já mencionado anteriormente, que versa sobre o processo de destituição dos chefes do Executivo. Chama a atenção a fragilidade da definição do dispositivo jurídico denominado de “vacância”, como podemos ver na sua redação: “*Artigo 113 - Vacância da Presidência da República: A Presidência da República fica vaga por: 1. Morte do Presidente da República. 2. Sua permanente incapacidade moral ou física, declarada pelo Congresso*”²¹. Ao não definir o que caracteriza a “permanente incapacidade moral ou física”, a Constituição confere ao Congresso um poder discricionário para destituir presidentes com uma maioria de 87 votos e uma interpretação conveniente do que seja essa incapacidade.

Esse processo de reconfiguração institucional, portanto, não ocorre no vácuo. Como argumentamos anteriormente, uma das responsáveis por organizar e direcionar essas dinâmicas no Parlamento é a coalizão fujimorista e seus aliados, valendo-se tanto de mecanismos formais quanto informais para consolidar sua posição. É nesse contexto que os dois processos identificados por Sosa-Villagarcia et al. (2025) e as demais características apontadas por Landa Arroyo (2020; 2023) adquirem sentido empírico, conectando teoria à evidência. É justamente isso que faremos na seção seguinte.

A reconfiguração oligárquica do sistema político peruano: a análise empírica

Desde o ano de 2000, quando chegou ao fim a ditadura de Alberto Fujimori, o sistema político peruano apresenta uma forte contradição interna. A força política que reivindica a tradição fujimorista possui grande capacidade de influência no debate político nacional, mas desperta, em contrapartida, um enorme rechaço por parte de setores progressistas e democráticos, o que a impede de conquistar a hegemonia por meio do controle do poder Executivo. A partir

21Tradução nossa. Original:

“Artículo 113- Vacancia de la Presidencia de la República:

La Presidencia de la República vaca por:

1. Muerte del Presidente de la República.

2. Su permanente incapacidad moral o física, declarada por el Congreso.”

(Constituição Política do Peru, 1993).

do Legislativo, o fujimorismo mantém o *status quo* que beneficia os setores da burguesia que ele representa, com destaque para os da mineração e para os grupos empresariais da educação privada (Sosa-Villagarcia et al, 2025).

Vale mencionar também o papel dos magnatas proprietários das principais empresas de comunicação do país, outro grupo que se beneficia com a manutenção do *status quo*. A mídia peruana é caracterizada por um forte processo de oligopolização, no qual nove empresas são proprietárias da grande maioria dos meios de comunicação tradicionais, como rádio, TV e jornais. Podemos exemplificar essa concentração citando o caso do Grupo *El Comercio*, que administra 9 periódicos, 11 revistas e 3 canais de TV, além de 16 meios digitais e de outras empresas diversas, dentre as quais se encontra uma vinculada ao setor de construção civil (Alarcón; Lodtmann, 2018).

O *lobby* exercido por esses empresários, que normalmente possuem vínculos muito íntimos com membros da elite política, faz com que se produza uma cobertura do mundo da política muito pouco plural e diversa do ponto de vista ideológico. Paralelamente, a ascensão de outras empresas menores nesse mercado fortemente concentrado é bastante difícil, já que a concessão de rádio e TV no Peru segue um modelo administrativo estatal, com base em autorizações outorgadas pelo governo para que essas empresas atuem²², e a demanda por produtos da imprensa escrita é cada vez menor (Alarcón; Lodtmann, 2018)

O avanço do processo de democratização iniciado em 2000 foi fortemente contido tanto pela forte concentração da mídia nas mãos de poucas famílias, bem como pelo controle do Legislativo por parte do fujimorismo, o que fez com que nenhum dos governos até hoje fosse capaz de contestar os marcos da Constituição de 1993, ainda vigente (Monte, 2018). Não tiveram êxito nem Alejandro Toledo, eleito em 2001, após se tornar uma peça central na luta pela democracia; nem Alan García, líder do APRA, partido que teve um papel histórico de canalizar certas demandas dos setores populares, mas que, ao voltar ao poder em 2006, frustrou seus apoiadores; nem mesmo Ollanta Humala, que se elegeu em 2011 proclamando um discurso de rechaço ao neoliberalismo, mas que terminou por seguir a mesma fórmula dos demais; muito menos Pedro Castillo, um *outsider* eleito com um discurso de esquerda radical, mas que, por ter um apoio minúsculo no Legislativo, não conseguiu governar e acabou sendo deposto após tentar fechar o Congresso, sem que para isso tivesse apoio nem mesmo de seus ministros.

A partir da década de 2010, a coalizão fujimorista, que passou a ser liderada por Keiko Fujimori e seu partido *Fuerza Popular*, se tornou ainda mais influente e construiu uma maioria parlamentar sólida ao aliar-se a outros partidos de direita e extrema-direita, como o *Avanza País* e o *Renovación Popular*. Sem conseguir conquistar o Executivo pelo voto, tendo perdido as três últimas eleições presidenciais (2011, 2016, 2021) por margens apertadas, essa coalizão mantém o Legislativo como arena principal de atuação, utilizando os mecanismos descritos na seção anterior para minar a capacidade de governar dos presidentes eleitos e para cooptar instituições.

O ano de 2016, quando foi eleito o presidente Pedro Pablo Kuczynski, representa um marco no qual as ameaças dos congressistas aos governos eleitos se tornaram cada vez mais disruptivas e o engrandecimento do Legislativo se tornou mais evidente:

[...] entre 2016 e 2019, a posição e o papel da oposição parlamentar tornaram-se obstrucionistas: por um lado, pelo bloqueio, no âmbito legislativo, das políticas

²²Com a disseminação do uso da Internet, em especial das redes sociais, havia a expectativa de que essas empresas de radiodifusão e a imprensa perderiam o poder de influenciar a opinião pública e, desse modo, poderia haver um processo de democratização no acesso e na produção de informação. No entanto, o que a realidade nos mostra é que aquele otimismo não passou de ilusão, tendo em vista que as big techs – como a Amazon, o Facebook e o Google – acumularam um grande poder político global, capaz de influenciar as políticas domésticas, por meio da “governança algorítmica”, isto é, o uso de algoritmos, inteligência artificial e análise de dados para apoiar, automatizar ou até substituir decisões que antes eram tomadas por humanos em processos de governo ou gestão. Disso resulta que o processo de democratização do acesso a informação não apresentou avanços significativos (Srivastava, 2023).

governamentais de combate à corrupção; e, por outro lado, por estar direcionada a submeter o Poder Executivo, bem como a controlar a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público, para assegurar interesses próprios (Landa Arroyo, 2020, p. 43).

Eleito por uma margem de menos de meio ponto percentual sobre Keiko Fujimori, Kuczynski chegou ao poder sem base parlamentar sólida e com um Congresso dominado pelo *Fuerza Popular*²³, que havia obtido a maioria das cadeiras. A estratégia da coalizão fujimorista foi utilizar o Legislativo como um instrumento de desgaste sistemático do Executivo. Dois processos de vacância em menos de dois anos levaram à renúncia do Presidente da República em março de 2018, antes mesmo do Congresso votar sua destituição. O episódio estabeleceu um precedente que definiria a dinâmica política peruana pelos anos seguintes: a ameaça da destituição por incapacidade permanente como mecanismo de controle do Executivo pela coalizão parlamentar dominante.

A presidência de Martín Vizcarra (2018-2020), que ascendeu por ser o vice-presidente de Kuczynski, pode ser descrita como um período *outlier*, por ter sido o único mandatário que tentou confrontar ativamente o poder parlamentar com significativo respaldo popular. Em setembro de 2019, dissolveu o Congresso e convocou eleições legislativas, um movimento que contou com aprovação de cerca de 85% da população, segundo pesquisa da Ipsos²⁴. A resposta dos parlamentares a Vizcarra foi a aprovação da derrubada do mandatário em novembro de 2020, por meio da cláusula de incapacidade moral permanente. A mensagem enviada pelo episódio era direta: mesmo um presidente com alto índice de aprovação popular²⁵ não estava imune à coalizão parlamentar se ousasse enfrentá-la diretamente.

Após a queda de Vizcarra, por sucessão constitucional, o presidente do Congresso, Manuel Merino, assumiu a chefia do Executivo²⁶, em 10 de novembro de 2020. Sua ascensão à Presidência foi amplamente questionada pelo povo, gerando intensos protestos reprimidos com uso de brutal violência. Além disso, o novo governo teve pífio reconhecimento regional. A soma destes fatores levou à renúncia de Merino no dia 15, após somente cinco dias à frente do país (Dargent Bocanegra e Rousseau, 2021).

Francisco Sagasti (2020-2021), presidente eleito pelo próprio Congresso após a crise gerada pela derrubada de Vizcarra e a renúncia de Merino, administrou a transição sem ameaçar o equilíbrio de poder estabelecido. Sua passagem pelo cargo foi, nesse sentido, uma demonstração de que a sobrevivência no Executivo dependia fundamentalmente da disposição de não contestar a hegemonia legislativa.

O governo de Pedro Castillo (2021-2022), por sua vez, representa o caso mais extremo de incompatibilidade entre um presidente eleito e a coalizão parlamentar dominante. Castillo chegou ao poder como um *outsider* radical de esquerda, sem experiência governamental e sem qualquer base de apoio no Congresso. A eleição, novamente, teve resultado muito apertado: apenas 0,26 pontos percentuais de Castillo sobre Keiko Fujimori. O resultado foi um governo permanentemente paralisado: em menos de um ano e meio de mandato, Castillo trocou seu primeiro-ministro cinco vezes e sobreviveu a três processos de vacância antes de tentar, em dezembro de 2022, dissolver o Congresso por decreto, um autogolpe que não encontrou apoio nem mesmo entre seus próprios ministros e que resultou em sua prisão imediata (Landa Arroyo,

23O partido alcançou, na eleição de 2016, 73 das 130 cadeiras. Devido às mudanças e renúncias, em 2019 o FP ainda tinha 53 congressistas. Entretanto, a legislatura, que deveria ir até 2021, foi dissolvida em setembro de 2019. Após a nova eleição, três partidos a mais foram eleitos, totalizando nove partidos com representação. Quanto às cadeiras do FP, houve uma perda significativa, com o partido elegendo somente 15 cadeiras para compor o Congresso até as eleições de 2021.

24Disponível em: https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2019-10/opinion_data_octubre_2019.pdf. Último acesso: 15 de abril de 2026.

25Pesquisa Ipsos apontou que, um dia antes de ser destituído, 88% da população era contrária à sua remoção. Da mesma forma, 94% se disse contrária à nomeação de Manuel Merino.

26O cargo de segundo-vice-presidente estava vago devido à renúncia de Mercedes Araóz em maio de 2020.

2023). O episódio é analiticamente revelador não apenas pelo seu desfecho, mas pelo que expõe sobre as dificuldades estruturais para comandar o Executivo peruano.

Dina Boluarte (2022-2025), primeira-vice-presidente na chapa de Castillo, ascendeu ao cargo após sua destituição e prisão, por ser sua próxima sucessora constitucional. Boluarte conseguiu permanecer no cargo por quase três anos, uma longevidade notável para os padrões peruanos recentes, em grande medida porque governou em conformidade com a coalizão parlamentar dominante. Sua gestão foi marcada por escândalos, como do Rolex Gate e das cirurgias plásticas²⁷, por índices de aprovação consistentemente baixos²⁸ e por uma crescente associação com os interesses da coalizão que a mantinha no cargo. Durante seu governo, Dina enfrentou uma onda de protestos em todo o país, os quais foram reprimidos violentamente por forças do Estado, inclusive levando à morte de manifestantes. Em setembro de 2025, os protestos se intensificaram e a presidente acumulava menos do que 5% de aprovação popular. Após sete moções de censura não aprovadas pelo Congresso, em outubro de 2025, contando com o voto da coalizão fujimorista pela primeira vez²⁹, o Congresso aprovou sua destituição por incapacidade moral permanente em um processo que levou menos de 8 horas.

Em seguida, mais especificamente no dia 10 de outubro, quem assumiu interinamente a Presidência da República foi o próprio presidente do Congresso, José Jerí³⁰. Jerí deveria comandar interinamente a Presidência até julho de 2026, aproximadamente um mês após a conclusão do segundo turno da eleição deste ano. Contudo, mesmo que sua aprovação fosse significativamente mais alta³¹ que a de Boluarte, o presidente permaneceu no cargo por apenas 130 dias. José Jerí foi acusado de receber empresários chineses de forma secreta no Palácio de Governo em Lima³² e de ter feito contratações suspeitas para cargos na máquina pública³³. Por consequência, no dia 17 de fevereiro, o Congresso aprovou sua censura³⁴, com 75 votos a favor e 24 contrários³⁵, retirando-o do cargo de Presidente da República e, também, de Presidente do Congresso.

Após a destituição do sétimo presidente em dez anos, não havia mais ninguém na linha de sucessão constitucional. No entanto, nesse caso, os parlamentares realizaram um pleito interno para eleger o presidente do Congresso, que, conseqüentemente, assumiria também,

²⁷Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/10/10/bolsas-de-marca-rolex-e-plastica-relem-bre-os-escandalos-que-marcaram-o-governo-da-presidente-do-peru-destituída-nesta-sexta.ghtml>. Último acesso em 15 de abril de 2026.

²⁸Segundo pesquisas divulgadas em setembro de 2025, a aprovação da então presidente Dina Boluarte era superior aos 90%. Disponível em: Informe Instituto de Estudos Peruanos: <https://estudiosdeopinion.iep.org.pe/wp-content/uploads/2025/09/IEP-Informe-de-opinion-septiembre-2025-informe-completo.pdf> ; Informe Ipsos: <https://www.ipsos.com/es-pe/aprobacion-presidencial-setiembre-2025-encuesta-america-tv-ipsos>. Último acesso: 15 de abril de 2026.

²⁹Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/02/17/crisis-politica-el-papel-de-fuerza-popular-para-que-el-peru-tenga-8-presidentes-en-10-anos-hnews-1386163>. Último acesso: 15 de abril de 2026

³⁰Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/02/17/crisis-politica-el-papel-de-fuerza-popular-para-que-el-peru-tenga-8-presidentes-en-10-anos-hnews-1386163>. Último acesso: 15 de abril de 2026

³¹Pesquisa Ipsos apontou que, entre outubro de 2025 e janeiro de 2026, José Jerí manteve índice de aprovação em torno de 45%. Fonte: <https://www.ipsos.com/es-pe/la-desaprobacion-del-presidente-jeri-aumento-de-43-61-en-un-solo-mes-encuesta-peru-21-ipsos-febrero>

³²Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/02/17/jose-jeri-es-censurado-por-el-congreso-y-deja-la-presidencia-del-peru-hnews-579938>. Último acesso em 15 de abril de 2026.

³³Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/02/13/fiscalia-abre-investigacion-a-jose-jeri-por-contrataciones-de-mujeres-que-visitaron-palacio/>. Último acesso em 15 de abril de 2026.

³⁴No processo contra Jerí, a moção de vacância não foi aprovada, entretanto, a moção de censura foi suficiente para retirá-lo do cargo. Isso ocorreu pois ele só assumiu a Presidência da República porque era Presidente do Congresso, cargo para o qual foi votada a moção de censura. Com a aprovação, ele perdeu os dois cargos, mas continuou com o mandato de deputado. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/02/16/que-diferencia-hay-entre-la-censura-y-la-vacancia-de-jose-jeri-como-presidente-del-peru/>. Último acesso em 15 de abril de 2026.

³⁵*Fuerza Popular*, de Keiko Fujimori, foi uma das poucas bancadas a votar contra. Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/2026/02/16/jose-jeri-en-vivo-congreso-define-sus-votos-a-horas-de-que-se-debata-la-censura-contrapresidente-hnews-791200>. Último acesso em 15 de abril de 2026.

de forma interina, a Presidência da República. Em uma votação em dois turnos no dia 18 de fevereiro³⁶, saiu vitorioso o congressista José Maria Balcazar³⁷, com 64 votos contra 46 para a concorrente María del Carmen Prieto. Balcazar deve governar o país até o vitorioso nas eleições gerais de abril assumir a Presidência, em julho de 2026.

Tomados em conjunto, esses seis governos descrevem uma trajetória consistente. Não se trata somente de uma série de crises conjunturais provocadas por presidentes incompetentes ou corruptos, embora estas características estejam presentes em vários casos. O que os dados revelam é um padrão estrutural: quanto mais um presidente tenta exercer autonomia em relação à coalizão dominante, mais rapidamente é removido. Essa assimetria não parece ser acidental, mas sim o produto deliberado de um processo de reconfiguração institucional que transformou o *impeachment* e a ameaça em instrumentos permanentes de submeter o Executivo às vontades do grupo majoritário que comanda o Legislativo. Portanto, o Peru dos últimos dez anos não é tão somente um país com presidentes fracos que enfrentam um Congresso forte, mas sim, sobretudo, um país cujo sistema político foi deliberadamente reconfigurado para que o Executivo não possa ser forte e para que essa impossibilidade estrutural beneficie de forma consistente os mesmos grupos de interesse.

Portanto, concordamos com o diagnóstico de Sosa-Villagarcia et al. (2025) de que está em andamento um processo de “engrandecimento do Legislativo” e que isso pode ser tão perigoso à democracia quanto o “engrandecimento do Executivo”. Também estamos de acordo em que há indícios de um forte desequilíbrio entre os três poderes em favor do Parlamento e em detrimento dos outros dois poderes. Em contrapartida, discordamos do modo como os autores nomeiam o regime político que vem sendo instaurado no Peru. Eles defendem o uso do conceito de “autoritarismo legislativo” para caracterizar esse processo.

Compreendemos, entretanto, que seria mais assertivo classificar esse novo regime como uma “oligarquia”, já que os regimes autoritários tendem historicamente a promover uma concentração de poder no Executivo, como os próprios autores reconhecem. As oligarquias, por sua vez, conseguem combinar níveis de centralização em alguns aspectos e de descentralização em outros. Nesse caso, há a concentração de poder em um grupo de parlamentares, que agem de forma a preservar privilégios pessoais e dos setores da burguesia que eles representam, desconectando-se assim totalmente dos setores populares que os elegeram, o que explica a crescente desaprovação do Congresso, que, em setembro de 2025, atingiu 89%³⁸.

O fato de os autores não utilizarem o conceito de oligarquia talvez seja decorrente da dicotomia feita por muitos autores da Ciência Política que divide os regimes em democracia ou ditadura. O modelo de regimes políticos tal como proposto por Domingues, contudo, parece ser mais útil para captar nuances importantes, sobretudo nas análises qualitativas, as quais buscam captar transformações históricas mais graduais. Ao adicionar o conceito de oligarquia ao de democracia e de autocracia, no seu modelo de regimes políticos, Domingues possibilita uma análise empírica mais matizada e mais precisa. Além disso, o autor possibilita inclusive distinguir diferentes tipos de democracia (que pode ser liberal ou radical); diferentes tipos de oligarquia (liberal-tradicional ou liberal-avançada); e de autocracia (colonial, radical, burocrática ou pessoal) (Domingues, 2019; 2024).

A partir desse modelo, podemos qualificar precisamente que o regime político em curso no Peru, pelo menos desde 2016, contém características majoritariamente oligárquicas de perfil liberal-avançado. Ao longo desta seção, discutimos uma série de fatos que corroboram a hipótese de que o sistema político peruano atual contém seis das sete características constitutivas desse tipo de regime: (1) a manutenção de esquemas eleitorais e (2) a manutenção de uma

36Disponível em: <https://comunicaciones.congreso.gob.pe/noticias/maria-del-carmen-alva-y-jose-balcazar-pasan-a-segunda-vuelta-en-eleccion-de-presidencia-del-congreso/>. Último acesso em 15 de abril de 2026.

37Disponível em: <https://comunicaciones.congreso.gob.pe/noticias/jose-maria-balcazar-es-elegido-presidente-del-congreso-de-la-republica/>. Último acesso em 15 de abril de 2026.

38Disponível em: <https://www.americatv.com.pe/noticias/actualidad/que-89-desaprueba-gestion-congreso-setiembre-n511421>. Último acesso: 15 de abril de 2026.

moderada abertura para os movimentos sociais poderem se manifestar, que juntos resguardam uma fachada democrática, mas, em contrapartida, concentrariam cada vez mais poder; (3) a completa desconexão dos partidos políticos com a vida social; (4) a uniformização dos programas políticos de diferentes candidatos e partidos; (5) a oligopolização da mídia tradicional (apesar da disseminação do uso da rede social); e (6) a pouca relevância da mobilização social e da opinião pública como motor de transformações por conta do desdém das classes dirigentes. A única exceção é o elemento (7): a concentração de poder no Executivo.

Contudo, vimos que os regimes oligárquicos, tradicionalmente, combinam graus distintos de centralização e descentralização. No caso do Peru, a oligarquia se constitui a partir do Parlamento, o que configura um regime mais descentralizado. Assim como os regimes oligárquicos de perfil liberal-tradicional no Peru entre o final do século XIX e a década de 1960 teve um nível de descentralização mais elevado do que os regimes oligárquicos nos países vizinhos, o regime oligárquico liberal-avançado atual se constituiu com um nível significativo de descentralização, pois não está centrado no poder Executivo, muito menos na figura do presidente da República.

Por fim, é importante ressaltar que a resiliência desse regime oligárquico que emerge no Peru pode ser muito menor do que a estrutura de dominação oligárquica que vigorou entre o final do século XIX e a década de 1960, já que ainda há um relativo espaço para a população peruana se manifestar através do voto universal, algo que não existia até a década de 1960, quando os analfabetos (que representavam quase 40% da população³⁹) eram proibidos de participar das eleições. Uma articulação que se pautasse não apenas no anti-fujimorismo⁴⁰, como vem ocorrendo, mas que constitua uma frente ampla democrática com um projeto nacional estabelecido a partir de um consenso mínimo entre diferentes grupos políticos e setores progressistas da sociedade civil que consiga modificar significativamente a composição do Parlamento pode reverter o processo de oligarquização.

Conclusão

Ao longo deste artigo, procuramos demonstrar que a crise política peruana dos últimos dez anos, marcada por oito presidentes em uma década e pela constante rotatividade no comando do Executivo, pode ser compreendida de maneira mais complexa do que somente uma referência à “instabilidade” e ao “caos”. O que se observa no Peru, como buscamos argumentar, é um processo de reconfiguração do poder, conduzido em larga medida por forças que reivindicam a tradição fujimorista e por setores da direita e extrema-direita que a ela se aliaram no Parlamento.

Diante da dificuldade de conquistar o Executivo pelo voto popular, evidenciada pelas três derrotas consecutivas de Keiko Fujimori, esses grupos adotaram o Legislativo como arena principal de atuação. A partir do Congresso, promoveram um duplo movimento institucional: de um lado, a concentração de poder, por meio do engrandecimento e da invasão, através do sequestro de funções orçamentárias que eram exclusivas do Executivo e do uso abusivo de interpelações e censuras para controlar ministros e paralisar governos; de outro, a restrição de controles, através da cooptação de instituições como o Tribunal Constitucional, o Ministério Público e o Jurado Nacional de Eleições, além da aprovação de leis que blindam parlamentares de investigações.

O resultado desse processo, como procuramos mostrar, é um regime que mantém a

³⁹Esse dado está disponível no site do Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru (INEI): <https://proyectos.inei.gob.pe/web/biblioineipub/bancopub/Est/LIB0170/N16/ieccc033.htm>. Último acesso em: 09 de março de 2025.

⁴⁰Segundo Meléndez (2019), o antifujimorismo é uma identidade política negativa capaz de aglutinar setores da centro-direita e da esquerda numa espécie de veto à volta dos Fujimori. Isso ocorreu nos segundos turnos das eleições presidenciais desde 2011, como forma de evitar a eleição de Keiko. Contudo, essa frente ampla não é capaz de formular um projeto nacional devido à heterogeneidade dos grupos que a compõem e as suas diferentes concepções sobre como a política deveria ser conduzida.

fachada democrática, mas cujos mecanismos substantivos de *accountability* e alternância de poder foram progressivamente esvaziados. Aplicando os critérios de Domingues (2019; 2024), verificamos que o regime peruano atual apresenta seis das sete características das oligarquias liberais-avançadas: a desconexão dos partidos com a vida social, a uniformização dos programas políticos, a oligopolização da mídia tradicional, o desdém das classes dirigentes pela opinião pública e pela mobilização social e a manutenção de uma fachada eleitoral que resguarda a aparência democrática. A sétima característica, a concentração de poder no Executivo, não está presente, e é precisamente nela que reside a especificidade do caso peruano.

Diferentemente do que Domingues identifica como tendência global, no Peru o poder não se concentrou na Presidência, mas sim no Parlamento. Longe de invalidar o modelo do autor, essa particularidade, ao nosso ver, o enriquece, sugerindo que as oligarquias liberais-avançadas podem assumir diferentes formas institucionais conforme a correlação de forças local, porém sempre mantendo um objetivo: a preservação de um *status quo* que beneficia grupos minoritários em detrimento da maioria da população.

A trajetória empírica analisada neste artigo, que vai do governo Kuczynski (2016) até o governo interino de Balcazár (2026), sugere a existência de um padrão estrutural que não pode ser ignorado: quanto mais um presidente tenta exercer autonomia em relação à coalizão parlamentar dominante, mais rapidamente tende a ser removido. Esse padrão, como procuramos argumentar, não parece ser meramente acidental, mas sim o produto de um processo de reconfiguração institucional que transformou a ameaça de destituição em instrumento permanente de submissão do Executivo às vontades do grupo majoritário que comanda o Legislativo.

Diante desse cenário, algumas questões se colocam para o futuro da democracia peruana. A primeira diz respeito à capacidade das forças democráticas e progressistas de superar o antifujimorismo como mera identidade política negativa, que é capaz de aglutinar a rejeição a Keiko Fujimori, mas até agora não conseguiu, de modo exitoso, formular um projeto nacional. A segunda diz respeito à possibilidade de construção de um consenso que articule diferentes grupos políticos e setores da sociedade em torno da necessidade de modificar significativamente a composição do Parlamento e de restaurar o equilíbrio entre os poderes, algo que pode acontecer com a volta do Senado a partir de julho de 2026.

A experiência dos últimos dez anos sugere que a mera indignação, desacompanhada de organização política e de um projeto alternativo consistente, tende a ser absorvida ou reprimida pelo sistema que busca combater. O desafio, portanto, não é apenas denunciar a oligarquização e a ascensão da extrema-direita, tarefa que procuramos realizar ao longo deste artigo, mas também contribuir para a construção de alternativas viáveis a esse processo.

O Peru, nesse sentido, não é apenas um caso a ser analisado, mas também um alerta sobre os riscos da erosão democrática em contextos de fragilidade institucional, sobre os perigos da concentração de poder quando desacompanhada de mecanismos efetivos de *accountability* e sobre a capacidade da extrema-direita de se adaptar e governar indiretamente quando não consegue vencer as eleições. É também um lembrete de que a democracia não se resume a procedimentos eleitorais, mas depende do equilíbrio entre os poderes, os tão famosos *checks and balances*, da vitalidade da sociedade civil e da capacidade da cidadania de se organizar para defender seus interesses.

Por fim, os efeitos desse processo não se restringem ao plano doméstico. A reconfiguração oligárquica do sistema político peruano, ao produzir um Estado menos responsivo e institucionalmente instável, tende a limitar a capacidade do país de atuar de forma consistente em agendas estratégicas em âmbito regional. Esse aspecto se torna particularmente relevante quando se considera o papel do Peru na Amazônia, já que o país detém a segunda maior extensão da floresta. Nesse contexto, a fragilização da democracia e o predomínio de uma lógica oligárquica de tomada de decisão podem dificultar a construção de compromissos duradouros

e coordenados em iniciativas de governança pan-amazônica, ampliando os desafios para a cooperação regional em torno de um dos espaços geopolíticos mais relevantes da atualidade.

Referências

AMORIM NETO, O. *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; FGV, 2006.

ALBALA, A. When do coalitions form under presidentialism, and why does it matter? A configurational analysis from Latin America? *Politics*, v. 41, p. 026339572095013, 2020.

ALARCÓN, R. M.; LODTMANN, C. A. Concentración de medios y derecho a la información en el Perú. Publicado em *Comunifé: Revista de Comunicación Social, Sección Exposición Magistral*, Vol. 18 N°XVIII, 2018.

ANSALDI, W. ¿Clase social o categoría política? Una propuesta para conceptualizar el término oligarquía en América Latina. In: e-l@tina, *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires, Argentina, vol. 15, n°. 60, pp. 40-47, julho-setembro de 2017.

BOCANEGRA, E; ROUSSEAU, S. Perú 2020: ¿El quiebre de la continuidad? In: *Revista Ciencia Política de Santiago*, vol. 41, n° 2, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2021000200377.

BOURRICAUD, F. Notas sobre la oligarquía peruana. In: BOURRICAUD; BRESANI; FAVRE; PIEL. *La oligarquía en el Perú: ensayos y una polémica*. Instituto de Estudios Peruanos (IEP), coleção: Perú Problema 2, Manclou Campodónico, 1ª edição, maio de 1969.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y de Caribe 2020*. Santiago: Nações Unidas, 2021.

DAGNINO, E. *Confluência Perversa, Deslocamento de Sentido, Crise Discursiva*. In: GRIMSON, A (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

DOMINGUES, J. M. *Political Modernity and Social Theory: origins, development and alternatives*. New York, NY: Routledge, 2024.

DOMINGUES, J. M. *Political regimes and advanced liberal oligarchies*. In: *Constellations – An International Journal of Critical and Democratic Theory*, vol. 26, n° 1. Publicado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-8675.12379?msocid=187996bca3d9600b30ff8748a2176146>.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. 3ª edição. 1987.

GALLAGHER, M. Election indices dataset. 2023. Disponível em: http://www.tcd.ie/Political_Science/people/michael_gallagher/ElSystems/index.php

GILBERT, D. *La cohesión de la élite y el poder oligárquico*. In: *Histórica*, 43(1), 81-112, 2019. Traduzido por: Liliana Samamé. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/historica.201901.003>.

LANDA ARROYO, C. La Cuestión de confianza y la disolución del Congreso peruano. *Revista Anuario Parlamento y Constitución*, n. 21, p. 41–82, 2020.

LANDA ARROYO, C. La crisis de la democracia en el Perú, el rol de la justicia y la reforma constitucional. *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, 27(2), 337-359, 2023.

LEVITSKY, S; CAMERON, MA. Democracy without parties? Political parties and regime change in Fujimori's Peru. *Latin American Politics and Society*, v. 45, n. 3, 2003.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018.

LYNCH, N. *Una tragedia sin héroes. La derrota de los partidos y el origen de los independientes*. Peru, 1980-1992. Lima: UNMSM, 1999.

MAINWARING, S. Presidentialism, Multiparty Systems, and Democracy. The difficult Equation. 1990.

MAINWARING, S; SCULLY, T. R. A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina. *Dados*, v. 37, n. 1. Rio de Janeiro, 1994.

MARTUCELLI, D. *La sociedad desformal: el Perú y sus encrucijadas*. Plataforma Democrática, 2021. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/La_Sociedad_Deformal.pdf.

MONTE, L. O neoliberalismo (constitucional) no Peru: ¿o que mudou desde de a saída de Alberto Fujimori? *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/10/neoliberalismo-peru.html>.

MOUNK, Y. O Povo Contra a Democracia. SP: Cia. Das Letras, 2018.

SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB, 1982.

SOSA-VILLAGARCIA, P; INCIO, J; ARCE, M. The rise of legislative-authoritarianism. In: *Journal of Democracy*, vol. 36, nº2, abril 2025, pp. 106-117.

SRIVASTAVA, S. Algorithmic Governance and the International Politics of Big Tech. *Perspectives on Politics*. 2023; 21(3):989-1000. doi:10.1017/S1537592721003145.

TANAKA, Martín. *Democracia sin partidos*. Perú 2000-2005: los problemas de representación y las propuestas de reforma política. Lima: IEP, 2005.

TSEBELIS, G. Decision Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism and Multipartyism. *British Journal of Political Science* 25(3): 289–325. 1995.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Militares pelo clima? Superando a aparente incompatibilidade da política de defesa e responsabilidade climática

Rubens de S. Duarte⁴¹

Introdução

As forças armadas e outros atores de defesa são comumente associados a movimentos de resistência a políticas climáticas. Essa percepção leva ao questionamento sobre como seria possível criar condições para que os militares se juntem aos esforços de combate à emergência climática. Este documento argumenta que não há incompatibilidade entre as estratégias adotadas pela política brasileira de defesa e medidas de responsabilidade climática. Para que os militares se juntem ao esforço de promoção de políticas climáticas, entretanto, faz-se necessário que essas políticas também sejam atrativas pelo lado estratégico.

As mudanças climáticas são transversais a todas as dimensões sociais, políticas e econômicas do mundo. Ainda que as principais causas do antropoceno não estejam no âmbito militar, e, portanto, as principais soluções também não estarão, a interface e o transbordamento da emergência climática para o âmbito da defesa e da segurança é inexorável. Trata-se de uma ameaça existencial para a humanidade, que, portanto, coloca em risco as sociedades, os indivíduos e as instituições por eles criadas. Em um mundo em constante mudança e progressivamente conflituoso, o clima junta-se a outros fatores que contribuem para a instabilidade e para a disputa, inclusive com o uso da força. Além disso, a mudança do clima altera a natureza das missões militares, o terreno de operações e a frequência em que as forças armadas são empregadas. Com a transformação das relações sociais, políticas, econômicas e bélicas, as sociedades também ajustam suas expectativas quanto às respostas do Estado, incluindo suas forças armadas.

No Brasil e no mundo, entretanto, os militares são percebidos como atores resistentes a políticas climáticas. Diversos elementos levam a essa percepção, por exemplo, como a demora desses atores a incorporarem em seu planejamento e em seus documentos essa preocupação, se comparados com outras instituições do Estado. Cabe ressaltar, também, a resistência à inclusão das emissões de gases causadores do efeito estufa por parte dos setores militares nos cálculos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Convenção-Quadro das

⁴¹Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos, no âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM-IMM-ECEME), coordenador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) e pesquisador do Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas (OIMC).

Nações Unidas sobre Mudança do Clima. No caso brasileiro, essa percepção é reforçada diante de discursos que diminuem a relevância das mudanças climáticas as associando a interesses obscuros de atores internacionais, como ficou evidente na recusa do país em sediar a COP-25, em 2019, bem como na justificativa usada por Jair Bolsonaro para basear a ação. Na ocasião, o então presidente denunciou a existência de um plano conspiratório internacional que usaria pautas climáticas para internacionalizar uma região que criasse um corredor ecológico entre Andes, Amazônia e Atlântico.

Portanto, para desenvolver o argumento em epígrafe, o presente documento é dividido em quatro seções para além desta introdução, sendo que as duas primeiras são de caráter analítico e visam a construir um diagnóstico mais preciso da problemática, enquanto as duas últimas tecem recomendações. A primeira seção tem como objetivo destrinchar o conceito de “estratégia da presença”, um dos pilares da política brasileira de defesa, ao passo que demonstra sua compatibilidade com medidas de responsabilidade climática. Enquanto essa primeira seção é mais objetiva, por ter caráter mais teórico e conceitual, a segunda busca explorar a subjetividade do problema, ao analisar a percepção existente dos militares quanto ao regime internacional climático e seus impactos para o Brasil. Com base nas informações presentes nas seções iniciais, um terceiro momento é reservado para desenvolver o argumento central, traçando recomendações para que isso se torne possível. Por fim, uma última parte resume as recomendações feitas.

Estratégia da defesa e sua (in)compatibilidade com a responsabilidade climática

O primeiro passo para compreender a resistência dos atores responsáveis pela formulação e pela condução da política de defesa à incorporação de medidas de responsabilidade climática é analisar os motivos que alimentam esse posicionamento. Pode-se argumentar que há dois receios principais: (i) o de que políticas climáticas representem um obstáculo ao emprego da estratégia da presença; e (ii) o de que impliquem perda de competitividade militar. Esta seção explora mais profundamente o primeiro fator, enquanto a próxima se dedica ao segundo.

A “estratégia da presença”, embora central em doutrinas militares adotadas por diversos países, é um conceito ainda pouco explorado no âmbito acadêmico. Essa lacuna na literatura contribui para uma das principais dificuldades de sua análise: a ausência de uma definição clara e amplamente aceita. Por ser, em grande medida, um conceito restrito aos meios militares, as forças armadas de cada país tendem a desenvolver definições próprias, alinhadas às suas doutrinas. Evidentemente, há similaridades decorrentes da influência exercida por grandes potências militares sobre outras instituições ao redor do mundo, bem como devido ao fato que todas as forças militares têm a mesma função clássica. No caso brasileiro, por exemplo, identificam-se traços herdados de Portugal, em razão do passado colonial, bem como da França e dos Estados Unidos, em função das missões militares que contribuíram para a formação da doutrina nacional (Rodrigues, 2020).

Cabe ressaltar, ainda, que múltiplas definições podem coexistir dentro de um mesmo país ou de uma instituição militar, aprofundando a falta de consenso. No Brasil, esse fenômeno é evidente (Paiva, 2000). O Ministério da Defesa, por exemplo, afirma que a “Estratégia da Presença implica a articulação de forças militares no interior do território nacional e em áreas estratégicas de interesse para a defesa nacional” (Brasil, 2025, p. 48). Já o Exército Brasileiro a define como “a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional” (Brasil, 2001, p. 39).

Apesar dessa pluralidade e falta de consenso, é possível identificar elementos comuns



que compõem o que pode ser entendido como o espírito que motiva os corpos militares a buscarem a estratégia da presença. O primeiro é o reconhecimento do valor estratégico da presença, ainda que ela, por si só, não seja suficiente para garantir a defesa da população, do território e de suas riquezas (Roque, 2024). Por essa razão, a presença sempre é trabalhada nos documentos doutrinários com outro fator, a mobilidade, com o intuito de garantir a prontidão. O segundo elemento é seu papel no cumprimento da destinação constitucional e das atribuições subsidiárias das forças armadas (CEEEEx, 2015), especialmente no que se refere à dissuasão, à resposta a ameaças externas e ao monitoramento do território. O terceiro é que a estratégia não se limita à presença militar, abrangendo também a presença da sociedade em geral, o dinamismo econômico e a consolidação de uma consciência de defesa, o que pode ser considerado como um meio de articulação de esforços de diversos atores da sociedade por um objetivo comum (Serrano, 2021; Moreira, 2016). Esses elementos são fundamentais para compreender a relação entre política de defesa e emergência climática, particularmente no caso brasileiro.

A centralidade da estratégia da presença na doutrina militar brasileira decorre de dois motivos principais. O primeiro é de natureza prática, resultado das características geográficas do país. Em Estados com menor extensão territorial, a mobilidade pode ser mais relevante do que a presença, uma vez que a defesa pode se dar por meio de deslocamentos rápidos (Rodrigues, 2020). No Brasil, contudo, as dimensões continentais, somadas a limitações impostas por obstáculos naturais, pela infraestrutura existente e pela velocidade de deslocamento de tropas, fazem com que a presença seja entendida como essencial para garantir a prontidão e a eficácia da ação militar.

O segundo fator é de natureza histórica. Como argumenta Serrano (2021), a formação territorial e a demarcação de fronteiras no Brasil foram fortemente influenciadas pelo princípio do *uti possidetis*. Em comparação com o território originalmente delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, o Brasil teve uma expansão territorial de quase cinco vezes, graças à presença, não apenas militar ou do Estado, mas também de indígenas, de missões religiosas, de bandeirantes, de mineradores e de agricultores (Fausto, 2024). Essa trajetória contribuiu para consolidar, no imaginário militar, a ideia de que a defesa do território está intrinsecamente ligada à sua ocupação.

Do ponto de vista doutrinário, também se observa a influência portuguesa, do período em que a potência colonial usava fortificações distribuídas pelo território, para combater outras forças europeias que buscavam se estabelecer no território que veio a ser o Brasil. Ao longo do século XX, tanto a Missão Militar Francesa quanto a dos Estados Unidos, que foram cruciais para moldar a doutrina militar brasileira contemporânea, tinham a presença como um dos pilares da defesa, o que foi absorvido pelo Brasil (Serrano, 2021).

Nesse contexto, consolidou-se no imaginário militar brasileiro a noção de que a defesa nacional exige não apenas a presença de unidades militares em todo o território, mas também o desenvolvimento econômico e social de todas as regiões de modo integrado, além de medidas de caráter educacional e informativo. É simbólico, nesse sentido, o lema “integrar para não entregar”, atribuído ao general Albuquerque Lima, que atuou como Ministro do Interior entre 1967 e 1969. Esse slogan retrata bem a preocupação dos militares com a integridade territorial, em particular da região amazônica: combinação de extensa faixa de fronteira, baixa densidade populacional, menor dinamismo econômico e infraestrutura precárias geram uma percepção de maior suscetibilidade daquela parte do território nacional a ameaças. Foi nesse sentido que, durante os governos da Ditadura Militar, uma série de ações foram tomadas, de modo a incentivar o desenvolvimento amazônico e sua integração física a outras regiões do país. É o caso, por exemplo, do reforço à Zona Franca de Manaus pelo Decreto-Lei nº 288/1967, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), os projetos Rondon e RADAM, além de construções de rodovias cortando a floresta equatorial.



A presença, portanto, na doutrina brasileira e no imaginário militar faz parte de uma estratégia que prepara o uso das capacidades disponíveis – militares ou não –, para garantir a defesa mais eficaz da população, do território e das riquezas do Brasil. Não se trata de respostas a ameaças que tenham sido identificadas e confirmadas, mas da criação de melhores condições para dissuadir eventuais antagonismos ou para diminuir suas chances de sucesso. Para esse objetivo, qualquer tipo de desenvolvimento é visto como desejável, até mesmo o predatório. Em certa medida, a deterioração da natureza, apesar de condenável, pode ser vista, nessa perspectiva, como um mal menor, caso seja necessária para o aumento da demografia e para o estabelecimento de atividades econômicas. A missão precípua das forças armadas é, por natureza, o último recurso de um país e tem caráter emergencial. A responsabilidade climática, portanto, é vista como um objetivo desejável, mas de importância secundária, uma vez que o insucesso da política de defesa pode representar a extinção do Estado e a morte de cidadãos.

Apesar desse aparente descompasso, não há uma barreira insuperável entre política de defesa e responsabilidade climática. Ao contrário, sob a ótica da própria doutrina militar, o desenvolvimento, inclusive o sustentável, pode contribuir para os objetivos de ocupação territorial e dinamização econômica. Torna-se necessário, portanto, compreender por que persiste a percepção de afastamento entre essas agendas, questão que será aprofundada na próxima seção.

A visão dos militares sobre clima e sobre o regime climático

Diversas hipóteses podem explicar o descompasso entre políticas de responsabilidade climática e sua falta de adoção por atores da defesa. Uma delas refere-se a resistências de natureza burocrática (Lobo, 2024). O aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos tem levado forças armadas de diversos países a assumirem mais operações subsidiárias de motivação climática, gerando preocupações quanto à sobrecarga institucional. Há o receio de que responsabilidades adicionais sejam atribuídas às instituições de defesa, sem que exista revisões no orçamento e no efetivo, o que pode prejudicar o foco na função clássica de defesa a ameaças externas. Outra explicação, que parece mais relevante para esta análise, diz respeito à percepção de que a agenda climática pode comprometer a eficiência militar. Sherri Goodman (2024) destaca o papel das instituições de defesa no apoio à Resolução Byrd-Hagel, aprovada pelo Senado dos Estados Unidos em 1997. Embora o foco formal da resolução fosse a rejeição de um tratamento diferenciado na redução de emissões de gases de efeito estufa entre países industrializados e de industrialização tardia, o que motivou o apoio das instituições de defesa foi o receio do impacto que uma diferenciação poderia causar na competitividade das forças armadas e na prontidão (Goodman, 2024). Fica evidente aqui o argumento exposto na última seção de que a prioridade desses atores é a efetividade das ações militares, enquanto outros objetivos, ainda que desejáveis, ficam em segundo plano, em especial quando potencialmente possam prejudicar o primeiro.

No Brasil, soma-se à razão trabalhada no parágrafo anterior a percepção no imaginário militar de que as normas climáticas são criadas e difundidas com o objetivo consciente de criar obstáculos e, conseqüentemente, de dificultar a defesa brasileira (Duarte, 2022b). Algumas obras que defendem a existência de movimentos conspiratórios que agem para impedir o desenvolvimento da região amazônica, apesar de não constarem no conteúdo programático de nenhum curso do ensino superior militar do Exército Brasileiro, são muito populares entre os oficiais militares, sendo frequentemente citados em trabalhos entregues para conclusão de cursos (Lobo, 2024). Nesses textos, nem sempre há clareza quanto aos atores responsáveis pelas ações que visam a criar óbices ao Brasil, mas há a convicção de que usam redes transnacionais, bem como manipulam povos originários e atores da sociedade civil organizada, para fabricar e



para difundir a necessidade de se adotar políticas de responsabilidade climática. Reconhece-se que há evidências que comprovam casos em que atores originários de países do Norte atuam em regiões de fronteira e mantêm contato com indivíduos ou grupos brasileiros de modo a viabilizar atividades ilícitas, mas a representatividade desses casos é frequentemente apresentada com exageros, de modo a reforçar uma autoimagem das forças de defesa do Brasil como símbolo de superioridade moral e técnica (Lima, 2025).

Soma-se a isso uma percepção equivocada quanto aos regimes internacionais do clima e do meio ambiente (Duarte, 2022b). O debate entre o direito ao desenvolvimento, defendido pelos conservacionistas, em especial de atores do Sul geopolítico, e o “crescimento zero”, defendido pelas ideias neomalthusianas do Clube de Roma, ainda influenciam o imaginário dentro das forças armadas brasileiras. Ainda que esse debate tenha ocorrido na origem das grandes conferências internacionais sobre o tema na década de 1970, o entendimento presente ainda hoje no imaginário militar é de que esse embate ainda não foi superado e, portanto, representa uma tentativa de congelamento de poder e de desenvolvimento mundial. Nesse sentido, essa percepção de que o regime internacional climático defende medidas preservacionistas entra em conflito direto com o entendimento predominante acerca dos interesses brasileiros, que seriam melhor atingidos a partir de uma visão conservacionista. Predomina no ensino superior militar nacional a leitura de que a defesa do país se beneficia de políticas de indução ao desenvolvimento e de que esse processo deve levar em consideração a proteção ambiental (Lobo e Duarte, 2025). O meio ambiente e os recursos naturais, no ensino militar, são vistos como objetos a serem cuidados, por se tratar de patrimônio do Brasil. Não é evidente, portanto, a existência de uma consciência de justiça climática ou de antropoceno, ainda que o resultado possa confluir para o estabelecimento de comportamentos mais sustentáveis e responsáveis.

Percebe-se, portanto, que a resistência à agenda climática decorre, em parte, da percepção de que ela pode limitar o desenvolvimento de regiões do país e, conseqüentemente, enfraquecer a estratégia da presença – que, cabe lembrar, combina a existência de recursos militares, demográficos e econômicos ao longo do território – e, por fim, a defesa do Brasil. Além disso, há um dilema de segurança provocado pelas questões climáticas, em que a adoção de medidas que visem à sustentabilidade podem, no curto prazo, reduzir a competitividade econômica e militar do país, enquanto outros Estados poderiam se beneficiar da não cooperação. Em uma lógica de “soma zero”, políticas climáticas podem ser percebidas como geradoras de vulnerabilidades, ainda que temporárias.

Esse conjunto de fatores ajuda a explicar o distanciamento entre política de defesa e responsabilidade climática. Tal cenário é particularmente relevante diante do processo de securitização do clima, que ocorre em todo planeta ainda que com intensidades diferentes e características regionais. Esse processo tende a ampliar o protagonismo das instituições de defesa na formulação e implementação de políticas climáticas. Além disso, as emissões de gases causadores do efeito estufa associadas ao setor militar são significativas e tendem a crescer em um mundo que está progressivamente mais conflituoso. Torna-se, portanto, fundamental superar essa aparente incompatibilidade, tema que será abordado na próxima seção.

Superando o divórcio entre defesa e clima

Uma vez que as duas últimas seções exploraram os principais motivos que levam atores de defesa a não incorporarem ou não apoiarem, pelo menos suficientemente, políticas de responsabilidade climática, esta terceira e última seção tem dois objetivos: (i) estabelecer de modo inequívoco a compatibilidade entre esses dois mundos; e (ii) fazer recomendações para que políticas sejam adotadas, de modo a fortalecer a sinergia entre defesa e clima.



As seções anteriores, ao analisar os fatores que levam atores da defesa nacional a terem reservas quanto a políticas de responsabilidade climática, já anteciparam o argumento de que o objetivo de defesa nacional é compatível com políticas de responsabilidade climática. Então, uma vez que não existe tal incompatibilidade, o questionamento deve ser em relação a desenvolver meios que visem a superar resistências ou percepções equivocadas, bem como incentivem uma sinergia entre defesa e clima.

Para isso, pode-se partir do pressuposto de que alguns fatores são mais enraizados e, portanto, mais difíceis de serem transformados no curto ou no médio prazo. É o caso da hierarquização das prioridades por parte dos atores de defesa. Faz parte da identidade das instituições e dos oficiais militares o entendimento de que a natureza de suas funções deve sempre priorizar a maximização das capacidades de defesa a qualquer custo, uma vez que representam o último recurso na proteção da sociedade, do território e das riquezas de seus países. Portanto, outros objetivos, ainda que sejam desejáveis, estarão sempre hierarquicamente abaixo dessa missão precípua.

Cabe lembrar, portanto, que as forças armadas, pelo menos oficialmente, reconhecem a gravidade das mudanças climáticas, mas ainda não a percebem como um fator que gere uma ameaça direta. Além das mudanças climáticas serem um fenômeno difuso e sem capacidades bélicas, ainda não houve qualquer registro de um conflito iniciado por motivações estritamente climáticas e, por isso, tais mudanças são percebidas, sobretudo, como um fator que contribui ou agrava crises de outra natureza (Goodman, 2024). No caso brasileiro, por exemplo, os documentos oficiais de defesa comprovam que há o reconhecimento de que as mudanças climáticas representam uma ameaça para o mundo e para a sociedade brasileira, em especial sob uma lente de segurança humana (Brasil, 2017; 2020a; 2020b; 2020c). Há o temor de que crises econômicas e sociais sejam causadas ou agravadas pelo clima, desestabilizando governos e demandando respostas por parte dos Estados, o que poderia atingir o Brasil diretamente ou a partir de transbordamentos de outras regiões (Duarte, 2022b). Os mesmos documentos também ressaltam a intensificação por acesso a recursos naturais, que podem se acirrar diante de uma crescente escassez.

Por esse motivo, os países que mais eficientemente incorporaram as mudanças climáticas no planejamento militar e em suas políticas de defesa são os que foram diretamente afetados por eventos climáticos extremos ou os que viram vantagem estratégica (Goodman, 2024; Bayer e Struck, 2019; Briggs, 2012). É o caso, por exemplo, da Índia, onde o aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos extremos levou a deterioração de infraestruturas críticas, rupturas no tecido social e insegurança alimentar (Jayaram, 2022). A China, por ter uma economia dependente da importação de hidrocarbonetos, buscou investir em forças armadas e em equipamentos que pudessem reduzir o consumo desse tipo de energia (Brzoska, 2012). Os Estados Unidos, que têm o maior orçamento militar do planeta, passaram a incorporar mudanças climáticas em seus planejamentos militares, quando se desenvolveu a percepção de que poderiam levar a cenários em que seus adversários poderiam ter vantagens geopolíticas – como é o caso da Rússia e da China com o degelo do Ártico – ou que mudariam as condições de emprego de suas tropas – como em missões no continente asiático e africano (Goodman, 2024).

Muito se fala sobre tornar lucrativo ter comportamentos sustentáveis, de modo a atrair maior adesão do setor privado. O racional por trás desse argumento é que o objetivo de atores em uma sociedade capitalista é obter lucro, o que não seria passível de ser alterado. Existem diversos exemplos de medidas que foram criadas com base nesse pensamento, como a criação de mercados de carbono, de incentivos fiscais para empresas comprovadamente sustentáveis, bem como “selos verdes” para fins reputacionais da empresa, se revertendo em melhores vendas. Para as forças armadas, pode-se adotar um raciocínio análogo, com a adaptação de que o objetivo dos militares é a defesa, ao invés do lucro. Pode-se argumentar que a ampla



difusão de uma consciência de responsabilidade climática seria o melhor meio de garantir as medidas necessárias para evitar o agravamento da crise ou o colapso das condições de vida humana no planeta. Por outro lado, diante da emergência climática existente, há espaço para se considerar ações que contribuam para sua superação, ainda que sejam incompletas. Nesse sentido, este policy paper argumenta que, diante da dificuldade de alterar a ordem de prioridades das instituições e dos oficiais militares, deve-se atuar no convencimento de que as mudanças climáticas alteram as condições de se atingir seu objetivo clássico de defesa nacional. Foi desse modo que a política de outros países iniciou um processo de “climatização” e há argumentos suficientes para serem apresentados no caso brasileiro.

Pela ótica da defesa contra ameaças tradicionais, a adoção de políticas climáticas eficientes tende a fortalecer a soberania brasileira (Duarte, 2023). Na medida em que as mudanças climáticas não respeitam fronteiras, os efeitos das decisões soberanas tomadas em um Estado não ficam restritos àquele território ou àquela sociedade, criando danos e prejuízos a outros países. Com isso, os custos de não cooperar com o esforço global tende a aumentar, uma vez que comportamentos desviantes tendem a ser mais severamente punidos. Semelhantemente ao que ocorreu no regime de Direitos Humanos, em que se estabeleceu que a comunidade internacional tem o dever de proteger sociedades e indivíduos, ainda que isso implique desrespeitar a soberania, é possível que se desenvolva a ideia de uma “responsabilidade de proteger” climática. Não se trata, portanto, de um regime internacional que tenha como objetivo criar obstáculos ao Brasil, dentro de uma lógica de “crescimento zero”, mas de atores internacionais que enfrentam questões de segurança e, por conta disso, vão agir para pressionar por um comportamento que atenda seus interesses. Para proteger a soberania de um país, portanto, é necessário fazer o uso responsável dela, de modo a não colocar outras sociedades e Estados em situação de risco.

Pelo lado do emprego das capacidades militares, deve-se considerar que o mundo está passando por uma profunda transição energética. O presente ainda é marcado pelo uso de hidrocarbonetos, mas há evidências suficientes para se acreditar que o futuro é elétrico. Essa transição energética não diz respeito somente à produção de energia, mas também impacta a eficácia competitiva dos armamentos de emprego militar. Portanto, os países que conseguirem ser mais eficientes e eficazes em incorporar uma nova matriz energética, inclusive em seus usos militares, terão vantagem sobre seus adversários no teatro de operações. Para comprovar esse ponto, basta lembrar as vantagens estratégicas e operacionais que um submarino de propulsão nuclear tem em comparação com equipamentos de propulsão tradicional. A tendência é que o equilíbrio de forças seja alterado profundamente diante de novas tecnologias.

Além disso, conforme abordado na primeira seção deste documento, a presença é um dos pilares da estratégia de defesa do Brasil. A adoção de equipamentos mais sustentáveis, além de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, pode ampliar a autonomia de unidades militares em áreas remotas e, com isso, contribuir para o estado de prontidão das forças armadas, com isso contribuindo para o monitoramento e para a dissuasão naquela região. Além disso, também há vantagens na hipótese de conflito. Muitos destacamentos na região amazônica, por exemplo, são mantidos por geradores a base de óleo diesel, que são transportados por via aérea ou fluvial. Em uma situação de guerra, pode haver dificuldades logísticas para manter esse abastecimento, gerando dificuldades operacionais.

Por fim, cabe lembrar que a estratégia de defesa é composta por capacidades de natureza demográfica, social e econômica, para além da expressão militar. Nesse sentido, pela ótica dos atores de defesa, não importa o modelo de desenvolvimento adotado, desde que crie dinamismo econômico e que melhore a integração regiões do Brasil ao resto do país. Portanto, em especial no que tange à região amazônica, há a oportunidade de criar um modelo de desenvolvimento sustentável que comporte a responsabilidade climática, ao passo que aumente o bem-estar da população e a produção de riqueza. Deve-se levar em



conta, portanto, que os habitantes dessas regiões também têm direito ao desenvolvimento. O Brasil tornou-se ao longo do século XXI o quinto maior emissor do mundo, sendo que o Centro-Sul do país, historicamente, é o maior responsável pela consolidação desse quadro. Pela ótica socioeconômica, as políticas ambientais brasileiras, entretanto, tendem a onerar proporcionalmente mais as regiões Norte e Nordeste. Faz-se necessário, portanto, que o polo economicamente mais ativo do Brasil contribua para fomentar um desenvolvimento mais sustentável do país como um todo.

A defesa nacional também seria beneficiada na região amazônica por um modelo de indução de desenvolvimento sustentável, por conta do controle do território contra atividades ilícitas. Facções de crime organizado que foram criadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, expandiram suas atuações e diversificaram suas atividades. Na região amazônica, por exemplo, esses grupos estão envolvidos em diversos tipos de tráfico (como de drogas, de armamento, de pessoas, de biodiversidade e de madeira), bem como tornaram-se importantes agentes do garimpo ilegal e grilagem de terras. Embora não seja o único fator explicativo, a falta de oportunidades sociais e econômicas na região tornam as atividades ilícitas mais atrativas para a população local, ao ponto de que diversos povoados na fronteira dependem economicamente do crime (Rodrigues et. al., 2024). Criar alternativas por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, portanto, também pode enfraquecer o crime organizado que desafia as forças do Estado no local.

Por fim, considerando o que Moreira (2016) considera como uma dimensão “intangível” da presença, também é possível conciliar políticas que alimentem simultaneamente consciência de defesa e responsabilidade climática. A criação de uma maior unidade e articulação entre os atores da região pode ser facilitada se o modelo de desenvolvimento empregado esteja atendendo aos interesses e às expectativas de modo amplo, ao invés de beneficiar grupos específicos. Percepções por parte de indivíduos ou grupos de que as políticas adotadas estão ferindo seus direitos, suas culturas e seus interesses tendem a dificultar relações de confiança e, portanto, a cooperação para objetivos em comum. Uma vez que a estratégia da defesa também deve ser composta de medidas de caráter informativo e educacional, que criem uma consciência de defesa e um espírito de pertencimento ao Brasil, é uma oportunidade para que esse processo observe critérios de justiça climática (Muñoz et. al., 2025). É simbólico, nesse sentido, a atuação de povos originários na região amazônica que, apesar de terem seus direitos frequentemente colocados em xeque, continuam contribuindo para a defesa nacional (Franchi, 2024). Um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, portanto, também significa uma defesa mais robusta.

Não se pode cometer o erro, entretanto, de achar que a consolidação de uma mentalidade de defesa será atingida em um modelo unidirecional. O fomento dessa estratégia de presença somente tem chances de funcionar, se houver uma relação dialética. De um lado, conforme já argumentado, é possível usar políticas de desenvolvimento que observem os princípios da justiça climática, para trazer atores da sociedade em geral, mas isso é insuficiente. Faz-se necessário, também, que os atores de defesa façam um movimento para incorporar um entendimento mais aprofundado e plural sobre políticas de desenvolvimento e de justiça climática implementadas no Brasil. Em outras palavras, para se criar uma consciência de defesa na sociedade, é fundamental criar uma consciência de responsabilidade climática dentro das forças de defesa. Por esse motivo, defende-se uma revisão curricular do ensino superior militar, para que seja dado maior peso ao tema das mudanças climáticas, bem como seus impactos sociais, econômicos e políticos. Faz-se necessário que o adestramento militar inclua esse debate no nível político e estratégico, para eliminar visões deturpadas sobre o regime internacional, sobre eventuais incompatibilidades entre responsabilidade climática e desenvolvimento, bem como incentivar o estudo de como esses fenômenos vão impactar o



emprego e a competitividade das tropas.

Deve-se ressaltar que a criação de uma consciência de responsabilidade climática dentro das forças de defesa deve ser acompanhada de revisões críticas quanto à construção identitária das instituições militares. É comum à maioria das forças armadas do mundo o uso de símbolos e de ritos para consolidar identidades durante o adestramento militar, mas o uso de percepções superficiais para criar uma autoimagem de superioridade quanto a outros atores da própria sociedade leva à criação de barreiras no estreitamento de relações. Além disso, faz-se necessária uma acomodação de cultura organizacional. As forças armadas tendem a serem afeitas a parcerias, mas por funcionarem guiadas pelos princípios da hierarquia e da disciplina, inconscientemente replicam esse modelo vertical no seu diálogo com outros atores (Duarte, 2022a). Esse choque de culturas gera estranhamento e resistência de um lado e, dialeticamente, uma resposta negativa e de resistência do outro, dificultando a aproximação. Princípios democráticos, republicanos e de justiça climática ditam que o modelo a ser seguido deve ser baseado no espírito de parceria e de horizontalidade. Portanto, deve haver esse esforço por parte dos atores de defesa, ao buscarem essa articulação.

Em resumo, este documento argumentou que não há incompatibilidade entre as estratégias adotadas pela política brasileira de defesa e medidas de responsabilidade climática, mas faz-se necessário que os militares percebam nessas políticas a possibilidade de fortalecer a defesa nacional e de trazer vantagens competitivas e estratégicas para as forças armadas. Existe a possibilidade de superar o distanciamento dessas políticas ao usar políticas de desenvolvimento que sigam um modelo de justiça climática para difundir, simultaneamente, uma consciência de defesa. Além dos benefícios da dimensão “intangível” da estratégia da presença, pelo lado técnico e operacional, também há oportunidades que podem ser aproveitadas para que as forças armadas se tornem mais autônomas, resilientes e efetivas ao considerar os impactos das mudanças climáticas. Portanto, elaborou-se uma lista de recomendações que são apresentadas abaixo.

Recomendações

- Criar mecanismos formais de consulta e de diálogo entre instituições militares, outros órgãos e agências da burocracia pública, bem como atores da sociedade civil, para prospectar oportunidades de cooperação;
- revisar a Lei Complementar nº 97/1999, para deixar mais claro como será feita a revisão dos documentos oficiais de defesa, incluindo um rol de atores que devem participar do processo e suas funções;
- combinar esforços das universidades e centros de pesquisa civis com as instituições militares congêneres, para desenvolver estudos sobre transição energética e seu uso dual;
- combinar esforços das universidades e centros de pesquisa civis com as instituições militares congêneres, para desenvolver estudos que tornem os equipamentos e as unidades mais sustentáveis, resilientes e competitivas;
- desenvolver políticas de indução ao desenvolvimento que levem em consideração uma leitura histórica das responsabilidades dentro do Brasil, de modo a não criar ônus desproporcionais para a região Norte;
- incentivar a comunidade epistêmica a debater modelos de desenvolvimento que incorporem simultaneamente objetivos de justiça climática e de consolidação de uma mentalidade de defesa; e
- promover reforma no adestramento promovido pelo ensino superior militar, de modo a incorporar de modo mais aprofundado o debate sobre as mudanças climáticas nos cursos de níveis estratégico e político, incluindo as características do regime



internacional, o papel do Brasil no mundo e os impactos para as forças armadas.

Referências

Bayer, Stefan; Struck, Simon. “The Strategic Orientation of Armed Forces in Times of Climate Change” in #GIDSresearch, nº 1/2019.

Brasil – Ministério da Defesa. Defesa & Meio Ambiente: preparo com sustentabilidade. Brasília: Ministério da Defesa, 2017.

Brasil – Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020c.

Brasil – Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a.

Brasil – Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

Brasil, Exército Brasileiro. C 124-1 – Manual de Campanha: ESTRATÉGIA. Brasília: Ministério da Defesa, 2001. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/115/1/C-124-1.pdf>, acesso em 18/03/2026.

Brasil, Ministério da Defesa. MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas/doutrina-militar/publicacoes-1/publicacoes/md51-m-04-doutrina-militar-de-defesa-dmid-3a-ed-2025.pdf>. Acesso em 18/03/2026.

Briggs, Chad Michael. “Climate security, risk assessment and military planning” in *International Affairs*, 88: 5, 2012, pp. 1049–1064.

Brzoska, Michael. “Climate change and the military in China, Russia, the United Kingdom, and the United States.” *Bulletin of the Atomic Scientists*, v.68, n.2, 2012, pp.43-54.

CEEEx. “Estratégia da presença: Antigos conceitos, novas ideias”, *Informativo estratégico*. Brasília: n. 1, 2015.

Duarte, Rubens de S.. “O Brasil abdica do poder: Uma análise do impacto da política climática na defesa nacional à luz da obra de Morgenthau”. *Cadernos do OIMC*. Nº 06, 2023.

Duarte, Rubens de S.. “Trajetória Sinuosa: Surgimento de uma Dimensão Pública na Formulação da Política de Defesa no Brasil?”. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 65 (4), 2022a.

Duarte, Rubens de S.. “Os documentos de defesa e as mudanças climáticas.” *Diálogos Soberania e Clima*, nº1, 2022b.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2024.

Franchi, Tássio. “Soberania e Meio Ambiente: as denúncias de crimes ambientais e a proteção aos povos indígenas como mecanismos de constrangimento internacional ao Brasil”. *Diálogos Soberania e Clima*, v. 3, p. 4-25, 2024.

Goodman, Sherri W.. *Threat Multiplier: Climate, Military Leadership, and the Fight for Global Security*. Washington: Island Press. 2024.

Jayaram, Dhanasree. “Climatizing’ Military Strategy? A Case Study of the Indian Armed Forces”. In: Aykut, S., Maertens, L. (eds) *The Climatization of Global Politics*. Cham: Palgrave Macmillan. 2022, pp. 121–141.

Lima, Alexandre Ataíde de. *Povos indígenas em periódicos militares brasileiros (2003-2023): Análise das Percepções do Oficialato do Exército Brasileiro*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2025.

Lobo, Juvêncio A. V. *Visão ambiental na formação dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências

Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2024.

Lobo, Juvêncio A. V.; Duarte, Rubens de S.. “The Environment and Military Training: An Analysis of Brazilian Army Officers’ Education”. In: Ratuva, S., Alda-Fernández, M., Gharbaoui, D., Kataoka, M. (Org.). *Rethinking Climate Change, Security and Politics*. Singapore: Springer Nature, 2025, p. 99-123.

Moreira, Alexandre Santana. *Um Estudo sobre a Estratégia da Presença Militar na Região Amazônica, no Século XXI: a Relação entre a Presença Tangível e Intangível*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2016.

Muñoz, Enara E.; Sartorio, Lara; Duarte, Rubens de S.; Bingel, Breno M.; Milani, Carlos R. S.; Milagres, Caio S.. *Atlas da Justiça Climática na América Latina e no Caribe*. Buenos Aires: CLACSO, 2025.

Paiva, Luiz Eduardo Rocha. *Dissuasão e Presença: reflexões para a Força Terrestre o próximo quarto de século*. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Rio de Janeiro, 2000.

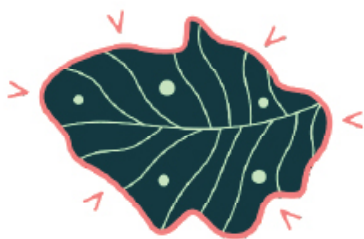
Rodrigues, Fernando da Silva. “A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa do Brasil”. *Revista Artigos Estratégicos*, Brasília, v. 8, n. 1, jan./jun. 2020.

Rodrigues, Lucas B.; Franchi, Tássio; Paiva, Ana Luiza B. e. “Da Fronteira ao Litoral: a Dinâmica Terrestre do Narcotráfico de Cocaína no Brasil em 2022”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 12, pp. 326-352, 2024.

Roque, Daniel Mata. *Evolução da ‘Estratégia da Presença’ na Amazônia e o papel dos Navios de Assistência Hospitalar*. In: Carlos Roberto Carvalho Daróz; Karina de Carvalho Brotherhood; Eduardo Gomes da Silva Filho. (Org.). *Fronteiras e Nações: estudos sobre migração, segurança e defesa*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Igualdade, 2024, v. 1, p. 149-167.

Serrano, Marcelo Oliveira Lopes. “A estratégia da presença à luz do conceito de estratégia e suas raízes no imaginário do pessoal militar”. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares*. v. 15 n. especial, 2021.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Janeiro de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	41
Brasil.....	43
Colômbia.....	43
Equador.....	44
Guiana.....	45
Peru.....	46
Suriname.....	48
Venezuela.....	48
OTCA.....	49

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de janeiro de 2026 foi marcado pela presença de autoridades bolivianas em diversos fóruns multilaterais, com o objetivo de demonstrar como o recente governo vem posicionando a política externa da Bolívia neste início de mandato do presidente Rodrigo Paz. Destacou-se a participação do ministro das Relações Exteriores, Fernando Aramayo,

no Fórum Econômico Mundial de Davos, realizado na Suíça. A estratégia boliviana não se limitou a projetar o país como destino atrativo de investimentos, mas também como um ator relevante no processo de transição energética global. Em seu discurso, Aramayo enfatizou a corresponsabilidade dos Estados, setor privado e sociedade civil no enfrentamento dos novos desafios climáticos do século XXI [1].

A proposta boliviana foi estruturada em três compromissos estratégicos. O primeiro refere-se à reativação das cadeias de valor ligadas à transição energética, com ênfase na transferência tecnológica, no desenvolvimento de capacidades industriais e na geração de maior valor agregado para superar modelos econômicos tradicionalmente extrativistas. Em segundo lugar, o país defende a criação de mecanismos financeiros inovadores que reconheçam e remunerem os serviços ecossistêmicos, a estabilidade social e o fornecimento de energia limpa, privada e sustentável, incorporando critérios de justiça climática e de responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores envolvidos. O terceiro compromisso consiste na consolidação de parcerias público-privadas voltadas à formação técnica e científica, buscando articular educação, inovação e geração de emprego de alta produtividade nos setores de energia renovável, armazenamento energético e eficiência energética [1].

Assim, a Bolívia buscou demonstrar, em Davos, sua capacidade de contribuir com soluções concretas em um contexto internacional marcado pela desaceleração econômica e pela fragmentação geopolítica. Esse posicionamento foi reforçado pelo presidente Paz em seu discurso no Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe, realizado na Cidade do Panamá e organizado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) no dia 28 de janeiro. Em sua fala de abertura, o presidente destacou três eixos centrais da política boliviana: planejamento para o desenvolvimento, integração regional e proteção ambiental [2]. Ao abordar a integração regional, enfatizou a importância do fortalecimento dos investimentos e da cooperação na América Latina e Caribe, caracterizando a região como particularmente propícia ao diálogo, à convergência e à transparência. No eixo ambiental, Paz ressaltou que o desenvolvimento regional deve estar necessariamente vinculado à sustentabilidade, conciliando o crescimento econômico, proteção ambiental e o uso responsável dos recursos naturais. Nesse contexto, Paz apresentou a proposta de construção de uma “Bolívia Verde”, na qual o desenvolvimento econômico, preservação ambiental e qualidade de vida não sejam objetivos contraditórios, mas complementares [2].

Ao final do mês, algumas ações concretas ganharam destaque e dialogaram diretamente com os discursos proferidos pelas autoridades nos fóruns multilaterais ao longo de janeiro. A primeira foi a visita da delegação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ao Ministério do Desenvolvimento Produtivo, Rural e de Água [3]. As partes concordaram em acelerar projetos em andamento ou em fase de implementação vinculados ao Fundo Verde para o Clima (FVC), com o objetivo de fortalecer a produção sustentável e enfrentar os impactos das mudanças climáticas na Bolívia. Segundo nota do Ministério, o FVC se constitui como um dos principais mecanismos financeiros internacionais de apoio aos países em desenvolvimento na luta contra as mudanças climáticas, por meio do financiamento de projetos. Na Bolívia, esses investimentos alcançam cerca de US\$33 milhões e estão voltados à promoção da segurança alimentar, à gestão sustentável de florestas e solos e à adaptação dos sistemas produtivos diante das mudanças climáticas extremas [3].

Outra notícia de destaque refere-se ao encontro entre o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), no qual foram apresentados os avanços do projeto “*Vulnerabilidades y adaptaciones a los cambios en la disponibilidad de recursos hídricos en la cuenca transfronteriza Pilcomayo-Gran Chaco*” [4]. Durante a reunião, o vice-ministro Carlos Paz Ide reafirmou o compromisso da Bolívia com o desenvolvimento científico e ressaltou a relevância do projeto para a promoção da cooperação científica internacional na gestão sustentável da bacia do rio Pilcomayo. Além disso, a autoridade boliviana destacou



a disposição do Estado em continuar fortalecendo a cooperação internacional em pesquisa científica, “ressaltando que esses esforços não apenas geram conhecimento técnico de alta qualidade, mas também contribuem para o desenvolvimento de capacidades humanas, a proteção ambiental e o bem-estar das populações que habitam a bacia do Pilcomayo” [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/01/19/24073/>

[2]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21079>

[3]Disponível em: <https://larazon.bo/economia-y-empresa/2026/01/28/bolivia-acelera-proyectos-del-fondo-verde-del-clima-por-us-33-mm/>

[4]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/01/29/24144/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Não foram registrados eventos políticos relevantes envolvendo o Presidente da República ou o Ministério de Relações Exteriores no que se refere à Pan-Amazônia, em janeiro de 2026, para além de condenações à intervenção dos EUA na Venezuela, a qual resultou no sequestro do presidente Nicolás Maduro. Entretanto, no que se refere à agenda de desenvolvimento sustentável, o mês foi marcado, no dia 4, pelo vazamento de 18 mil litros de um fluido de perfuração na sonda utilizada pela Petrobras para explorar o poço Morpho, na Bacia da Foz do Amazonas, em busca de petróleo. A empresa emitiu uma nota afirmando que o líquido era biodegradável e não causaria danos ao meio ambiente, mas paralisou as atividades para investigar as causas do acidente [1]. Por sua vez, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou a realização de uma auditoria, em fevereiro, para verificar as condições de segurança da sonda. O Ibama e o Ministério Público Federal solicitaram maiores detalhes do vazamento à Petrobras, ao passo que organizações ambientais da sociedade civil voltaram a reivindicar a suspensão da licença da empresa para explorar petróleo na Foz do Amazonas [2].

Referências

[1]Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2026/01/07/vazamento-paralisa-perfuracao-da-petrobras.ghtml>

[2]Disponível em: <https://infoamazonia.org/2026/01/28/apos-vazamento-sonda-da-petrobras-na-foz-do-amazonas-passara-por-auditoria/>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 18 de janeiro, um conflito entre dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) deixou cerca de 27 mortos no estado de Guaviare. O confronto entre os grupos aconteceu graças à disputa por uma região estratégica em meio à Amazônia colombiana. Esta, conhecida pela elevada produção de coca, também é utilizada por grupos paramilitares como polo de tráfico de cocaína [1]. Segundo o governo, o conflito aconteceu entre grupos do Estado Maior Central (EMC), que se separaram das FARC após o acordo de paz de 2016. As duas principais lideranças do EMC são os rivais Néstor Gregorio Vera, conhecido como Iván

Mordisco, e Alexander Díaz Mendoza, ou Calarcá.

A subdivisão do EMC entre EMC-Mordisco e EMC-Calarcá não se limita ao nome. Dentre os principais pontos de divergência entre os dissidentes está a negociação de paz com o governo de Petro. Enquanto Mordisco abandonou o processo e utiliza regiões amazônicas como moeda de negociação, Calarcá se apresenta como uma liderança que mantém diálogos com o governo [1]. É válido ressaltar a centralidade de ambas as agendas para Petro. Desde sua eleição, o presidente defende as negociações de paz, ou a Paz Total, como principal meio de enfrentamento dos grupos paramilitares, enquanto busca promover diversas políticas de enfrentamento ao desmatamento, garimpo e exploração ilegal na Amazônia. O conflito entre os dissidentes aponta para uma dificuldade enfrentada por Petro em duas frentes: a luta contra os grupos paramilitares e a degradação da região amazônica.

No dia 19 de janeiro, o governo colombiano lançou uma consulta pública para definir as ações prioritárias para a implementação do Acordo de Escazú [2]. A consulta tem como objetivo reunir contribuições de cidadãos, comunidades, grupos étnicos, academia, autoridades territoriais e outras partes interessadas em fortalecer o acesso à informação ambiental e a proteção dos defensores ambientais. Por meio da consulta, será construído um Roteiro de Ações Estratégicas, que será o instrumento de implementação do Acordo de Escazú. As áreas prioritárias do documento incluem: a proteção integral dos defensores dos direitos humanos em questões ambientais; o acesso efetivo à justiça ambiental e a garantia do princípio da não regressão na proteção dos direitos ambientais; a prevenção dos danos ambientais e a superação de injustiças históricas; o fortalecimento do acesso à informação ambiental; a promoção de participação pública; a incorporação da abordagem dos direitos humanos ambientais em ações de planejamento [2]. A implementação do Acordo de Escazú é especialmente importante na Colômbia, já que o país foi identificado como o que mais matou defensores ambientais, em 2023, no último relatório divulgado sobre o tema pela organização Global Witness [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/01/18/combate-entre-grupos-guerrilheiros-rivais-deixa-27-mortos-na-colombia.ghtml>

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-convoca-consulta-publica-para-definir-hoja-de-ruta-para-implementar-el-acuerdo-de-escazu/>

[3]Disponível em: <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/missing-voices/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 7, foi divulgado pela imprensa do Equador que o governo de Daniel Noboa renegociou o contrato da petroleira chinesa *Petro Oriental* para a exploração do Bloco 14, localizado na província de Orellana [1]. O contrato permite que a região, a qual coincide com o território do Parque Nacional Yasuní, seja explorada até 2040 com aporte de investimentos que podem chegar a US\$ 36 milhões. Segundo o Ministério de Ambiente e Energia, esses recursos serão destinados a novas atividades exploratórias, incremento da produção, programas sociais e ações de compensação para as comunidades que residem na Amazônia equatoriana. O novo contrato prevê uma participação estatal superior a 86% da renda petroleira.

Também foi anunciado que as empresas *Andes Petroleum Ecuador*, com participação de capital chinês, e *Gran Tierra Energy*, de origem canadense, somarão mais de 4.000 barris

diários de petróleo à produção nacional após a abertura de três novos poços nas províncias de Sucumbíos, conforme comunicado do Ministério do Ambiente e Energia do Equador [2][3]. As atividades se concentrarão no poço exploratório de Johanna Sur 1, localizado na região Sudoeste do Bloco 62 – Tarapoa, no Bloco 50 – Charapa e nos poços Conejo A-01 e Conejo A-02. A empresa *Gran Tierra Energy* atualmente opera os Blocos 50 – Charapa, 51 – Chanangue e 89 – Iguana; já a *Andes Petroleum* opera o Bloco 62 – Tarapoa.

Além disso, em 9 de janeiro de 2026, a *Comisión de Biodiversidad* da Assembleia Nacional do Equador analisou os avanços do cumprimento da sentença judicial que determinou o desmantelamento progressivo dos *mecheros* (tochas de queima de gás) na Amazônia, emitida em 2021 [4]. Segundo informações apresentadas pela Petroecuador, 172 dos 424 *mecheros* existentes já foram apagados e desmontados, o que representa 41% de avanço, com a primeira fase — retirada daqueles que estavam próximos a áreas povoadas — concluída integralmente. A Comissão decidiu convocar autoridades ambientais, de saúde e de controle para aprofundar o acompanhamento das medidas exigidas pela decisão judicial, a qual deve ser cumprida até 2030.

No plano multilateral, entre os dias 12 e 13 de janeiro, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) promoveu um diálogo com autoridades do Brasil, Peru e Equador sobre estratégias para aprimorar os sistemas de proteção territorial indígena na região amazônica [4]. Durante o evento, os participantes analisaram as conexões existentes entre as atividades ilícitas, como mineração, e iniciativas promovidas por movimentos indígenas para coibir estas práticas em articulação com instituições governamentais. Representando o Equador, participaram representantes vinculados à Direção de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado, do Ministério de Saúde Pública e membros do *Colectivo de Mujeres Amazónicas e da Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana* (CONFENIAE).

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/contrato-petrolera-china-petrooriental-bloque14-yasuni-113276/>
- [2]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/banco-pacifico-credito-empresas-pymes-consumo-hipotecarios-115484/>
- [3]Disponível em: <https://www.teleamazonas.com/actualidad/noticias/economia/tres-nuevos-pozos-incorporan-4-000-barriles-diarios-produccion-petrolera-ecuador-109185/>
- [4]Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ec/es/node/112211>
- [5]Disponível em: <https://www.unodc.org/cofrb/pt/noticias/2026/01/unode-promove-articulacao-regional-entre-brasil-peru-e-equador-para-a-protecao-de-territorios-indigenas-na-amazonia.html>

Guiana Por Guilherme Fritz

No mês de janeiro de 2026, uma operação de cunho policial resultou na prisão de aproximadamente 200 pessoas na região amazônica conhecida como Escudo das Guianas. O resultado foi fruto da cooperação entre a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa e o Brasil — todos países amazônicos —, com suporte fornecido pela *Interpol*⁴². A operação teve a finalidade de combater a mineração ilegal na região amazônica, mais especificamente no Escudo das Guianas, que batizou a operação⁴³.

⁴²*International Criminal Police Organization* (Organização Internacional de Polícia Criminal - tradução nossa).

⁴³Operação Escudo das Guianas — *Guyana Shield Operation*.

A mineração ilegal afeta a floresta e as comunidades que dela dependem. O uso de mercúrio deixa resíduos nocivos na água, contaminando organismos aquáticos, que posteriormente tornam-se alimentos para os seres humanos [1]. Entretanto, um fator que fomenta diretamente a prática ilegal é o preço do ouro no mercado mundial. O aumento dos locais de mineração criminosa aparenta aumentar conforme o preço do ouro se eleva, o que sugere uma relação direta entre as dinâmicas da economia internacional e a saúde de habitantes da Amazônia. Essa relação está diretamente permeada por eventos geopolíticos recentes, principalmente no que tange às incertezas sobre a solidez da hegemonia americana durante o segundo governo Trump e o papel do dólar nessa estrutura. Assumindo essa conexão, torna-se razoável supor que os países amazônicos estão diante de uma possível “corrida do ouro” — em suas devidas proporções — para aumentar reservas do metal, o que tende a complexificar o desafio de combater a mineração ilegal na Pan-Amazônia [1][2].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.wsls.com/news/world/2026/01/22/interpol-backed-police-make-nearly-200-arrests-in-amazon-region-gold-mining-sweep>

[2]Disponível em: <https://www.reuters.com/business/finance/gold-races-5100-record-peak-safe-haven-demand-2026-01-26>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O primeiro mês de 2026 não apresentou grandes novidades para o setor da política externa peruana destinado a promover articulações com outros Estados e com organizações transnacionais com o fim de atrair investimentos para projetos de preservação da Amazônia. Contudo, algumas iniciativas no âmbito doméstico, coordenadas principalmente pelo Ministério do Ambiente (MINAM), merecem atenção.

No âmbito internacional, no dia 29 de janeiro, houve um encontro entre os ministros das Relações Exteriores do Peru, Hugo de Zela, e do Brasil, Mauro Vieira, mas a pauta ambiental não esteve entre as prioridades discutidas [1]. Em contrapartida, o governo peruano reforçou sua parceria com a Alemanha e o Japão em projetos voltados para a preservação da floresta.

Foram assinados convênios entre o Ministério do Ambiente do Peru (MINAM) e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), que visam a ampliar a cooperação técnica e financeira em políticas florestais, climáticas e de conservação. Esses acordos, que fazem parte de diferentes projetos, como o ProAmbiente, o CAPAC e o NDC Perú II, buscam fortalecer capacidades institucionais, mecanismos de coordenação e instrumentos para implementar medidas de adaptação e mitigação do clima, promover o desenvolvimento urbano sustentável e conservar os ecossistemas, incluindo o manejo sustentável de grandes áreas florestais e a rastreabilidade da madeira. A parceria, com mais de seis décadas de história, busca ainda apoiar o cumprimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas no âmbito do Acordo de Paris [2].

O MINAM anunciou também que sua parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) se estenderá até 2027. Por meio do projeto *ProBosques e Humadales*, a agência japonesa tem tido um papel chave para o desenvolvimento técnico de profissionais peruanos comprometidos com a conservação dos 5,5 milhões de hectares de áreas úmidas da floresta dentro do território peruano. Essas áreas são consideradas fundamentais para a regulação climática, devido ao armazenamento de carbono, além de serem grandes reservatórios de água [3].

No âmbito doméstico, algumas ações merecem destaque. Visando a ampliar os mecanismos de participação popular nas decisões governamentais, o MINAM iniciou um processo de consulta pública para um projeto de diretrizes que busca integrar medidas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas nas políticas e nas estratégias de todas as entidades públicas. A proposta, formalizada em resolução ministerial, pretende fortalecer a resposta estatal à crise climática, garantindo que decisões públicas considerem de forma preventiva e participativa os impactos sobre o clima e contribuam para reduzir a vulnerabilidade da população e as emissões de gases de efeito estufa. O documento ficará disponível por 15 dias para receber comentários e contribuições da sociedade antes de sua aprovação final [4].

Além disso, no dia 22 de janeiro, o MINAM, em conjunto com os governos regionais da Amazônia peruana, realizou uma oficina técnica para avançar na implementação do “*Paquete País del Perú: Acción Climática por los Bosques y la Naturaleza (2026–2030)*”, uma estratégia nacional voltada à proteção das florestas, à redução das emissões de gases de efeito estufa e ao fortalecimento da governança ambiental nos territórios amazônicos. O encontro permitiu alinhar prioridades, definir linhas de ação e reforçar a articulação entre o nível nacional e o regional, com o objetivo de cumprir compromissos climáticos do Peru, mobilizar cooperação internacional e promover um desenvolvimento sustentável baseado na conservação dos ecossistemas amazônicos [5].

Por fim, com o objetivo de combinar desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia, no dia 28 de janeiro, o MINAM liderou a primeira reunião do comitê consultivo que tem como objetivo impulsionar modelos produtivos sustentáveis de café e cacau na região. O intuito é promover práticas agrícolas que reduzam o desmatamento e a degradação do solo e fortaleçam as cadeias de valor desses produtos. A iniciativa, vinculada ao projeto Cadeias de Valor Livres de Desmatamento na Amazônia Peruana (FOLUR) e com apoio de organismos como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o PNUD, pretende beneficiar produtores das regiões de Amazonas, Cajamarca, Loreto e San Martín [6].

Quanto ao MRE, não foram registradas medidas significativas tomadas pela pasta que tenham impacto direto na preservação da Amazônia ao longo do mês de janeiro, com a exceção de uma visita oficial feita em conjunto com o Ministério da Defesa às localidades fronteiriças de Santa Rosa e Caballococha, na região de Loreto. O objetivo foi fortalecer a presença do Estado peruano em uma área estratégica da Amazônia, tendo um enfoque maior em questões de defesa do que em questões ambientais, embora o controle das fronteiras seja uma iniciativa fundamental para evitar crimes que afetam a biodiversidade da floresta [7].

As comunidades indígenas, a propósito, são quase sempre as mais afetadas pela insegurança nessas áreas, propiciada pela ausência do Estado. Esse é o caso, por exemplo, da comunidade Bellavista Callarú, situada na região de Loreto, mais especificamente na tríplice fronteira com Brasil e Colômbia, e composta majoritariamente por indígenas da etnia tikuna. No dia 28 de janeiro, as lideranças comunitárias articuladas com um prefeito local lançaram um documento no qual dão um prazo de 30 dias para que o Estado implemente medidas concretas de segurança e serviços públicos básicos na área [8].

A comunidade reclama da falta de polícia, de um sistema de Justiça, de serviços de saúde adequados e de infraestrutura educacional. Relatam ainda que essa ausência estatal abriu espaço para a atuação de organizações criminosas, associadas ao narcotráfico, que estariam operando com impunidade, gerando violência, assassinatos, extorsão e ameaças. Os moradores também denunciam isolamento econômico, pois a moeda peruana quase não circula na comunidade, sendo substituída por reais brasileiros e pesos colombianos nas transações cotidianas. O líder comunitário Desiderio Flores Ayambo declarou que, caso o governo não responda de forma concreta dentro do prazo de 30 dias, a comunidade considerará alternativas drásticas, incluindo a possibilidade de reivindicar a incorporação ao território do Brasil [8].

Portanto, observamos que, no início de 2026, se mantém o histórico de baixa transversalidade das políticas ambientais, que estão concentradas quase que exclusivamente no MINAM, e de intensos conflitos socioambientais na Amazônia peruana.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1343327-canciller-de-brasil-realizo-una-visita-oficial-al-peru-para-fortalecer-y-proyectar-la-relacion-bilateral>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1343265-peru-y-alemania-reafirman-alianza-para-fortalecer-la-gestion-ambiental-y-la-proteccion-de-la-biodiversidad>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1337959-gobierno-refuerza-la-conservacion-de-los-bosques-y-humedales-amazonicos-con-apoyo-de-japon>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1334558-minam-inicia-consulta-publica-para-integrar-el-enfoque-climatico-en-diversas-politicas-del-estado>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1339093-minam-y-regiones-amazonicas-trabajan-en-la-implementacion-del-paquete-pais-en-taller-tecnico>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1342501-minam-articula-acciones-para-impulsar-el-cafe-y-cacao-sostenibles-en-la-amazonia>

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1343327-canciller-de-brasil-realizo-una-visita-oficial-al-peru-para-fortalecer-y-proyectar-la-relacion-bilateral>

[8]Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/comunidade-indigena-do-peru-da-ultimato-ao-governo-e-ameaca-se-juntar-ao-brasil>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Não houve acontecimentos considerados relevantes no Suriname durante o mês de janeiro de 2026. A única questão relacionada à temática deste monitor foi a operação policial realizada em conjunto com Guiana, Guiana Francesa e Brasil, no Escudo das Guianas. Esse evento está descrito na seção sobre a Guiana, nesta mesma edição.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em janeiro de 2026, não foram registradas ações relevantes na agenda política venezuelana com relação ao território amazônico. A ausência de operações e declarações foi decorrente do impacto da captura do presidente Nicolás Maduro, em 3 de janeiro, pelo governo estadunidense. A vice-presidente Delcy Rodríguez assumiu o posto de Maduro e vem buscando estabilizar o cenário doméstico por meio de ajustes no regime chavista, com consequências ainda em andamento. O presidente dos EUA, Donald Trump destacou, em pronunciamento, que um dos objetivos com a intervenção era facilitar o controle do petróleo venezuelano pelos EUA.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 19 de janeiro, o Observatório Regional da Amazônia divulgou que os focos de calor na região diminuíram aproximadamente 70% em 2025 em relação aos anos de 2023 e 2024 [1]. Os dados revelam que as grandes chuvas, provocadas pelo fenômeno climático *La Niña*, criam condições menos favoráveis à ocorrência de incêndios na Amazônia. Contudo, as ações humanas ainda respondem por grande parte dos focos de calor devido a práticas de desmatamento, manejo de pastagens com uso de fogo e a fragmentação florestal. Pensando no compartilhamento de informações sobre o Manejo Integral do Fogo (MiF), a OTCA lançou a plataforma ExpoMIF que reúne informações sobre boas práticas realizadas por diferentes comunidades e instituições na Amazônia e outras regiões.

A ferramenta reúne dados sobre governança para a sustentabilidade, inovações digitais, comunicação e sensibilização, fortalecimento de capacidades e práticas de manejo do fogo. O dispositivo contou com o financiamento da GIZ e da agência de cooperação suíça COSUDE, por meio do Projeto CoRAMazonia, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da FAO/*Global Fire Management Hub* e do Programa Amazônia+ da União Europeia.

No dia 26, autoridades da Embaixada da Colômbia no Brasil e da OTCA se reuniram para debater ações estratégicas para a conservação da Amazônia [3]. O embaixador colombiano Alfredo Saade pontuou que a proteção do bioma não é apenas uma responsabilidade regional, mas um imperativo global. Durante a reunião, os participantes discutiram os impactos da atuação de organizações criminosas transnacionais na região, a propagação de crimes ambientais e a necessidade de ações coordenadas para enfrentar tais problemas. Saade comentou a proposta do presidente Gustavo Petro de estabelecer um centro de operações policiais internacionais em Letícia, no departamento do Amazonas (semelhante ao que fora inaugurado em Manaus, no Brasil, em setembro de 2025).

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/focos-de-calor-na-amazonia-caem-70-em-2025/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-lanca-plataforma-regional-expomif-sobre-manejo-integral-do-fogo-na-amazonia/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Fevereiro de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	50
Brasil.....	52
Colômbia.....	54
Equador.....	54
Guiana.....	57
Peru.....	58
Suriname.....	59
Venezuela.....	60
OTCA.....	60

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de fevereiro de 2026 na Bolívia foi marcado pelos significativos investimentos recebidos pelo país para a implementação da transição energética, um dos pilares da agenda ambiental do governo Paz. No dia 2 de fevereiro, ocorreu um encontro entre representantes do governo boliviano e da missão de alto nível da União Europeia (UE), conhecida como Equipe

Europa. A reunião teve como objetivo reforçar as relações bilaterais e novas parcerias voltadas à transição energética, à governança e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, foram abordados os avanços do país e as oportunidades para fortalecer as prioridades nacionais no enfrentamento dos desafios globais e ambientais [1][2]. Nesse contexto, a Equipe Europa apresentou a estratégia *Global Gateway*, detalhando suas principais linhas de trabalho e enfatizando a importância de aprofundar e estreitar as alianças com os países sócios. As autoridades europeias também ressaltaram o papel do multilateralismo no enfrentamento dos desafios globais, especialmente referente às mudanças climáticas [2].

No âmbito da estratégia *Global Gateway*, realizou-se um painel intitulado “*Hacia la construcción de una alianza estratégica Bolívia-Unión Europea para la movilización del financiamiento climático*”, com o objetivo de analisar as oportunidades de acesso a financiamento climático, principalmente para transição energética e energia limpa, e fortalecer o diálogo técnico e institucional para a estruturação de mecanismos de financiamentos sustentáveis [3]. Em seu discurso, o vice-ministro do Ministério do Planejamento do Desenvolvimento e Meio Ambiente da Bolívia, Jorge Ernesto Ávila, destacou que o apoio ao financiamento climático representa uma oportunidade estratégica para a geração de atividade econômica, divisas e desenvolvimento sustentável na Bolívia. Nesse contexto, o vice-ministro também ressaltou os desafios institucionais enfrentados pelo país, decorrentes da existência de múltiplas instâncias com competências similares, afirmando ser necessário uma reestruturação institucional sólida e credível. Em suas palavras, “o principal objetivo é constituir uma governança clara e transparente que permita administrar esses processos de maneira responsável, evitando riscos como o *greenwashing* e garantindo uma ação climática real e efetiva” [3].

Durante o painel, foram identificados setores prioritários para cooperação e investimento, entre eles: energia e redes elétricas, mobilidade urbana limpa, água e adaptação, infraestrutura resiliente frente aos eventos climáticos e o fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis [3]. No dia 5 de fevereiro, como resultado desse encontro, a Equipe Europa, juntamente à Cooperação Alemã (GIZ), transferiu um fundo equivalente a US\$10,6 milhões, destinados ao fortalecimento da transição energética regional, à diversificação da matriz energética do país e ao desenvolvimento do hidrogênio verde, com foco na redução da dependência do gás e na diminuição da queima de combustíveis fósseis [4]. O ministro de Hidrocarbonetos e Energia, Maurício Medinacelli, ressaltou que este plano de energias alternativas faz parte da estratégia do governo e da projeção da Bolívia como um potencial eixo de conexão energética na região [4].

A missão europeia também demonstrou interesse no lítio boliviano. Durante os dias de trabalho, a equipe visitou o *Complejo Industrial de Yacimientos de Litio Bolivianos* (YLB), localizado no departamento de Potosí [4]. O objetivo da visita foi explorar possíveis alianças e mecanismos de cooperação. Representantes de empresas francesas, alemãs, espanholas e italianas, bem como instituições bancárias, participaram e demonstraram interesse no desenvolvimento industrial, no potencial produtivo e nas oportunidades de investimento no setor de lítio [5]. Segundo Luis Osório, vice-ministro de Energias Alternativas da Bolívia, o propósito da visita foi “analisar o potencial real que existe [no país] para o desenvolvimento do lítio e de recursos evaporíticos [...] e manifestar um interesse claro em maximizar a produção estatal e atrair investimentos adicionais” [5]. Fernández Shaw, diretor de Associações Internacionais da Comissão Europeia para a América Latina, afirmou que, por meio desta visita, os representantes europeus puderam avaliar como podem “ajudar” o projeto boliviano, além de identificar áreas na planta industrial que poderiam ser aprimoradas para melhorar o seu desempenho. Ele concluiu afirmando: “acreditamos que a Bolívia tem um futuro importante no contexto da transição energética, especialmente no desenvolvimento de baterias” [4][5].

Referências

- [1]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/02/02/24159/>
 [2]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21099>
 [3]Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21096>
 [4]Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/alemania-ue-activan-us-10-6-millones-energias-dialogo-estrategico_1770289272
 [5]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/02/05/una-mision-de-la-union-europea-visito-un-complejo-industrial-estatal-de-litio-en-bolivia-para-evaluar-alianzas/>

Brasil**Por Diogo Ives e Guilherme Fritz**

Em fevereiro de 2026, não houve ações políticas relevantes do presidente da República ou do Ministério de Relações Exteriores relacionadas à Pan-Amazônia. Entretanto, o período foi marcado pela dicotomia do governo federal de manifestar, por um lado, avanços em políticas públicas de uso da terra na região e, por outro lado, a continuidade de políticas públicas de produção de energia fóssil. No dia 2, foi divulgado o Plano Clima, que detalha como o Brasil reduzirá as emissões de GEE entre 59% e 67% até 2035, na comparação com os níveis de 2005. Ao passo que as medidas de mitigação incluem a redução do desmatamento, a recuperação de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas e a ampliação da área de sistemas agroflorestais em 20,3 milhões de hectares em todo o país, o plano não avançou um planejamento para o abandono de combustíveis fósseis [1][2]. Segundo a imprensa, a forma desse planejamento vem sendo disputada entre, de um lado, o Ministério de Minas e Energia, que busca centralizá-lo, e os Ministérios do Meio Ambiente e da Fazenda, que defendem uma governança transversal no nível federal [3].

Além disso, no tema de uso da terra, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou que, entre agosto de 2026 e janeiro de 2026, houve o menor desmatamento semestral da Amazônia Legal em sua série histórica: 1.324 km², conforme anunciado em 12 de fevereiro. Em comparação, a área desmatada entre agosto de 2024 a janeiro de 2025 havia sido de 2.050 km² [4]. Para reforçar o combate ao desmatamento, o governo federal lançou um edital, no dia 2, para contemplar agricultores familiares no âmbito do programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia (UcM). O montante de R\$ 131,9 milhões, oriundos do Fundo Amazônia, será destinado a moradores de 48 cidades prioritárias que aderiram ao projeto em 2024. A iniciativa procura fortalecer medidas de regularização ambiental e fundiária, oferecendo assistência técnica e extensão rural às famílias atendidas. A União também instruirá sobre a implementação de práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais [5]. Outro edital do Fundo Amazônia, no valor de R\$ 80 milhões, apoiará ao menos 32 projetos de produção agrícola e extrativista de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares na Amazônia Legal [6].

Também em fevereiro, foram publicados estudos sobre o custo econômico do desmatamento. Uma pesquisa conduzida pela University of Leeds demonstrou que as chuvas da Amazônia proporcionam uma produção de cerca de R\$ 103 bilhões para a agricultura regional. Outro estudo, publicado pela Rede de Pesquisa em Produtividade & Sustentabilidade (Rede PP&S), revelou que, caso o Brasil tivesse evitado o desmatamento na Amazônia nas últimas quatro décadas, o país poderia ter economizado quase R\$ 5,7 bilhões por ano. Em última instância, esses custos acabam sendo repassados aos consumidores, que pagam pelas consequências climáticas do desmatamento [10][11].

Por sua vez, no tema da produção de energia, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) autorizou, no dia 4, que a Petrobras retomasse os trabalhos de abertura do poço Morpho, no bloco FZA-M-59, na Foz do Amazonas, após a conclusão de análises técnicas sobre o vazamento de 20 mil litros de fluidos de perfuração ocorrido no mês passado [7]. Além disso, a Petrobras divulgou um relatório, no dia 10, sobre suas atividades em 2025, o qual revelou um recorde na sua produção diária média: 2,99 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) – dado que soma a extração de petróleo e gás fóssil. Considerando apenas petróleo, o valor foi de 2,4 milhões de barris por dia. A exportação desse petróleo também foi recorde: 765 mil barris por dia, o que significou que 1/3 da produção doméstica foi destinada para o exterior. 52% desse petróleo exportado no 4º trimestre de 2025 foram para a China [8]. Em outro levantamento, feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) sobre o comércio exterior brasileiro em 2025, a venda de petróleo e derivados foi equivalente a 43,3% dos US\$ 68,3 bilhões de superávit total da balança comercial anual, um recorde de participação no total [9].

Por fim, para além dos temas de uso da terra e produção de energia fóssil, o mês também foi marcado por polêmicas relacionadas à concessão de hidrovias na Amazônia à iniciativa privada. No dia 23, o governo federal revogou o decreto nº 12.600, publicado em agosto de 2025, que havia incluído as hidrovias no Programa Nacional de Desestatização. O decreto passou a ser alvo de protestos de povos indígenas do Baixo Tapajós, que ocuparam o terminal portuário da empresa estadunidense Cargill em Santarém, no Pará. O ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, apoiaram a revogação [12].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/02/plano-clima-aponta-que-brasil-dependera-de-corte-inedito-no-desmatamento-para-atingir-meta-de-emissoes.shtml>
- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/02/08/plano-clima-nao-menciona-fim-dos-combustiveis-fosseis-e-faz-agrado-ao-agro/>
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/02/08/divergencias-entre-ministerios-atrasam-diretrizes-para-mapa-do-caminho-contr-a-dependencia-dos-combustiveis-fosseis/>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/areas-sob-alerta-de-desmatamento-caem-35-na-amazonia-e-6-no-cerrado-de-agosto-de-2025-a-janeiro-de-2026>
- [5] Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2026/02/anater-lanca-edital-para-regularizar-areas-e-apoiar-a-producao-em-7-3-unidades-da-agricultura-familiar-na-amazonia-legal>
- [6] Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/02/fundo-amazonia-lanca-chamada-publica-de-r-80-milhoes-para-producao-sustentavel>
- [7] Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/02/04/anp-petrobras-foz-do-amazonas.ghtml>
- [8] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/02/11/petrobras-bate-recorde-de-exportacao-de-petroleo-em-2025/>
- [9] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/02/06/superavit-comercial-do-brasil-e-cada-vez-mais-dependente-do-petroleo.ghtml>
- [10] Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/662497-floresta-na-amazonia-gera-chuvas-que-valem-bilhoes-de-dolares>
- [11] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/03/02/desmatamento-na-amazonia-custou-us-11-bilhao-ao-ano-em-energia/>

[12]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/02/23/aps-protestos-governo-revoga-decreto-que-abria-espao-para-concesso-de-hidrovi-as-na-amaznia.ghtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 16 de fevereiro, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia promoveu um encontro com lideranças dos Núcleos de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade de Caquetá, região apontada como essencial para o projeto nacional de redução do desmatamento. Realizada pelo Comitê Ampliado de Luta contra o Desmatamento, a reunião visava reforçar a articulação “entre o Governo Nacional, as entidades territoriais, o Sistema Nacional Ambiental (Sina) e os atores locais” [1]. Além disso, havia a expectativa de integrar tal região aos sistemas de alerta de desmatamento, popularizar o conhecimento acerca das leis que tratam sobre crimes ambientais e “consolidar ações conjuntas no bioma amazônico” [1].

Já em 25 de fevereiro, o mesmo Ministério apresentou o progresso alcançado na implementação do Zoneamento Ambiental Participativo, em conformidade com o Acordo de Paz de 2016 [2]. Trata-se de uma forma de ordenamento da gestão do território, por meio da construção de consensos entre seus habitantes, definindo os usos que melhor se adaptam às necessidades e às características territoriais. De acordo com o governo colombiano, até dezembro de 2025 haviam sido realizados sete processos de Zoneamento Ambiental Participativo nos departamentos de Caquetá e Guaviare. Ademais, 45 bilhões de pesos colombianos foram alocados para a formulação desses instrumentos em 17 municípios dos departamentos amazônicos de Caquetá, Meta e Guaviare [2].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-intensifica-acciones-para-frenar-la-deforestacion-en-la-amazonia-con-las-comunidades/>

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-presenta-avances-en-zonificacion-ambiental-del-acuerdo-de-paz/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 2 de fevereiro, o governo equatoriano anunciou a suspensão de todas as atividades de mineração na província de Napo, situada na região amazônica [1]. Conforme resolução publicada⁴⁴ pelo Ministério do Ambiente e Energia (MAE), representado por Inés Manzano, a decisão responde ao aumento desenfreado da mineração ilegal, atividade que gera inúmeros impactos ambientais, sociais e de segurança. A medida também abre espaço para que o governo elabore ações de prevenção, controle e avaliação sobre o uso do território. Segundo informações, as atividades atingem principalmente os recursos hídricos de Napo, gerando contaminação de rios e florestas.

A decisão de suspender a mineração na província, a qual englobará projetos em andamento e em etapa inicial, bem como atividades de extração metálica e não metálica, foi apoiada pela Câmara de Mineração, entidade empresarial que afirmou que contribuirá com o governo para ações de controle e fiscalização [2]. O órgão privado ressaltou que a mineração legal é respaldada por critérios ambientais e sociais rigorosos e que as empresas que violam

⁴⁴Declaração MAE-MAE-2026-0005-RM

a legislação vigente devem ser penalizadas. A instituição defendeu a mineração “responsável, transparente e alinhada com a proteção do ambiente e o desenvolvimento sustentável do país”.

Ainda no tema da mineração, um estudo do *Instituto de Investigación Geológico y Energético* (IIGE), identificou indícios de terras raras— como neodímio e ítrio — na região do rio Cofanes, província de Sucumbíos, no norte da Amazônia equatoriana. Também foram detectados elementos como berílio e zircônio [3]. Há possibilidades adicionais no centro e sul do país, entre Oña e Yacuambi. Em 4 de fevereiro de 2026, os Estados Unidos assinaram com o Equador e outros países um Acordo Marco para o Asseguramento do Fornecimento de Minerais Críticos e Elementos de Terras Raras, que prevê facilitação de investimentos, aceleração de permissões ambientais e identificação de projetos em até seis meses [4]. Em 11 de fevereiro de 2026, o secretário adjunto de Estado dos EUA, Caleb Orr, afirmou em coletiva que o acordo busca fortalecer a cooperação bilateral, identificar projetos estratégicos e promover investimentos no setor mineral equatoriano. A notícia destaca que empresas chinesas ampliaram sua presença no setor, incluindo o interesse da Jiangxi Copper no projeto de cobre Cascabel e a compra do projeto de ouro Cangrejos pela CMOC Singapur. Também menciona que a mina Mirador, a única de cobre com grande escala em operação no país, é administrada pela empresa chinesa Ecuacorriente.

O coletivo *Napo Ama la Vida* sinalizou que, embora o Estado reconheça a existência de contaminação e violação ambiental provocadas pela mineração, as autoridades responsáveis devem agir para garantir a restauração total do ecossistema, os direitos da Natureza e os direitos humanos da população afetada. Criticando a falta de transparência dos indicadores usados pelo governo, o grupo pressiona para a instauração de um acompanhamento contínuo das atividades, com presença permanente no território e verificação diária, como contraponto à proposta de monitoramento quinzenal anunciada pelo MAE. O coletivo argumenta que ações reais devem incluir planos de remediação, metas, indicadores, orçamento, monitoração independente e participação comunitária. Além disso, solicita ao MAE um plano de emergência ambiental que inclua a declaração de um estado de exceção focalizado para conter a mineração ilegal em Napo.

Na esteira dos acontecimentos, uma semana após a publicação da resolução do MAE, o governo anunciou os primeiros resultados operativos [5]. Com apoio da Agência de Regulação e Controle de Mineração (ARCOM) e das Forças Armadas, o Ministério suspendeu 89 concessões de mineração, 54 plantas de processamento de minerais e 409 toneladas de material, o que atingiu cerca de 84% das atividades em Napo. Nas províncias de Loja e El Oro, o MAE suspendeu 46 concessões e 54 fábricas de processamento, respectivamente. A Ministra Inês Manzano afirmou que as ações visam proteger os recursos hídricos, conservar o meio ambiente e garantir a segurança das comunidades que vivem no local. Ela afirmou que as operações continuarão até que 100% das suspensões sejam concluídas.

As intervenções do MAE em Napo ocorreram paralelamente ao debate sobre as reformas da Lei de Mineração e da Lei de Energia Elétrica do Equador. No final de janeiro, o presidente Daniel Noboa enviou para o Legislativo o projeto *Ley Orgánica para el Fortalecimiento de los Sectores Estratégicos de Minería*, afirmando que as modificações buscavam ampliar o investimento externo na atividade [6]. De acordo com o MAE, o objetivo da iniciativa seria adequar a legislação vigente ao *Código Orgánico del Ambiente (COA)*, de 2017, e o *Reglamento Ambiental para Actividades Mineras (RAAM)*, de 2009 [7]. Contudo, organizações sociais e ambientalistas foram críticas à proposta. Para o presidente da *Coordinadora Ecuatoriana de Organizaciones para la Defensa de la Naturaleza y el Medio Ambiente (Cedenma)*, Gustavo Redin, a discussão foi apressada e não contou com a participação da sociedade civil [8].

Um dos pontos mais controversos do projeto foi a substituição do termo “licença ambiental” por “autorização administrativa ambiental” com modificações ao Art. 26 da Lei de



Mineração. De acordo com Redin, o significado e o alcance dessa “autorização” não estavam claros, o que poderia comprometer a apresentação de estudos de impacto ambiental e os processos de consulta aos povos indígenas indispensáveis para a instalação de novas plantas. Representantes do MAE e da Câmara de Mineração afirmaram que a troca da nomenclatura não implicará na eliminação da licença, mas garantirá a ampliação de licenças e registros disponíveis conforme as etapas dos projetos e dos pressupostos definidos no COA.

Dois pontos adicionais também foram criticados por Redin: a simplificação dos trâmites na etapa de exploração, que permitirá sua extensão por 15 anos sem etapas intermediárias, e a definição de “áreas com proteção de segurança estratégica” em determinados locais onde a mineração legal opera. Quanto a isso, o representante afirmou que essa modificação abriria espaço para intervenções diretas das Forças Armadas nos territórios, aumentando o nível de conflitividade social.

Mesmo com críticas, no dia 26 de fevereiro, o projeto foi aprovado, com 77 votos favoráveis, 70 contrários e 4 abstenções, incluindo o posicionamento condicionado de três legisladores da região amazônica ex-filiados ao *Pachakutik* e apoio da *Acción Democrática Nacional* (ADN), partido do presidente Daniel Noboa [9][10]. De acordo com a imprensa, a bancada do *Revolución Ciudadana* se pronunciou contra a aprovação, alegando que a proposta permitirá a mineração em larga escala no território equatoriano. A votação foi acompanhada por protestos no lado externo da Assembleia Nacional.

Por fim, o Ministério do Ambiente do Equador lançou, em 25 de fevereiro de 2026, o projeto CONECTA ASL3, destinado a fortalecer a conectividade ecológica entre os Andes e a Amazônia por meio da proteção de 1.038.377 hectares de floresta que abrangem seis províncias [11]. A iniciativa integra os corredores ecológicos Llanganates–Sangay e Sangay–Podocarpus, conectando áreas protegidas como o Parque Nacional Sangay e o Parque Nacional Río Negro Sopladora Tinajillas Río Gualaceño. O projeto prevê metas como o manejo aprimorado de 577 mil hectares de áreas protegidas, governança inclusiva em 461 mil hectares, promoção de 600 hectares de agricultura regenerativa, restauração de 400 hectares e benefícios diretos para 56 mil pessoas. Com duração de quatro anos e orçamento de US\$ 4,6 milhões, sua execução será coordenada com organizações locais para garantir sustentabilidade a longo prazo.

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/ecuador-suspende-actividades-de-mineria-en-napo-por-tiempo-indefinido/>
- [2]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/camara-de-mineria-del-ecuador-respalda-medidas-contr-la-mineria-ilegal-en-napo/>
- [3]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/posible-presencia-tierras-raras-livianas-norte-amazonia-ecuador-116463/>
- [4]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/estados-unidos-ecuador-tierras-raras-cobre-oro-suministro-china-115849/>
- [5]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/suspension-mineria-deja-resultados-en-napo-loja-el-oro/>
- [6]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/gobierno-reforma-mineria-minas-oro-cobre-licencia-ambiental-registro-controles-115263/>
- [7]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/gad-regalias-minas-mirador-fruta-norte-licencia-ambiental-mineria-115278/>
- [8]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/organizaciones-ambientales-proyecto-reforma-minera-asamblea-debate-116784/>
- [9]Disponível em: <https://www.primicias.ec/politica/asamblea-ley-urgente-mineria-electricidad-amazonia-adn-correismo-pachakutik-116825/>

[10]Disponível em: <https://www.primicias.ec/politica/asamblea-votacion-ley-urgente-bancada-adn-expulsion-ley-minera-paco-cepeda-116880/>

[11]Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/nacional/2026/02/26/corredores-ecologicos-andes-amazonia-ecuador-conservacion/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 17 e 20 de fevereiro, foi realizada a *Guyana Energy Conference and Supply Chain Expo 2026*, em Georgetown, capital da Guiana. O evento tem sido realizado anualmente desde 2022 e é patrocinado, principalmente, pela ExxonMobil. O objetivo principal da conferência de 2026, assim como das anteriores, é promover condições favoráveis para a captação de investidores no país [1].

Na ocasião, o presidente da Exxon afirmou que a empresa está desenvolvendo rapidamente as capacidades necessárias para o fornecimento de gás natural ao país. Contudo, seria necessário que o Estado da Guiana aumentasse os investimentos em infraestrutura, a fim de criar demanda para esse fornecimento. Ainda durante o evento, o presidente Irfaan Ali reforçou que o país lançou um processo altamente competitivo para a construção de uma usina hidrelétrica — *Amalia Falls hydroelectric plant* — em Potaro-Siparuni, que fica na região 8 do país, em uma área de continuidade amazônica [2][3].

As considerações acima tratam de dois projetos distintos, porém ambos referentes ao setor energético. A segurança energética é um objetivo declarado do governo Ali, o que implica na capacidade de diversificação das fontes. Sendo assim, poderíamos tratar os temas apenas a partir dos interesses guianenses e de suas condições concretas para atingir tais objetivos. Contudo, a conjuntura internacional exige que apresentemos, mesmo que breve, uma outra dimensão dessa dinâmica [4].

Em janeiro, os Estados Unidos invadiram a Venezuela, sequestraram seu presidente e obrigaram o país a diversificar seus mercados. Ou seja, um Estado com capacidades superiores no quesito militar forçou um tipo de relação econômica mais liberal por parte da Venezuela — Kindleberger (1973) e Gilpin (1987) poderiam explicar a situação através da Teoria da Estabilidade Econômica [4][5][6]. Essa violência cometida pelos EUA conecta-se diretamente com o presente econômico da Guiana, pois a Exxon avança em seus planos conforme os militares estadunidenses garantem a “segurança regional”. Poderíamos ir além e mencionar a disputa entre China e EUA na América do Sul, assumindo que as ações são uma expressão da tomada de espaços de valorização e acumulação de capital por parte dos EUA. Contudo, talvez seja mais importante deixar claro que a Guiana e suas reservas de petróleo são parte do cálculo geopolítico estadunidense. Portanto, as dinâmicas observadas nessa região amazônica refletem as disputas de poder global.

Referências

[1]Disponível em: <https://guyanaenergy.gy/conference/past-conferences>

[2]Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/exxon-committed-moving-fast-develop-gas-guyana-executive-says-2026-02-17/>

[3]Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/guyana-launches-competitive-process-hydroelectric-project-president-says-2026-02-17/>

[4]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guyana-poised-to-be-powerhouse-in-caribbeans-energy-security-pres-ali/>

[5]Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2026/jan/03/explosions->

[reported-venezuela-caracas](#)

[6]Disponível em: KINDLEBERGER, Charles P. The world in depression, 1929–1939. Berkeley: University of California Press, 1973.

[7]Disponível em: GILPIN, Robert. The political economy of international relations. Princeton: Princeton University Press, 1987.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Ao longo do mês de fevereiro, o Peru aprofundou sua agenda ambiental com foco na cooperação internacional para a proteção da Amazônia, no impulso à bioeconomia como modelo de desenvolvimento e no fortalecimento da governança regional e de fronteiras. Acerca do primeiro tema, o país consolidou, em 27 de fevereiro, uma aliança estratégica de longo prazo ao renovar a Declaração Conjunta de Intenção (DCI) com Noruega, Alemanha e Reino Unido para a proteção dos bosques amazônicos. O acordo, que vigorará até 2030, busca fortalecer a cooperação para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, proteger a biodiversidade e promover a gestão sustentável da Amazônia. A cerimônia de assinatura, realizada na sede da Chancelaria, contou com a participação dos ministros de Relações Exteriores, Hugo de Zela; do Meio Ambiente, Nelly Paredes; do Desenvolvimento Agrário, Felipe Meza; e da Cultura, Fátima Altabás, além de representantes dos países parceiros. A nova fase da DCI permitirá acelerar ações alinhadas à Lei Marco sobre Mudanças Climáticas e às metas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC 3.0), que estabelece o limite de emissão de 179 milhões de toneladas de CO₂ equivalente até 2035 [1][2].

Ainda no âmbito da cooperação bilateral, Peru e Reino Unido realizaram, no dia 20 de fevereiro, o “III Taskforce de Bioeconomia”, um espaço de articulação público-privada para acelerar o desenvolvimento de uma bioeconomia competitiva e sustentável na Amazônia. Coordenado pelo Ministério do Ambiente (MINAM), pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) e pela embaixada britânica, o encontro reuniu setor privado, comunidades amazônicas e academia. O MINAM anunciou o início da elaboração da Estratégia Nacional de Bioeconomia, e discutiu-se a necessidade de consolidar condições habilitantes para o escalamento de bioprodutos, como acesso a financiamento, inovação e cumprimento de padrões internacionais. A embaixadora do Reino Unido no Peru destacou as oportunidades de investimento global em economia de baixo carbono, que superam os 10 bilhões de dólares até 2030 [3].

No plano de financiamento climático, o Peru aprovou seu primeiro projeto no marco do Acordo de Paris para a redução de emissões. A iniciativa, que envolve a transferência internacional de resultados de mitigação, representa um passo concreto na implementação dos compromissos climáticos do país e abre caminho para o mercado de créditos de carbono. Paralelamente, o MINAM deu um passo importante para a conservação dos ecossistemas ao aprovar o Plano de Ação ao 2030 da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica, estabelecendo metas e ações para fortalecer a gestão da biodiversidade no país [3].

Após a troca de presidente no país, houve mudança na titularidade da pasta de Meio Ambiente. A nova ministra, Nelly Paredes del Castillo, que assumiu a pasta no dia 24, possui trajetória na gestão ambiental e na articulação com a cooperação internacional. Sua posse sinaliza uma possível continuidade das políticas de conservação amazônica e de promoção da bioeconomia [4].

Diversas medidas foram implementadas para conciliar a preservação da biodiversidade com a produção agrícola sustentável na Amazônia. Entre elas, destacam-se o fortalecimento do protagonismo de mulheres amazônicas na produção de café e cacau livres de desmatamento; a conservação de mais de 8 mil hectares de florestas em Madre de Dios por meio da produção

de castanha; e o anúncio de um bônus de bom pagador para negócios sustentáveis que cuidam da Amazônia. O MINAM também liderará o registro de projetos de créditos de biodiversidade para proteger ecossistemas e impulsionar ações articuladas para a proteção da floresta [5][6][7][8][9].

No âmbito da política externa e da integração regional, a Chancelaria peruana expôs, em evento realizado em Iquitos pelo Dia da Amazônia Peruana, os avanços e resultados para o desenvolvimento da região. O diretor de Assuntos Amazônicos do Ministério das Relações Exteriores, César Aréstegui, destacou o fortalecimento da participação peruana na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), incluindo a presidência da Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO) e a condução da Subcomissão sobre Delitos Ambientais. Foram anunciados avanços no Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI) e no Mecanismo Amazônico de Cooperação Amazônica (MACA), além de medidas de integração fronteiriça com Colômbia e Brasil e a criação de um regime aduaneiro especial para distritos de fronteira isolados. [10]

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1359704-peru-noruega-alemania-y-reino-unido-renuevan-acuerdo-para-frenar-la-deforestacion-en-la-amazonia>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1359762-peru-fortalece-proteccion-de-bosques-amazonicos-con-suscripcion-de-declaracion-conjunta-de-intencion-con-alemania-noruega-y-reino-unido>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1357016-peru-y-reino-unido-impulsan-la-bioeconomia-amazonica-y-abren-nuevos-mercados-en-el-iii-taskforce-de-bioeconomia>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1358348-nelly-paredes-del-castillo-juro-como-nueva-ministra-del-ambiente>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1359096-mujeres-amazonicas-fortalecen-su-liderazgo-para-impulsar-cafe-y-cacao-libre-de-deforestacion>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1358750-minam-destaca-iniciativas-que-fortalecen-la-conservacion-de-la-biodiversidad-en-diferentes-regiones-del-pais>

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1354479-minam-negocios-sostenibles-que-cuidan-la-amazonia-accederan-a-bono-por-buen-pagador>

[8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1350590-minam-liderara-registro-de-proyectos-de-creditos-de-biodiversidad-para-proteger-los-ecosistemas-del-pais>

[9]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1355609-minam-aprueba-plan-de-accion-al-2030-para-fortalecer-la-gestion-de-biodiversidad-del-pais>

[10]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1352936-cancilleria-expuso-avances-y-resultados-para-el-desarrollo-de-la-amazonia>

Suriname

Por Guilherme Fritz

O mês foi marcado pela continuidade de uma controvérsia presente nos últimos meses, no Suriname, acerca da tensão entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. O país possui mais de 90% de seu território coberto pela Floresta Amazônica e é um dos

poucos do mundo com emissões líquidas negativas de carbono, ou seja, absorve mais carbono do que emite. Um acordo assinado em 2024 entre o Ministério da Agricultura e a empresa Suriname Green Energy Agriculture N.V. prevê a concessão de terras que pode resultar no desmatamento de cerca de 130 mil hectares de floresta. Embora o projeto tenha sido firmado em 2024, atividades de desmatamento começaram recentemente e, segundo reportagens da imprensa local, a empresa teria iniciado as operações sem as devidas licenças ambientais. A situação tem gerado debates dentro do próprio governo e ilustra os desafios que a atual administração enfrentará para conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, especialmente considerando que a preservação da floresta foi uma das promessas centrais de campanha da atual presidente Jennifer Geerlings-Simons [1].

Referências

[1]Disponível em: <https://news.mongabay.com/2026/02/another-controversial-land-deal-in-suriname-threatens-the-amazon-rainforest/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Assim como no mês anterior, em fevereiro de 2026 não foram registradas ações relevantes na agenda política venezuelana com relação ao território amazônico. A ausência de atividades pode ser atribuída às reorganizações político-institucionais que ocorrem no país após a retirada de Nicolás Maduro da presidência pelos EUA, em 3 de janeiro de 2026, e a ocupação do posto por Delcy Rodriguez.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 2 de fevereiro, o Observatório Regional Amazônico (ORA/OTCA) lançou o Painel de Degradação Florestal da Amazônia, uma plataforma que reúne dados, mapas e gráficos sobre os oito países amazônicos [1]. Segundo especialistas, os dados sobre os níveis de degradação serão complementados por análises sobre as áreas de desmatamento, que subsidiarão políticas públicas baseadas em evidências para toda a região da Amazônia. O painel foi desenvolvido a partir do produto *Tropical Moist Forests* (TMF), elaborado pelo *Joint Research Centre* (JRC) da União Europeia, que monitora os níveis de degradação florestal com base em imagens fornecidas por satélites.

O ORA também participou do lançamento da ExpoMIF Virtual, um espaço que divulgará informações e boas práticas sobre o Manejo Integrado do Fogo (MIF) na Amazônia [2]. A plataforma foi construída pela OTCA e pela Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF). Entre seus objetivos estão: fortalecer a cooperação técnica entre os países amazônicos, promover a troca de experiências, harmonizar práticas e apoiar a construção de capacidades dos países envolvidos em ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação relacionadas aos incêndios florestais. A ExpoMIF é apoiada pelas agências de cooperação da Alemanha (GIZ) e da Suíça (COSUDE), por meio do projeto CoRAMazônia, em parceria com a FAO, o *Global Fire Management Hub*, o Programa Amazonia+ da União Europeia e o BID.

Durante o evento, autoridades da região apresentaram algumas iniciativas locais como a Plataforma AMA, da Bolívia, o *Programa Amazonía Sin Fuego* (PASF), do Equador, as atividades “Fogo! Pantanal” e “Fogo! Amazônia” do Brasil, a estratégia Paamari, do Peru,



e a Rede Nacional de Brigadas Comunitárias contra Incêndios Florestais, da Colômbia. Para o Secretário-Geral da OTCA, Martín von Hildebrand, o avanço do desmatamento, da degradação e dos efeitos das mudanças climáticas aumentam a frequência e a intensidade dos incêndios na região. Nesse contexto, a Diretora Administrativa da OTCA, Edith Paredes, afirmou que a gestão integrada do fogo é uma prioridade estratégica na agenda de trabalho da organização.

No dia 23, em comemoração ao Dia Internacional da Língua Materna e do Decênio Internacional das Línguas Indígenas 2022-2032, a OTCA realizou o evento “Políticas e direitos linguísticos na Amazônia” [3]. O evento buscou conscientizar autoridades, lideranças indígenas e organismos internacionais sobre os direitos linguísticos e ações para proteção e revitalização das línguas indígenas amazônicas. Atualmente, a Amazônia é uma das regiões com a maior diversidade linguística do planeta, com cerca de 520 povos indígenas habitando em seu território. Para garantir a continuidade linguística e a preservação da memória histórica, a OTCA tem avançado na implementação da Resolução sobre Línguas e Culturas Amazônicas e na consolidação do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI).

No fim do mês, a especialista de dados do GeoLab do Banco Mundial, Isabel Ramos, visitou o ORA para compartilhar soluções baseadas em inteligência artificial desenvolvidas pelo banco [4]. A visita faz parte das estratégias desenhadas durante o *ORathon* realizado em agosto de 2025, na sede da OTCA em Brasília, que reuniu especialistas em tecnologia e ferramentas digitais. Para o coordenador do ORA, Arnaldo Carneiro, a cooperação entre o Banco Mundial e o ORA contribui para o posicionamento do observatório como uma plataforma de inteligência territorial capaz de contribuir para ações de prevenção de riscos climáticos, incêndios e desmatamento na região amazônica. As metodologias e soluções trabalhadas incluem: análise e monitoramento de dados de satélite, modelagem preditiva e interoperabilidade regional.

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/observatorio-regional-amazonico-da-otca-lanca-painel-sobre-degradacao-florestal-na-amazonia-2/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-lanca-expomif-virtual-e-reforca-cooperacao-amazonica-em-manejo-do-fogo/>

[3]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-impulsiona-dialogo-regional-sobre-politicas-e-direitos-linguisticos-na-amazonia/>

[4]Disponível em: <https://otca.org/pt/ora-recebe-especialista-do-banco-mundial-para-avancar-inteligencia-territorial-na-amazonia/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Março de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	63
Brasil.....	65
Colômbia.....	67
Equador.....	68
Guiana.....	70
Peru.....	71
Suriname.....	73
Venezuela.....	73
OTCA.....	74

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de março, a Amazônia boliviana esteve em pauta na imprensa local por uma série de razões. Entre 2 e 5 de março, foi realizada, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, a reunião anual do Painel Científico para a Amazônia (SPA), que congrega referências acadêmicas em diversos temas que envolvem o bioma amazônico. O espaço reuniu membros

do Comitê Diretor Científico, Comitê dos Autores Principais, Comitê Consultivo de Jovens e organizações da sociedade civil para discutir a conjuntura e os próximos passos do painel. O encontro se deu de forma complementar à realização da IV Conferência pela Amazônia Que Queremos [1]. Além disso, nos dias 3 e 4 de março, foi realizada, também em Santa Cruz de la Sierra, o 1º Encontro Pan-Amazônico sobre Cultura, Uso e Manejo do Fogo. O espaço reuniu representantes de organizações e instituições de Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador. Os principais temas debatidos foram o compartilhamento de experiências em Manejo Integrado do Fogo [2].

Outro evento multilateral que recebeu atenção ocorreu entre 23 e 29 de março, na cidade brasileira de Campo Grande. Tratou-se da 15ª Conferência das Partes (COP15) da Convenção das Nações Unidas para as Espécies Migratórias (CMS), onde Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru assinaram acordo para proteger espécies de peixe bagre ameaçadas pela pesca predatória e pela construção de infraestrutura, como a dourada e a piramutaba [3].

Finalmente, no dia 2 de março, durante a 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina, realizada em Brasília, Oscar Mario Justiniano, ministro de desenvolvimento produtivo, rural e de água, apresentou o que chamou de “visão estratégica da Bolívia” para a transformação da região amazônica. A proposta do ministro dá centralidade à bioeconomia, inclusive com a criação de novas certificações para produtos amazônicos, e à declaração de 2027 como “Año Internacional de los Frutos Nativos Amazónicos” [4].

No entanto, a prática parece diferente do discurso. O governo do presidente Rodrigo Paz completou 120 dias no final de fevereiro. De acordo com matéria do jornal Mongabay, já se pode visualizar um cenário de desmonte ambiental no país. Depois da dissolução do Ministério do Meio Ambiente e Água, em novembro de 2025, não há a consolidação ou sequer o desenho de uma política ambiental, não há políticas direcionadas ao combate à mineração ilegal (que avança no bioma amazônico), e as áreas protegidas, inclusive terras indígenas, não receberam atenção ou encaminhamentos [5].

No plano doméstico, foram realizadas as eleições subnacionais no país, no dia 22 de março. Nos departamentos amazônicos – Pando, Beni e Santa Cruz –, as eleições resultaram na necessidade de um segundo turno, a ser realizado em abril, mas indicam, como de costume na região, a vitória de candidaturas à direita, já que as candidaturas que disputarão a nova rodada de votação se dividem entre centro-direita e extrema-direita.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.sp-amazon.org.br/noticias/spabolivia>

[2] Disponível em: <https://mamiraua.org.br/noticias/manejo-do-fogo-ganha-destaque-em-encontro-que-reune-paises-da-pan-amazonia>

[3] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2026/03/27/cop15-aprova-plano-transnacional-para-conservar-bagres-ameacados-na-amazonia/>

[4] Disponível em: https://produccion.gob.bo/index.php/nota_prensa/bolivia-propone-un-modelo-amazonico-que-une-conservacion-y-progreso-en-la-larc-39-en-brasil/

[5] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2026/03/bolivia-estancamiento-politica-ambiental-rodrigo-paz-120-dias/>



Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em março de 2026, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, encontrou-se, separadamente, com seus homólogos da Bolívia, Rodrigo Paz, e da Colômbia, Gustavo Petro, para alinhar iniciativas de cooperação com os vizinhos da Pan-Amazônia. No dia 16, Paz viajou a Brasília, escolhida como destino de sua primeira viagem de Estado desde que tomou posse como presidente boliviano, em novembro de 2025 [1]. A reunião com Lula resultou na assinatura de um acordo para fortalecer a coordenação contra o crime organizado transnacional nas áreas de tráfico de drogas e de pessoas, contrabando, roubo de veículos, lavagem de dinheiro, mineração ilegal e meio ambiente [2].

Em declaração à imprensa, Paz lembrou que, no dia 13, a Bolívia havia prendido Sebastián Marset, suspeito de ser chefe de tráfico de drogas com ligação ao Primeiro Comando da Capital (PCC), quadrilha brasileira. Segundo o presidente boliviano, a prisão de narcotraficantes é um gesto de combate ao terrorismo, em uma referência indireta ao entendimento do governo Trump, dos EUA, de que o “narcoterrorismo” na América Latina deve ser combatido – conceito este que o governo Lula rejeita por implicar riscos à violação de soberanias na região por parte de militares estadunidenses [6].

Ainda sobre o crime organizado na Amazônia, no dia 26 de março a Polícia Federal participou da reunião técnica da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transnacionais e Transfronteiriços na Região Amazônica (CESPIT). A ação busca aprofundar os diálogos sobre segurança pública no âmbito da OTCA. Segundo Humberto Freire, titular da Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente (DAMAZ), “a agenda de combate ao crime ambiental está diretamente ligada à agenda de enfrentamento das mudanças climáticas. Combater o crime ambiental e reduzir o desmatamento por ele provocado contribui de forma eficaz e rápida para a mitigação das mudanças climáticas” [7].

Para além da agenda de crime organizado, outros acordos assinados entre Paz e Lula preveem a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica entre regiões fronteiriças e o incremento do turismo [1]. Os dois presidentes também conversaram sobre a possibilidade de aumentar a exportação de gás natural da Bolívia para o Brasil e outros vizinhos do Cone Sul por meio da ampliação do gasoduto bilateral existente. Por fim, Lula destacou que, “com a Bolívia, o Mercosul deixa de ser um projeto restrito ao Cone Sul e passa a ser consolidado como verdadeiro eixo de integração continental” [2].

No dia 21, Lula reuniu-se com Petro, à margem do Fórum de Alto Nível CELAC-África, organizado em Bogotá. Ambos fizeram uma avaliação sobre a presidência da Colômbia à frente da CELAC e reiteraram a importância de fortalecê-la [3]. Além disso, em discurso durante o fórum, Lula destacou que os países latino-americanos e africanos compartilham “a responsabilidade de cuidar das duas maiores florestas tropicais do mundo: a Floresta Amazônica e a do Congo” e devem cooperar na operacionalização do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, na transição energética, na coibição de iniciativas neoextrativistas sobre minerais críticos e na atuação “em diversos foros para combater os crimes ambientais, que já são a terceira maior fonte de recursos para o crime organizado” [4].

Por outro lado, Lula foi cobrado, por lideranças sociais brasileiras, a dar maior atenção ao Território Indígena Yanomami, na fronteira com a Venezuela. Em carta aberta dirigida ao presidente e ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no dia 25, indígenas, médicos, juristas, antropólogos e indigenistas denunciam o avanço de doenças como coqueluche, malária e tuberculose e apontaram riscos de contaminação por sarampo, rubéola e caxumba. Segundo o texto, “fica evidente que o motivo desse péssimo resultado é o modelo de assistência centralizado no atendimento hospitalar e nos chamados polos-base, ao invés da presença constante de equipes de saúde nas aldeias, apoiadas por agentes comunitários de saúde” [5].



Referências

- [1] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/03/16/lula-amplia-dialogo-com-a-direita-regional-em-encontro-com-presidente-da-bolivia-em-brasilia/>
- [2] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2026-03/lula-recebe-presidente-da-bolivia-e-defende-integracao-sul-americana>
- [3] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-e-petro-discutem-relacoes-regionais-em-reuniao-na-celac/>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/03/discurso-do-presidente-lula-na-reuniao-de-chefes-de-estado-celac-africa>
- [5] Disponível em: <https://sumauma.com/presidente-lula-a-situacao-de-saude-dos-yanomami-continua-muito-grave/>
- [6] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/03/17/presidente-boliviano-ve-pcc-e-cv-como-organizacoes-terroristas-e-isola-lula.ghtml>
- [7] Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2026/03/pf-destaca-acoes-de-combate-ao-crime-na-amazonia-em-reuniao-da-otca>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 9 de março, o governo colombiano promoveu a formação em gestão florestal sustentável de 148 extensionistas florestais, que passarão a atuar de forma técnica no território amazônico como parte do Plano Integral de Combate ao Desmatamento [1]. Os extensionistas adquiriram ferramentas técnicas e metodológicas sobre o manejo de uso sustentável de florestas e passarão a atuar junto às comunidades para promover melhorias na gestão florestal. O objetivo do governo colombiano, no âmbito do Plano Integral de Combate ao Desmatamento, é formar 330 extensionistas para fortalecer a presença técnica na Amazônia e garantir sua preservação [1].

Já em 12 de março, Irene Vélez Torres, Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, reuniu-se com os embaixadores da Alemanha, Noruega e Reino Unido para renovar, até 2030, a Declaração Conjunta de Intenção sobre Florestas, Biodiversidade e Clima [2]. A Declaração funciona, desde 2015, como uma plataforma de cooperação internacional para apoiar a redução do desmatamento na Colômbia. No âmbito dessa aliança, são realizadas iniciativas que vêm sendo fundamentais para enfrentar os desafios ambientais na Colômbia, como a REM Visión Amazonía e o BIOCADENAS, projetos que atuam desde o estabelecimento de estratégias de preservação florestal até o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis com base na biodiversidade [2].

Na sequência, em 22 de março, a Unidade de Planejamento Mineral e Energético, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, divulgou dados sobre a geração de energia elétrica na Colômbia em 2025. Segundo o relatório, pela primeira vez na história do país, a geração a partir de fontes solares superou a produção advinda do carvão [3]. Tal feito representa um marco para o projeto de transição energética liderada pelo governo de Gustavo Petro. Apontada como uma de suas prioridades políticas, a redução da dependência de fontes energéticas poluentes foi ratificada pelos indicadores divulgados. Centralizando o papel da matriz solar, percebeu-se um crescimento exponencial desde 2022. Com uma participação marginal na geração de 255 gigawatt-hora (GWh), o valor cresceu para cerca de 1.205 GWh no ano seguinte, 3.297 em 2024 e, em 2025, 4.400 GWh. Já a parcela do carvão para a matriz

energética apresentou uma tendência oposta ao apresentar uma queda de 9.400 GWh em 2024 para 3.500 no último ano [3]. Como principais justificativas para tal mudança, destaca-se o maior grau de integração entre os Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com a Autoridade Nacional de Licenças Ambientais [3].

Promovendo a agenda internacionalmente, no dia 30 de março, Irene Vélez Torres anunciou que 45 países confirmaram presença na primeira Conferência para Transição para Além dos Combustíveis Fósseis, que acontecerá entre 24 e 29 de abril em Santa Marta, na Colômbia. A Conferência tem como objetivo promover uma coalizão internacional para estabelecer estratégias para a eliminação equitativa do uso de combustíveis fósseis [4]. O objetivo da Colômbia, como organizadora do evento, é garantir uma ampla representação de países de diferentes regiões do mundo que sejam tanto produtores quanto consumidores de combustíveis fósseis, para possibilitar o estabelecimento de um diálogo transparente e direto, que oriente a resultados concretos [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-fortalece-lucha-contra-la-deforestacion-con-148-extensionistas-forestales-en-la-amazonia/>

[2]Disponível em: <https://www.apccolombia.gov.co/comunicaciones/noticias/colombia-fortalece-alianzas-internacionales-para-proteger-la-amazonia>

[3]Disponível em: <https://www.portafolio.co/energia/la-energia-solar-supera-por-primera-vez-al-carbon-en-la-generacion-electrica-de-colombia-490290>

[4]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/45-paises-confirmados-en-santa-marta-para-impulsar-una-coalicion-global-que-acelere-la-transicion-mas-alla-de-los-combustibles-fosiles/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 4 de março de 2026, estudos do *Instituto de Investigación Geológica y Energético* (IIGE) e de uma equipe científica internacional revelaram indícios de elementos de terras raras — como neodímio, ítrio, lântano e escândio — na Amazônia norte e no sul do Equador, apontando condições geológicas favoráveis para minerais estratégicos essenciais à tecnologia moderna [1]. As análises geoquímicas, feitas em sedimentos e rochas, identificaram concentrações incomuns desses elementos e, com apoio de modelos de aprendizado de máquina, delimitaram áreas com maior probabilidade de ocorrência. Embora não haja reservas comprovadas, os resultados ganham relevância após o acordo de cooperação entre Equador e Estados Unidos, firmado em 2026, para desenvolver cadeias de minerais críticos. Como menos de 1% do território equatoriano foi explorado para esse tipo de recurso, o país enfrenta o desafio de avançar em estudos detalhados e fortalecer sua governança ambiental e institucional para atrair investimentos sem repetir conflitos socioambientais do passado.

Em 6 de março de 2026, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) forneceu ao *Instituto Nacional de Investigación en Salud Pública* (INSPI), na província equatoriana de Napo, equipamentos especializados e insumos avaliados em cerca de US\$ 100 mil, como parte do *Proyecto Optimización de la Respuesta a Pandemias a través de Comunidades y Territorios Comprometidos en Ecuador* (PROTECT), destinado a fortalecer a capacidade laboratorial e a vigilância epidemiológica na Amazônia equatoriana [2]. A iniciativa busca melhorar a detecção de patógenos de alto risco, ampliar sistemas de alerta precoce e promover cooperação intersetorial sob o enfoque *One Health*, beneficiando aproximadamente 66 mil pessoas em oito

províncias amazônicas. Entre os resultados já observados estão a modernização do laboratório de biologia molecular de Tena, a formação de 23 profissionais em vigilância epidemiológica e a entrega de tecnologia para fortalecer a resposta comunitária, totalizando uma inversão acumulada de US\$ 1,5 milhão entre 2024 e 2026.

Em 7 de março de 2026, as Forças Armadas do Equador, com apoio dos Estados Unidos, localizaram e destruíram no cantão Cascales (Sucumbíos), na Amazônia equatoriana, um centro de descanso e treinamento pertencente ao grupo narcotraficantes *Comandos de la Frontera* (CDF), dissidência das antigas FARC [3]. A operação parte da fase denominada “Ofensiva Total” contra o narcotráfico. Utilizou inteligência militar, drones, aeronaves, embarcações e equipes especializadas para identificar e bombardear a infraestrutura, que abrigava cerca de 50 integrantes e servia de base para o líder conhecido como “Mono Tole”. Após o ataque, foram encontrados armamentos e outros indícios das atividades ilícitas. O governo equatoriano destacou que a ação busca enfraquecer a logística das organizações criminosas, recuperar o controle territorial e reforçar a segurança na fronteira, dentro de um quadro de cooperação bilateral com os EUA.

Em 10 de março de 2026, o governo do Equador e a empresa *Orion Energy* — atualmente pertencente ao Grupo *Sagittarius* — assinaram a renegociação e a extensão por 10 anos dos contratos petrolíferos dos blocos 52 e 54, localizados em Sucumbíos, na Amazônia equatoriana [4]. O acordo, que prolonga a operação até 2042, prevê investimentos superiores a US\$ 119 milhões para perfuração de novos poços, atividades de recuperação e otimização da produção, com expectativa de adicionar mais de 15 milhões de barris entre ambos os blocos ao longo do período. Segundo o governo e a empresa, a renegociação deve gerar mais de US\$ 442 milhões em receitas para o Estado, reforçando a continuidade operacional, a atração de investimentos e o aumento da produção em um contexto de preços internacionais elevados do petróleo.

Em 16 de março de 2026, a *Human Rights Watch* denunciou que o governo do Equador está descumprindo uma ordem da Corte Interamericana de Direitos Humanos que determinou o fechamento imediato das operações petrolíferas no Bloque 43, dentro do Parque Nacional Yasuní, área habitada pelos povos indígenas Tagaeri e Taromenane, que vivem em isolamento voluntário [5]. A organização afirma que a continuidade da extração — proibida também por um referendo nacional de 2023 — aumenta riscos de contaminação ambiental, contato forçado, doenças, escassez de alimentos e conflitos territoriais, além de violar direitos à saúde, ao território e ao ambiente saudável. O relatório destaca ainda a falta de transparência governamental, a ausência de monitoramento adequado, o não cumprimento de prazos judiciais e a degradação institucional de órgãos ambientais e de direitos humanos, resultando em impactos severos sobre comunidades Waorani e Kichwa, que relatam água contaminada, perda de fauna, doenças de pele e danos a cultivos.

Em 24 de março de 2026, Equador, Peru e Colômbia reforçaram sua cooperação no âmbito do Programa Trinacional de Conservação, após encontros técnicos e territoriais realizados entre 11 e 16 de março no corredor amazônico do rio Putumayo, uma das áreas de maior biodiversidade da região [6]. As três nações coordenaram ações para a gestão conjunta de mais de 4 milhões de hectares de floresta, atualizaram diagnósticos e definiram prioridades voltadas à proteção da biodiversidade e ao fortalecimento de alternativas econômicas sustentáveis para comunidades locais. Entre os resultados observados estão a liberação de 2.000 crias de tartarugas taricaya no Peru, um acordo para impulsionar a meliponicultura próxima ao Parque Nacional Güeppí-Sekime e a criação da Zona de Vínculo “*Sin Fronteras*”, destinada a práticas de agrofloresta e manejo de resíduos com participação indígena. O êxito da iniciativa dependerá da continuidade política, financiamento estável e implementação efetiva em território, desafios históricos na região amazônica.

Em termos de produção sustentável, o Equador desenvolve a iniciativa *Agua Segura, Bosques para el Futuro*, uma parceria entre o governo nacional, o Programa das Nações Unidas



para o Desenvolvimento (PNUD) e a *Fundación Lavazza* voltada para a produção sustentável de café na província amazônica de Zamora Chinchipe [7]. Cerca de 143 crianças de 33 famílias produtoras de café já foram beneficiadas por ações que visam melhorias de infraestrutura, gestão de recursos hídricos, formação de consciência ambiental na juventude e práticas comunitárias de cultivo, com apoio de produtores filiados a organizações como a APECAP, a ACRIM e membros da FAPECAFES, além da intervenção do **Ministerio del Ambiente y Energía** (MAE) e do *Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca* (MAGP). As ações contam com o financiamento do Programa Integral REDD+.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/economia/ecuador-tiene-indicios-de-tierras-raras-en-la-amazonia-y-el-sur-que-revelan-los-estudios-sobre-su-potencial-minero-20260304-0004.html>
- [2] Disponível em: <https://www.paho.org/es/noticias/6-3-2026-fortalecemos-capacidad-respuesta-laboratorial-amazonia-ecuador>
- [3] Disponível em: <https://icndiario.com/2026/03/fuerzas-armadas-de-ecuador-con-apoyo-de-ee-uu-localizan-y-destruyen-centro-de-entrenamiento-de-narcotraficantes-en-la-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/empresas/contratos-petroleros-orion-energy-inversion-ministerio-energia-117758/>
- [5] Disponível em: <https://www.hrw.org/es/news/2026/03/16/ecuador-el-gobierno-desafia-orden-judicial-de-cerrar-operacion-petrolera>
- [6] Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/ecuador-peru-y-colombia-refuerzan-alianza-para-proteger-la-amazonia/56008>
- [7] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/agua-segura-bosques-para-el-futuro-alianza-que-transforma-la-vida-de-la-ninez-amazonica-en-ecuador>

Guiana

Por **Guilherme Fritz**

A guerra entre Estados Unidos (EUA) e Israel contra o Irã afetou, em março, os preços do petróleo em escala global, com repercussões diretas para a Guiana. Em retaliação às ofensivas sofridas por Washington e Tel Aviv, o Irã promoveu bloqueios ao Estreito de Ormuz, por onde passam cerca de 20-30% do petróleo comercializado no mundo. Os efeitos inflacionários foram praticamente imediatos. [1] Nesse contexto, a *ExxonMobil*, empresa estadunidense que lidera o consórcio responsável pelo setor de óleo e gás na Guiana, conseguiu acelerar o reembolso de seus custos de investimento. O aumento dos preços internacionais aumentou a rentabilidade da produção, dada a natureza do mercado de óleo gás, que, em uma economia global de base fóssil, torna o lado da demanda por petróleo uma constante inelástica. Em posse do excedente monetário, a empresa optou por acelerar o pagamento dos investimentos feitos na montagem do conjunto de estruturas necessárias para as atividades econômicas do setor. O contrato firmado com a Guiana permite que a empresa dê preferência à recuperação de investimentos em detrimento da divisão de lucros com o país sul-americano e caribenho. Isso significa que o percentual de lucros destinados ao Estado da Guiana não acompanha, neste momento, a escalada inflacionária [2].

Ainda em março, Irfaan Ali, presidente da Guiana, declarou em reunião da CARICOM que o projeto estratégico da Guiana é tornar-se um hub de energia regional. Posteriormente, Ali compareceu ao chamado estadunidense para o evento Cúpula do Escudo das Américas,

em Miami, no dia 7, que foi apresentado como um fórum destinado ao aprofundamento de cooperação em assuntos de segurança e defesa, principalmente contra o “narcoterrorismo”. Durante a visita, Ali também se reuniu com o Secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, que, após o encontro, declarou a Guiana como um país “bem governado” [3][4]. Esse quadro retoma uma pergunta que todas as economias da América do Sul conhecem: quais são os limites de uma dependência estratégica em relação ao setor privado — principalmente do capital internacional — para o desenvolvimento econômico? [5][6].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.caribbeantoday.com/sections/viewpoint/who-gains-who-loses-the-global-cost-of-the-iran-war-and-the-caribbean-fallout>

[2]Disponível em: <https://demerarawaves.com/2026/03/19/increased-oil-price-production-accelerating-exxonmobils-cost-recovery/>

[3]Disponível em: <https://newsroom.gy/2026/03/07/us-secretary-of-energy-says-guyana-well-governed/>

[4]Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2026/mar/07/trump-shield-of-americas-summit>

[5]Disponível em: <https://kaieteurnewsonline.com/2026/03/22/rising-oil-freight-costs-test-guyana/>

[6]Disponível em: <https://dpi.gov.gy/president-ali-calls-for-stronger-public-private-partnership-to-navigate-global-crisis/>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No dia 17 de março, o governo peruano, agora liderado pelo presidente José Maria Balcázar, ratificou o seu novo gabinete ministerial. O primeiro-ministro será Luis Enrique Arroyo, um militar reformado que anteriormente havia sido escolhido para o cargo de ministro da Defesa. As nomeações para liderar os ministérios das Relações Exteriores (MRE) e do Meio Ambiente (MINAM), em particular, parecem indicar que não haverá grandes transformações na política ambiental e climática. Foi mantido o ministro Hugo Claudio de Zela à frente do MRE e, para o MINAM, foi nomeada Nelly Paredes del Castillo [1].

Paredes é engenheira agrônoma e possui mais de 30 anos de experiência em gestão pública, especialmente em desenvolvimento rural, políticas ambientais e trabalho com comunidades, tendo sido anteriormente vice-ministra de Gestão Ambiental e ministra de Desenvolvimento Agrário entre 2022 e 2023. Segundo o governo, apesar da mudança na pasta, a escolha de Paredes visa garantir continuidade às políticas ambientais, com foco na conservação da Amazônia, gestão sustentável do território, educação ambiental e prevenção de conflitos socioambientais [2].

Uma das primeiras ações da nova ministra foi a inauguração do Centro de Monitoreo y Evaluación de Ecosistemas y Recursos Naturales (CMERN), no dia 31 de março. Durante o evento, Paredes destacou que o centro possibilita o monitoramento contínuo, em escala nacional, de fatores relacionados a uso do solo, degradação de ecossistemas, biodiversidade e riscos ambientais, transformando dados em conhecimento útil para planejamento territorial e econômico. A iniciativa também integra informações de diferentes níveis de governo em uma plataforma vinculada ao Sistema Nacional de Información Ambiental, promovendo transparência, apoio à pesquisa acadêmica e políticas baseadas em evidências, com o objetivo de proteger serviços ecossistêmicos essenciais e fomentar um desenvolvimento sustentável

[3].

No plano internacional, o MINAM participou de uma reunião anual da Parceria Líderes de Florestas e Clima (FCLP, sigla em inglês) realizada em Nairobi, no Quênia, com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional na proteção florestal e no enfrentamento das mudanças climáticas. O encontro ocorreu no dia 11 de março de 2026 e reuniu países para trocar experiências e definir prioridades como o financiamento para conservação florestal, o fortalecimento dos mercados de carbono, a promoção de cadeias produtivas livres de desmatamento e a prevenção de incêndios. O Peru teve destaque ao liderar discussões sobre povos indígenas, apresentando avanços na Amazônia, especialmente na titulação de territórios e na proteção de comunidades, reafirmando seu compromisso com a conservação dos ecossistemas e com os direitos indígenas como eixo central da ação climática [4].

Além disso, o MINAM promoveu o evento intitulado Diálogo empresarial sobre el Fondo Cali, que tem o objetivo de impulsionar mecanismos inovadores de financiamento voltados à conservação da biodiversidade. Durante o encontro, que contou com a participação de representantes do setor privado e da embaixada do Reino Unido, a vice-ministra Romina Caminada destacou o Fundo Cali, criado no contexto da COP16, como uma ferramenta global que permite canalizar contribuições de empresas que utilizam recursos genéticos, garantindo repartição justa de benefícios. A iniciativa também reforça o papel do Peru como destino de investimentos sustentáveis e integra avanços da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica 2050, um instrumento de planejamento de longo prazo do Estado peruano para conservar, restaurar e usar de forma sustentável sua biodiversidade até meados do século XXI [5].

Ocorreu também, no dia 24 de março, o primeiro encontro anual da Comissão Nacional Permanente Peruana da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que reuniu representantes de 26 setores e entidades públicas sob coordenação da chancelaria peruana. O encontro teve como objetivo fortalecer a articulação interinstitucional em torno da agenda amazônica, apresentando o balanço das 96 atividades executadas em 2025 e o plano de trabalho para 2026, além de iniciar a identificação de prioridades para 2027. Também foram destacados avanços nos mecanismos da OTCA, como a reativação de comissões especiais e redes técnicas, bem como iniciativas voltadas a povos indígenas e ao financiamento da conservação da Amazônia [6].

Ainda no mês de março, foi lançado o sétimo informe nacional da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O documento reúne avanços e desafios do país na conservação, uso sustentável e gestão da biodiversidade, sendo resultado de um processo de coordenação interinstitucional liderado pela Comissão Nacional de Diversidade Biológica. O relatório também evidencia progressos na implementação de instrumentos internacionais como o Protocolo de Cartagena (que diz respeito a biossegurança) e o Protocolo de Nagoya (que prevê o acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios), além de alinhar as políticas nacionais à Estratégia de Biodiversidade ao 2050 e ao Marco Global de Kunming-Montreal, servindo como base para orientar decisões e cumprir metas globais de sustentabilidade [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1367272-gobierno-ratifica-a-nelly-paredes-del-castillo-como-ministra-del-ambiente>

[2]Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/03/17/nelly-paredes-es-ratificada-como-ministra-del-ambiente-perfil-y-hoja-de-vida/>

[3]Disponível em: <https://inforegion.pe/peru-lanza-plataforma-nacional-que-permitira-monitorear-biodiversidad-y-uso-del-suelo-con-datos-en-tiempo-real/>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1364770-peru-participo-en-reunion-anual-para-fortalecer-la-accion-climatica-por-los-bosques>



[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1367995-peru-impulsa-financiamiento-para-conservar-la-biodiversidad-en-beneficio-de-las-comunidades>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1371286-primera-reunion-anual-de-la-comision-nacional-permanente-peruana-de-la-organizacion-del-tratado-de-cooperacion-amazonica-otca>

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1362754-peru-cumple-con-sus-compromisos-internacionales-en-biodiversidad>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em março, o Suriname sofreu com as adversidades resultantes da guerra no Oriente Médio. A inflação induzida por esse choque externo afetou a economia como um todo: combustíveis de origem fóssil e alimentos subiram de preço, influenciando a formação de preços no restante da economia. Como resposta, o governo surinamês divulgou um plano de ação contingencial que envolveu a transferência de recursos diretos e a concessão de subsídios, com o objetivo de mitigar os impactos na economia interna.

Essas medidas, no entanto, não atacam as causas estruturais do problema da dependência — e nem poderiam. Trata-se de um desafio que ultrapassa a imediatez de uma crise. O contexto reforça, portanto, as dificuldades enfrentadas pelo país no que tange ao desenvolvimento econômico e aos possíveis efeitos ambientais dele decorrentes.

O desenvolvimento sustentável é necessário e desejável, mas sua complexidade é grande, sobretudo pela necessidade de tecnologias mais avançadas. Ao mesmo tempo, as demandas de curto prazo impõem dificuldades constantes à conciliação entre crescimento econômico e sustentabilidade. Os efeitos da guerra reforçam essa questão, que não é exclusiva do Suriname, mas de alcance global [1][2].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.jamaicaobserver.com/2026/03/13/suriname-announces-social-measures-combat-economic-impact-middle-east-war/>

[2]Disponível em: <https://www.caribbeanenergyweek.com/news/surinames-offshore-oil-momentum-builds-iocs-eye-2026-opportunities>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de março foi marcado por uma retomada da atuação da Venezuela em espaços multilaterais após o início do governo de Delcy Rodríguez. Entre 2 e 6 de março, ocorreu a 8ª Conferência Anual do Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL), em Manaus (Brasil). Uma delegação venezuelana esteve presente e apresentou os resultados do projeto “Gestión Integrada de Paisajes Sostenibles para la Conservación del Bioma Forestal del estado Amazonas”. A delegação foi composta por membros do Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo e do Ministério de Povos Indígenas. Além da apresentação do projeto, a delegação realizou diversas reuniões bilaterais para troca de experiências com outros países da região [1].

No dia 11 de março, o diretor geral nacional dos Bombeiros de Venezuela, Juan Carlos González, participou de um evento sobre interoperabilidade e resposta ante incêndios

florestais na América Latina e no Caribe. O evento foi organizado pela OTCA no Brasil. Na ocasião, González trocou experiências com pares de outros países para cooperar no combate a emergências ambientais e na padronização de protocolos de atuação [2]. Por fim, no dia 24 de março, a ministra do Poder Popular para Ciência e Tecnologia, Gabriela Jiménez Ramírez, informou que a Venezuela foi designada como sede do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia (PITCA). O anúncio foi feito no âmbito da reativação da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA) da OTCA [3].

No âmbito doméstico, o mês também foi marcado pela divulgação de um documento, assinado por 15 organizações da sociedade civil, com críticas ao Projeto de Lei sobre Mineração, em tramitação na Assembleia Nacional venezuelana. No texto, intitulado “*El Proyecto de Ley Orgánica de Minas institucionaliza el ecocidio y el blanqueo del ‘Oro de Sangre’ en Venezuela*”, as organizações denunciam que o projeto é uma grave ameaça para o meio ambiente e aos povos indígenas da Venezuela. O projeto de lei busca abrir o setor para investimentos privados e estrangeiros. A discussão no parlamento foi suspensa pela necessidade de maior escuta da população [4]. O secretário da Associação de Universidades Amazônicas da Venezuela e pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento (Cendes), Antonio De Lisio, também criticou o uso do termo “mineração ecológica” no texto [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.minec.gob.ve/venezuela-presenta-balance-ambiental-en-conferencia-del-programa-anual-de-la-amazonia/>

[2]Disponível em: <https://radiomundial.com.ve/venezuela-promueve-cooperacion-regional-para-combatir-incendios-forestales-en-la-amazonia/>

[3]Disponível em: <https://mincyt.gob.ve/venezuela-sera-sede-del-panel-intergubernamental-tecnico-cientifico-de-la-amazonia/>

[4]Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ong-denuncian-que-el-proyecto-de-ley-de-minas-institucionaliza-el-ecocidio-en-la-amazonia/>

[5]Disponível em: <https://lapatilla.com/2026/03/27/investigador-advierte-que-el-termino-mineria-ecologica-es-contradictorio-para-el-nuevo-proyecto-de-ley/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 9 de março, o Observatório Regional Amazônico (ORA-OTCA) lançou um novo conjunto de dados sobre a totalidade de área queimada na Amazônia, no período entre 2001 e 2025 [1]. A ferramenta *online* revela informações sobre as chamadas “cicatrizes de incêndio” dos oito países amazônicos, as quais cobriram um total de 15,5 milhões de hectares queimados em 2024. Em 2025, o número caiu para 3 milhões de hectares, o que representou uma redução de 80%. Com uso de satélites, os especialistas calcularam a extensão do território afetado por incêndios e projetaram ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas, além de políticas de proteção da biodiversidade e estratégias de adaptação às mudanças climáticas. O ORA também ampliou o foco das análises incorporando dados sobre focos de calor que permitem identificar novas ocorrências de incêndios.

Na mesma agenda, no dia 13, os países membros da OTCA firmaram um Entendimento Operativo de Cooperação e Assistência Mútua para ações coordenadas de preparação e resposta conjunta aos incêndios florestais na Amazônia [2]. A iniciativa, que começou a ser negociada em 2024, contou com a participação da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) e servirá como espaço de interlocução e articulação dos países envolvidos, além de

possibilitar a troca de informações operacionais e apoio mútuo em situações de emergência. Durante a reunião, que ocorreu durante o “Encontro sobre Interoperabilidade, Cooperação e Assistência Mútua para a Preparação e Resposta a Incêndios Florestais na América Latina e no Caribe”, as autoridades apontaram para a criação do Comitê de Resposta a Incêndios Florestais (CRIF), instância regional que reunirá representantes locais para desenvolver instrumentos capazes de acelerar repostas a incêndios que afetem a região.

Como parte das celebrações pelo Dia Mundial da Água, em 22 de março, a OTCA divulgou informações sobre o Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF) com foco no princípio transversal da igualdade de gênero e nas prerrogativas estabelecidas pela Declaração de Belém (2023) [3]. Em diálogo com o tema estabelecido pelas Nações Unidas neste ano, “Água e Gênero”, o Programa de Ações Estratégicas (PAE) vem realizando uma série de atividades de capacitação em todos os países amazônicos, com o objetivo de fortalecer o planejamento, monitoramento e avaliação da incorporação da perspectiva de gênero em políticas, programas e projetos relacionados à gestão dos recursos hídricos da Bacia Amazônica. Dentre as ferramentas exploradas, figura o Escâner de Gênero, desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina Caribe (CEPAL) e pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Em 2025, por meio do Projeto, foi lançado o curso online “Ferramentas para a Igualdade de Gênero na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Gestão de Águas” em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que já formou mais de 60 participantes em diferentes regiões.

No dia 23 de março, a OTCA reativou a Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA), após 27 anos de inatividade [4]. Em cerimônia realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, afirmou que “fortalecer a ciência e a inovação é essencial para garantir respostas à altura da complexidade dos desafios amazônicos”. A CECTA funcionará como mais um canal de articulação de esforços entre os países da região capaz de fornecer evidências para a tomada de decisão, ao lado do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia e do Observatório Regional Amazônico.

Na ocasião, os países da OTCA emitiram o Pronunciamento de Brasília, que reforça o papel da ciência, tecnologia e inovação como base para políticas públicas, apoia a elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável na Amazônia e incentiva a participação dos povos indígenas e comunidades locais nas instâncias de cooperação regional. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, destacou que a reativação da CECTA revela o interesse dos países envolvidos em conduzir ações práticas para alcançar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Grazziotin disse que a Comissão contará com um plano de trabalho que orientará seus trabalhos nos próximos meses e que prevê, por exemplo, a criação da Rede Amazônica para Inovação e Difusão Tecnológica e ações de formação e empreendedorismo. Ao final, o Brasil foi escolhido para ocupar a presidência pro tempore da CECTA.

Na agenda da segurança pública, representantes dos países-membros da OTCA se reuniram na “Jornada técnica de fortalecimento dos planos de ação no âmbito da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços e Transnacionais na Região Amazônica (CESPIT)”, nos dias 26 e 27 de março, em Brasília [5]. Com o apoio do Banco Mundial e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o evento discorreu sobre o crime organizado, a mineração ilegal e o tráfico de drogas na Amazônia, além de ter avançado na proposição de planos de ação harmonizados e padronizados para o biênio 2026-2027. Essa iniciativa compreende os esforços da OTCA para a concretização de uma agenda robusta de segurança na região, que conta ainda com o Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI) da Amazônia, o qual realiza ações de inteligência para combater atividades ilícitas na região.

No fim do mês, foi noticiado que, entre 2024 e 2025, a área impactada pelo desmatamento



e a degradação da Amazônia caiu aproximadamente 60% [6]. As informações foram divulgadas pelo ORA/OTCA com base nos dados do programa *Copernicus* financiado pela União Europeia. Para o coordenador do ORA, Arnaldo Carneiro, a diminuição é explicada por fatores regionais e globais, como condições climáticas menos extremas e maior incidência de ações de fiscalização e controle, além de combate a atividades ilegais na região amazônica. Apesar dos avanços, os especialistas avaliam que dificuldades estruturais, como o avanço da atividade pecuária sobre o bioma dificultam uma queda continuada da degradação ambiental. Eles afirmaram também que a proteção das Terras Indígenas e das Áreas Naturais Protegidas frente a pressões externas é fundamental, já que elas desempenham um papel central na preservação da biodiversidade e regulação do clima.

Referências

- [1]Disponível em: <https://otca.org/pt/ora-lanca-modulo-de-area-queimada-na-amazonia-e-aponta-queda-de-80-em-2025/>
- [2]Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-aprovam-entendimento-operativo-para-a-preparacao-e-resposta-a-incendios-florestais-na-regiao-amazonica/>
- [3]Disponível em: <https://otca.org/pt/dia-mundial-da-agua-iniciativas-do-projeto-bacia-amazonica-pela-igualdade-de-genero-na-gestao-da-agua/>
- [4]Disponível em: <https://otca.org/pt/reativacao-comissao-ciencia-tecnologia-amazonia-otca/>
- [5]Disponível em: <https://otca.org/pt/seguranca-publica-amazonia-crimes-ambientais-cespit/>
- [6]Disponível em: <https://otca.org/pt/desmatamento-amazonia-queda-2025-ora-otca/>

